



Universidade Federal do Pará
Instituto de Tecnologia
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

Claudia Helena Campos Nascimento



Igreja de Santana do Bujaru

caracterização tipológica, histórica e estilística
a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

Belém/PA

2013

CLAUDIA HELENA CAMPOS NASCIMENTO

**Igreja de Santana do Bujaru:
caracterização tipológica, histórica e estilística
a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, linha de pesquisa Patrimônio, Restauro e Tecnologia, para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador:

Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques.

Belém/PA

2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA**

Nascimento, Claudia Helena Campos, 1965 -
Igreja de Santana do Bujaru: caracterização
tipológica, histórica e estilística a partir de
suas referências documentais, físicas e icônicas
/ Claudia Helena Campos Nascimento. - 2013.

Orientador: Fernando Luiz Tavares Marques.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém,
2013.

1. arquitetura religiosa-Bujaru (PA).
2.Arquitetura colonial-Bujaru (PA). 3. Igreja de
Santana (Bujaru, PA)-Preservação. 4. Patrimônio
cultural-Bujaru (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 726.5098115

CLAUDIA HELENA CAMPOS NASCIMENTO

**Igreja de Santana do Bujaru:
caracterização tipológica, histórica e estilística
a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas**

APROVADA: 3 de abril de 2013.

Orientador

Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques

Universidade Federal do Pará – PPGAU / Museu Paraense Emílio Goeldi

Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a Cybelle Salvador Miranda

Universidade Federal do Pará – PPGAU

Examinador Externo

Prof. Dr. Raul Ivan Raiol de Campos

Universidade Federal do Pará – FACTUR/ICSA

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos, desde que mantida a referência autoral. As imagens contidas neste trabalho, por serem pertencentes a acervo privado, só poderão ser reproduzidas com expressa autorização dos detentores do direito de reprodução.

Assinatura

Local e Data

Belém, _____ de 2013.

Aos que não viram, mas acreditaram: meu pai,
minha mãe e Catarina, especialmente.

AGRADECIMENTOS

A certeza da enorme gratidão a todos que estiveram ao longo deste percurso é a mesma de que falhará a menção nominal, portanto, a quem venha a ler, não considere esta uma lista exaustiva. Contudo, não poderia ter chegado à conclusão desta etapa sem agradecer:

A Deus, antes de tudo, que me conduziu até aqui; a Sant'Ana, que em vários momentos da minha vida surgiu apontando caminhos; São Tomé, padroeiro dos arquitetos, que me ilumina para me fazer crer na conclusão deste curso de mestrado.

Ao Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques, pela orientação e liberdade, permitindo as digressões, porém sempre estabelecendo os limites: sem ele eu jamais teria terminado a pesquisa, cujo objeto me absorveu desde o primeiro contato.

À Prof.^a Msc. Roseane Costa Norat, que antes de qualquer título é grande amiga, a quem devo a frase *“esta igreja é o seu objeto de pesquisa do mestrado”*, a partir da qual tudo começou.

Aos colegas da Secretaria de Estado de Cultura/SECULT, especialmente aos do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural/DPHAC, Iaci Iara Melo (pelos longos diálogos, não só sobre igrejas, como se faz crer, mas sobretudo sobre solidariedade e transcendência), Renato Gimenez (pela palavra dura na hora certa, ou não), Eden Costa (presença discreta e constante e, desde as primeiras inquietações da pesquisa), Cleber Gomes da Silva (por sua lucidez, por ver além do muito que essa pesquisa já é), Sabrina Campos (pela disposição, carinho e dedicação para estruturar o trabalho de educação patrimonial para a população de Bujaru e Santana, especialmente) e a todos, por terem me escutado e pelo muito que me disseram.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, especialmente à Prof.^a Dr.^a Cybelle Salvador Miranda, pelas críticas e incentivos.

À Paróquia de São Joaquim do Bujaru, seus fiéis que animam e mantêm viva a longa presença da Igreja nessa região, em especial o Pe. Adamor Lima, atual

líder religioso que abrigou (literalmente, inclusive) a ideia desta pesquisa e, com enorme carinho e reverência, Dom Flávio Giovenale, antigo Bispo da Diocese de Abaetetuba, atualmente abençoando Santarém.

A Leuda Coelho Araujo e seu esposo, Wilson Araujo Neto, que são incansáveis em defesa do povo de Bujaru, especialmente do Distrito de Santana.

Ao povo de Santana e de Bujaru, que guardam com tanto carinho e cuidam com tamanho zelo de seu legado histórico, e me alimentaram de informações e da paixão por seu patrimônio cultural, tendo a Sra. Maria Elisa seu símbolo para esta pesquisa; Rita e todos os demais, mais jovens, têm uma enorme responsabilidade nas mãos, e eu sei que vão preservar.

Ao povo de Bujaru, que tem as ruínas do antigo Engenho Bom Intento como sua maior referência, e que, a partir dele mantém acesa a paixão pela preservação de sua cultura, especialmente à Silvana Cruz e Schermont Martins, os “meninos” do Grupo de Teatro Bom Intento, e à professora Iracema Heitor da Silva, a quem devo a foto da capa e outras tantas fotografias.

À arquiteta Carmen Cal, diretora do Sistema Integrado de Museus e Memoriais do Pará, e Armando Queiróz, amigo e diretor do Museu da Imagem e do Som do Pará, onde estou atualmente lotada, pela extrema compreensão nos momentos finais desse trabalho.

Aos colegas do PPGAU que compartilharam aflições e conquistas, e com especial carinho a Raul Ventura Neto (já com Msc. antes do nome, a caminho do Dr.); a Andrea Pinheiro, Dinah Tutyia, Dorival Pinheiro, Glaydson Pereira, Monica da Silva, Tatiana Borges, Alexandre Máximo, Amanda Pinto, Carmosina Calliari, Estefany Miléo, José Morgado, um aviso: eu consegui.

Ao auxílio luxuoso de Adriana Penha (diretamente de Luanda) e Estefany Miléo (mais uma vez) que me acompanham na amizade por muitos anos; ao meu “estagiário virtual” Raphael Diaz, por tudo; aos amigos de sempre, anjos de socorro prático e emocional nessa reta final, João Cirilo Neto, Domingos Sávio de Castro Oliveira, Afonso Medeiros, Dulce Rosa Rocque, Natália Lott.

À Prof.^a Dr.^a Zélia Amador de Deus, a quem reverencio como grande mestra, que acreditou e confiou a mim, em vários momentos, a turma de História da Arte do curso de Biblioteconomia, em 2011, da qual ainda colho carinho: sua crença me

fortaleceu. Oxalá (em todos os sentidos) eu possa seguir seus passos na docência e dividir muitos cafés!

A todos os amigos, colegas e professores do PPGAU, funcionários da FAU que, literalmente, me levaram e foram meus apoios nos momentos em que a vida me derrubou. Um especial agradecimento à Marina Farias, por tudo, há anos.

Aos amigos que compreenderam a necessidade de me envolver e finalizar esta pesquisa – especialmente àqueles que abandonei, nos trabalhos e compromissos que não pude cumprir – agradeço me verem além da dimensão profissional. Com especial carinho à guerreira, que muito me ensinou nos últimos tempos sobre otimismo, arquiteta Marília Freitas.

Às minhas filhas, motivo das minhas batalhas e razão pela qual cheguei até aqui, um agradecimento especial: só o amor de vocês para dar o suporte (e suportar) a mim, durante todo esse processo. Espero que tenha correspondido às expectativas de vocês e que os frutos comecem a ser colhidos de tão custosa semeadura.

“... porque me viste, Tomé, creste; bem-aventurados os que não viram e creram.”

(João 20:29)

RESUMO

Esta pesquisa busca caracterizar e compreender o objeto arquitetônico em seus aspectos físicos, históricos e visuais através de documentos, relatos e especialmente a partir do próprio objeto arquitetônico. Partindo do objeto material – arquitetônico – e do objeto cultural - patrimônio social e histórico -, foram utilizadas abordagens metodológicas de investigação física (levantamentos, registros fotográficos, análise técnica e material), história (documental e iconográfica) e etnográfica, como meio para compreender as relações da igreja de Santana do Bujaru (Bujaru/PA) com o sítio e região, além da importância do edifício para a comunidade, identificando a relação de pertencimento e apropriação ao longo do tempo, que caracterizam a sua importância como patrimônio cultural

Palavras-chave: Arquitetura; Patrimônio cultural; Bujaru/PA; Igreja; Período Colonial (Séculos XVII a XIX).

ABSTRACT

This study aimed to characterize and understand the architectural object at physical, historical and visual aspects, by documents, reports and especially from the architectural object itself. Based on the material object - architectural - and the cultural object - social heritage and history - were used methodological approaches physics research (surveys, photographic records, material and technical analysis), history (documentary and iconographic) and ethnography as a means to understand relations of the church of Santana do Bujaru (Bujaru/PA) with the site and region, and the importance of the building to the community, identifying the relationship of belonging and ownership over time, that characterize its importance as a cultural heritage

Keywords: Architecture; Cultural Heritage; Bujaru/PA; Church; Brazil's Colonial period (XVII to XIX centuries).

LISTA DE FIGURAS

	Fotografia da Igreja de Santana do Bujaru de autoria de Geremias Barbosa.	Capa
FIGURA 1	Mapa esquemático com os principais traçados do limite do Tratado de Tordesilhas.	31
FIGURA 2	Planisfério de Cantino, 1502.	33
FIGURA 3	“NIEUWE CAERTE” (Novo Mapa da Maravilhosa, Grande e Rica Terra da Guiana).	34
FIGURA 4	“AMERIQUE”, século XVI.	34
FIGURA 5	“AMERICA PARS MAGIS COGNITA”.	35
FIGURA 6	Detalhe do mapa “AMERICA PARS MAGIS COGNITA”, mostrando a foz do rio das amazonas e a cidade de Orellana, 1652.	35
FIGURA 7	“De stat ende fort van Grand para”, autor não identificado, século XVII.	37
FIGURA 8	“O Maranhão ou Rio Amazonas com a Missão da Companhia de Jesus”, 1707.	38
FIGURA 9	Detalhe do mapa “O Maranhão ou Rio Amazonas com a Missão da Companhia de Jesus”, 1707.	38
FIGURA 10	“Brasil cuja Costa é de posse portuguesa dividido em quatorze capitanias o centro do país é habitado por muitos povos quase todos eles desconhecidos”	40
FIGURA 11	Detalhe do mapa “Brasil cuja Costa é de posse portuguesa...” mostrando a <i>Capitania de Pará</i> e <i>Capitania de Maranhon</i> .	40
FIGURA 12	“ <i>As capitanias do Brasil e o litoral da América do Sul entre a foz do Amazonas e a Terra do Fogo</i> ”, <i>Luís Teixeira in Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas, que há na Costa do Brasil, desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães</i> , Ca. 1585-1590, folio 34. Detalhe.	41
FIGURA 13	“Região compreendida entre o rio Amazonas e São Paulo”.	42
FIGURA 14	“Carte du cours de Maragnon ou de la Grande Rivière des Amazones”.	43
FIGURA 15	“ <i>Mapa geral da diocese do Pará: Mostra a divisão das paróquias onde o venerável Padre Miguel de Bulhões III, bispo do Pará, fundou e construiu a diocese</i> ”, folha 4.	44
FIGURA 16	Mappa dos Rios Guamá, Guajará e Cayté do Estado do Grão-Pará, aonde mostra-se o Caminho novamente aberto por terra da Villa nova de Bragança para a de Ourem”.	46

	Desenho de 1759.	
FIGURA 17	Carta do Município de Belém feita na administração de Antônio Lemos.	47
FIGURA 18	Detalhe do mapa do estado do Pará, de 1918.	48
FIGURA 19	19: Detalhe do “ <i>Mappa dos Rios Guamá, Guajará e Cayté do Estado do Grão-Pará...</i> ”	54
FIGURA 20	Mapa da ocupação efetiva da colonização da Capitania do Grão Pará entre 1616 e 1753.	56
FIGURA 21	Detalhe do “ <i>Mapa geral da diocese do Pará: Mostra a divisão das paróquias onde o venerável Padre Miguel de Bulhões III, bispo do Pará, fundou e construiu a diocese</i> ”, folha 4.	60
FIGURA 22	Vetor de desenvolvimento, elaborado sobre “Carta do Município de Belém feita na administração de Antônio Lemos”.	70
FIGURA 23	Igreja de Santana do Bujaru.	78
FIGURA 24	Implantação aproximada no terreno da igreja de Santana do Bujaru.	80
FIGURA 25	Planta baixa - setorização.	81
FIGURA 26	Vista da empena posterior, entre a nave e o presbitério.	81
FIGURA 27	Fachada principal	83
FIGURA 28	Detalhe da “torre do relógio”.	83
FIGURA 29	Detalhe da cruz.	83
FIGURA 30	Vista da platibanda, a partir do interior do forro. Destaque para o trecho sem reboco, onde a alvenaria de tijolos está aparente.	83
FIGURA 31	Detalhe da fachada frontal. Destaque para os ornatos em forma de leques.	84
FIGURA 32	Detalhe dos contrafortes da fachada lateral direita.	84
FIGURA 33	Vista do interior do campanário.	85
FIGURA 34	Vista geral da nave, tendo ao fundo a capela mor.	86
FIGURA 35	Detalhe do piso da nave.	86
FIGURA 36	Detalhe do degrau entre a nave e o presbitério.	88
FIGURA 37	Detalhe dos pisos da nave, próximo ao presbitério.	88
FIGURA 38	Detalhe do forro do altar-mor.	89
FIGURA 39	Detalhe do roda-teto do forro do presbitério.	89
FIGURA 40	Sacristia.	90
FIGURA 41	Vão posterior ao altar mor.	90

FIGURA 42	Vista do desvão da nave, onde podemos observar o sistema estrutural do telhado e a fixação do forro.	90
FIGURA 43	Vista do desvão da nave, com detalhe para o acabamento da alvenaria neste oitão, sobre o arco cruzeiro.	90
FIGURA 44	Vista do desvão da capela mor, detalhe para o cruzamento da cangalha.	91
FIGURA 45	Vista do desvão da capela mor. Detalhe para o acabamento rústico das peças de fixação do forro.	91
FIGURA 46	Detalhe das varas metálicas na lateral direita da igreja.	92
FIGURA 47	Detalhe das varas metálicas na lateral direita da igreja.	92
FIGURA 48	Detalhe das varas metálicas na lateral esquerda - direção do fundo do altar mor.	92
FIGURA 49	Detalhe das varas metálicas na lateral esquerda - direção da nave da igreja.	92
FIGURA 50	Detalhe da vara metálica no interior da nave – parede da fachada principal.	93
FIGURA 51	Fachada lateral direita e geometria das fissuras da fachada lateral direita.	93
FIGURA 52	Marca no piso da nave, na direção do ponto indicado na foto anterior.	94
FIGURA 53	Marca no piso da nave e da ausência do altar lateral	94
FIGURA 54	Marcações internas de um possível coro: piso.	95
FIGURA 55	Marcações internas de um possível coro: na parede interna direita.	95
FIGURA 56	Marcações internas de um possível coro: na parede interna esquerda.	95
FIGURA 57	“Prospecto da Freguezia de Sta Anna, no Garape Mirim”, de Schwebel, 1756.	97
FIGURA 58	Planta do Sítio Conceição, Mosqueiro.	99
FIGURA 59	Planta do Engenho Murutucu, Utinga.	99
FIGURA 60	Projeto de Antonio Landi para a Igrja Paroquial de Igarapé-Miri	101
FIGURA 61	Detalhe do “Prospecto da Freguezia de Sta Anna, no Garape Mirim”, de Schwebel, 1756.	101
FIGURA 62	Localização da igreja de Santana do Bujaru	104
FIGURA 63	Localização da igreja de Santa Maria, Guajará Açu, Bujaru.	104
FIGURA 64	Localização da igreja de Santana, Igarapé Miri.	104
FIGURA 65	Brasão no arco cruzeiro.	108
FIGURA 66	Brasão do Império Brasileiro, Primeiro Reinado.	108

FIGURA 67	Detalhe dos ramos sobre o arco do nicho.	109
FIGURA 68	Detalhe dos ramos sob a mesa do altar lateral.	109
FIGURA 69	Segundo altar lateral direito. Observar marca no piso.	111
FIGURA 70	Marca do par do segundo altar lateral direito na parede oposta.	111
FIGURA 71	Detalhe do ornamento do altar lateral direito da Igreja de Santana do Bujaru.	112
FIGURA 72	Detalhe do ornamento (almofada/painel) do altar lateral direito da Igreja de Santana do Bujaru.	112
FIGURA 73	Altar lateral da Igreja de Santana do Bujaru.	113
FIGURA 74	Altar lateral da Igreja do Rosário da Campina (Rosário dos Homens Pretos), atribuído a Landi.	113
FIGURA 75	Falso console de apoio da banqueta dos altares laterais.	114
FIGURA 76	Espaço da pedra d'ara no altar lateral.	114
FIGURA 77	Espaço da pedra d'ara no altar-mor.	114
FIGURA 78	Altar-mor da igreja de Santana do Bujaru	115
FIGURA 79	Altar-mor da capela da Ordem Terceira do Carmo, Belém	115
FIGURA 80	Nossa Senhora do Carmo – Santa Bárbara.	119
FIGURA 81	Imagem de Santana Mestreira.	120
FIGURA 82	Imagem de São José de Botas.	120
FIGURA 83	Imagem de São Sebastião.	121
FIGURA 84	Imagem de São Lázaro.	121
FIGURA 85	Imagem de Nossa Senhora do Rosário da Igreja de Santana do Bujaru.	122
FIGURA 86	Imagem de Santa Maria, Igreja de São João Batista, Guajará-Açu, Bujaru.	122
FIGURA 87	Local de onde foi retirado o fragmento de argamassa.	131
FIGURA 88	Fragmento de argamassa com indicação das várias fases.	131
FIGURA 89	Gráfico difratométrico da amostra AIS1-1 indicando os diferentes picos: Qz (Quartzo), Ca (Calcita) e Ka (Caulinita). Presença de amorfo até aproximadamente 20° Theta.	133
FIGURA 90	Gráfico difratométrico da amostra MNS3-1 indicando os diferentes picos: Qz (Quartzo) e Ca (Calcita). Presença de amorfo até aproximadamente 20° Theta.	134
FIGURA 91	Gráfico da análise difratométrica da amostra RRS2-1, indicando os picos de difração: Qz (Quartzo), Ca (Calcita) e Ka (Caulinita). Presença de amorfo até aproximadamente 20° Theta.	135

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Tabela de exames a partir de técnicas instrumentais das diversas fases, materiais e potencialidades do fragmento.	131
TABELA 2	Lista de padrões da amostra AIS1-1.	133
TABELA 3	Lista de padrões da amostra MNS3-1	134
TABELA 4	Lista de padrões da amostra RRS2-1	135

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A	Artigo “Iconografia do Rio Guamá: à margem de Belém”	162
APÊNDICE B	Artigo “O Lugar do patrimônio cultural contemporâneo: conceito e realidade a partir de uma visão amazônica”	182
APÊNDICE C	Artigo “Santana do Bujaru: Lugar de memória ou não lugar?”	202
APÊNDICE D	Artigo “Igreja de Santana do Bujaru: pesquisa a partir de índices”	212
APÊNDICE E	Artigo “Santana do Bujaru: lugar e identidade”	227

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1	Linha do Tempo	246
ANEXO 2	Títulos de terras nos séculos XVIII e XIX, no rio Bujaru	247
ANEXO 3	“Lista das igrejas parochiaes, freguesias e povoaçoens desta Capitania do Grão Pará e das pessoas maiores e menores, q respectivamente tem, segundo os Róes de Confessados do Prez.te anno de 1765”	
ANEXO 4	Título de posse de terra da igreja de Santana do Bujaru	252
ANEXO 5	Composição da câmara municipal, em 1868	254
ANEXO 6	Composição da assembleia provincial, em 1868	255
ANEXO 7	Principais nomes de Bujaru, em 1868	256
ANEXO 8	Religiosos em Santana e Bujaru	260
ANEXO 9	Levantamento arquitetônico	262
ANEXO 10	Santoral carmelita	271
ANEXO 11	Cronologia do atual município de Bujaru	273
ANEXO 12	Localização de potenciais sítios patrimoniais	287

LISTA DE ABREVIATURAS

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (do francês <i>Congrès Internationaux d'Architecture Moderne</i>)
DPHAC	Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Pará.
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LACORE	Laboratório de Conservação e Restauração
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado do Pará
SPEVEA	Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	21
2.	CONTEXTO HISTÓRICO	27
2.1.	A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NO VALE DO GUAMÁ	30
2.2.	A OCUPAÇÃO DO RIO BUJARU	49
2.2.1.	Colonos e donos de terras	50
2.2.2	Paróquia de Santana do Bujaru	58
2.3	QUANDO A HISTÓRIA FICA PARA TRÁS	69
3.	A IGREJA DE SANTANA DO BUJARU	78
3.1.	DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA	80
3.2.	DESCRIÇÃO TIPOLOGICA	97
3.3.	DESCRIÇÃO ESTILÍSTICA	106
3.3.1	Elementos integrados	107
3.3.2	Elementos artísticos	117
4.	ANÁLISES DA IGREJA DE SANTANA DO BUJARU	124
4.1.	ANÁLISE COMO DOCUMENTO	126
4.2.	ANÁLISE DA ARGAMASSA	130
4.3.	ANÁLISE COMO ARTEFATO	140
4.4	ANÁLISE COMO PATRIMÔNIO	143
	CONCLUSÃO	149
	REFERÊNCIAS	154
	APÊNDICES	162
	ANEXOS	245



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

A Igreja de Santana do Bujaru surgiu como pesquisa antes de ser projeto de mestrado, projeto de arquitetura antes de ser pesquisa, necessidade de avaliação de propostas antes de se conhecer o objeto e intenção de obra antes de ser processo. Foi através de uma solicitação ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC), da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), onde era então lotada como técnica em gestão cultural, que me foi encaminhado o processo para apreciação de apoio para obra de recuperação da igreja, feito pela comunidade. Indo para uma viagem de trabalho para o Acará, um comando vago solicitava que buscasse registrar a igreja de Santana de Bujaru e, a única igreja visualmente registrada no caminho foi a matriz de São Joaquim. Enfim, desde o início, pode-se dizer, que as palavras para sintetizar o estudo da igreja de Santana do Bujaru foram *imprevisto e desencontro*.

Quando, enfim, houve o contato com a igreja de Santana, em abril de 2010, a equipe do DPHAC percebeu que aquela não era uma igreja qualquer e, por sua singularidade, a sua localização e o desconhecimento de sua existência causavam um estranhamento inquietante. Era necessário entender, independentemente das demandas, o que significava de fato a igreja de Santana do Bujaru. Em maio do mesmo ano, depois de um mês em que as provocações do objeto arquitetônico passaram a gerar discussões sobre seus detalhes e relações com outros contextos de proximidade histórica ou geográfica, retornou-se à Bujaru e Santana, e se pode observar mais detidamente alguns detalhes, fazer algumas prospecções que revelaram não apenas questões técnicas, mas também dados preocupantes quanto à questão sanitária da comunidade. Outros fatores se somaram ao contexto, transformando a igreja de Santana do Bujaru em um elemento que pudesse se tornar um gerador de promoção social para a região.

Santana do Bujaru não possui sistema regular diário de transporte público, seu ritmo e relação com a velocidade e outros elementos característicos da modernidade ainda são tangenciados. Com características de entorno rural, porém tem seu próprio cartório, cemitério e uma igreja de pedra que marca o espaço da comunidade, como marco, de frente para o rio Bujaru. Para a caracterização do



objeto arquitetônico sobre o qual se debruçaria a pesquisa, com dificuldades de locomoção ao sítio e ausência de documentação na localidade que pudesse contribuir para o entendimento, partiu-se para uma estratégia metodológica que buscasse construir o cenário e a compreensão do objeto arquitetônico de forma sistêmica.

Como fontes de informação valeu-se a pesquisa de três caminhos: os relatos, os documentos e a própria matéria da arquitetura e sítio. Desta forma pode-se cumprir o propósito de investigar a igreja de Santana do Bujaru.

Metodologicamente os relatos foram sendo inscritos em cadernos de campo, trazendo um conjunto complexo de dados que faziam referência também sobre outros sítios de valor cultural histórico para Bujaru, como a Bom Intento, especialmente, e Engenhoca. Esses relatos, que passaram a ser registrados a partir das viagens feitas entre outubro e novembro de 2010, quando não foi possível chegar até Santana, devido a dificuldades de acesso, de ausência de sistema público e regular de transporte à comunidade.

A opção pela busca de amadurecimento das referências históricas surgiu por dois caminhos: um necessário, de revisão bibliográfica sobre a presença da Igreja no Pará e a transferência, em 2011, para o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), onde foi possível ter acesso ao acervo iconográfico da instituição. Foi um achado a identificação do “Mappa dos Rios Guamá, Guajará e Cayté do Estado do Grão-Pará, aonde mostra-se o Caminho novamente aberto por terra da Villa nova de Bragança para a de Ourém”, citado no livro de Reis Filho, reproduzido parcialmente do original de autoria de Galluzi pertencente ao Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Esse mapa, datado de 1754 e cuja réplica existente em Belém é assinada pelo Capitão Antonio Vilela de Castro Tavares em 1870, apresenta o registro da ocupação ao longo de todo o rio Guamá, inclusive com a inserção de proprietários.

A discussão inicial do texto final dessa dissertação baseou-se na compreensão histórica do sítio e da construção do espaço colonial a partir da presença da igreja, especialmente a Ordem Carmelita. Para tanto, foi necessário aprofundar na compreensão dos contextos de época sobre as políticas de concessão de sesmarias e terras para que pudesse entender as motivações e



eventuais fluxos simbólicos, de propriedade e econômicos que constituíam o sítio histórico de Santana do Bujaru. Dessa forma, para acompanhar o discurso carmelita a pesquisa se baseou nos textos de Frei André Prat e o Frei Wilmar Santin como principais referências. Para construção da cronologia a respeito da história da paróquia de Santana do Rio Bujaru, posteriormente transformada em Paróquia de São Joaquim, baseou-se no Livro de Tombo que, se não é capaz de atender todas as demandas de informação e esclarecimentos, é, contudo um material de ricas referências, sobre o qual, nas entrelinhas, é possível captar discursos que configuram a mentalidade dos gestores paroquiais à época. Outra fonte de referência importante foram os relatos das visitas pastorais que ocorreram a partir de 1749, com o terceiro bispo do Pará D. Frei Miguel de Bulhões e Souza, onze anos após a criação da freguesia e vinte e cinco do bispado.

Importante ressaltar que a historiografia construída ao longo do segundo capítulo foi muito influenciada por linhas como a história oral e a microhistória¹, não se caracterizando em uma construção de historiografia clássica. Ambas tem aproximações com a antropologia e a etnografia que, também, permeiam todo o texto dessa dissertação. O longo traçado histórico se interrompe com a mudança de sede paroquial e administrativa para a nova cidade de Bujaru que, cabe registrar, manteve de seu longo passado apenas a referência do rio que banhou seu núcleo originário, Santana.

O terceiro capítulo trata da análise física da igreja de Santana do Bujaru e da espacialidade que a configura. Será feito primeiramente de uma descrição arquitetônica que, senão completa, buscou trazer o máximo de informações que permitissem sua compreensão a partir das técnicas construtivas, materiais e danos.

¹ As duas linhas historiográficas citadas são recentes, e advém do mesmo princípio: dar voz aos atores que fazem a construção histórica, para além dos grandes vultos, isto é, fugir da visão positivista da História, de descrição de acontecimentos factuais. Este novo entendimento surge a partir da *Escola dos Annales*, em Paris, surgido no entre-guerras do início do século XX, e possui como expoentes Lucien Febvre e Marc Bloch, visando o entendimento da História como processos de longa duração. A partir da *Escola dos Annales* surgem várias linhas de abordagem historiográficas, que passam a rever, igualmente, a soberania do documento escrito como fonte inequívoca de informação histórica. Nesse contexto, e com o advento de técnicas de coleta de som acessíveis, surge a história oral a partir da década de 1950, sendo incorporada por vários campos das ciências sociais, como metodologia de acesso a informações. Sobre a microhistória, esta surge na Itália, a partir da década de 1970, tendo como expoentes Carlo Ginzburg e Giovanni Levy, e busca o recorte espacial e temporal para a análise de um contexto histórico. A opção por estas linhas teóricas na abordagem metodológica da pesquisa histórica visou fortalecer a potencialidade do objeto arquitetônico – único e específico – da Igreja de Santana do Bujaru como elemento capaz de dar conta de um conjunto de referências que se ampliam para contextos maiores.



Nesse item, talvez o ponto de maior atenção tenha sido a busca pela caracterização da cobertura, especialmente do sistema estrutural.

Como caracterização tipológica buscou-se entender semelhanças da implantação da igreja de Santana do Bujaru em relação a outras situações dos séculos XVIII e XIX, tais como as igrejas e capelas componentes de unidades rurais como sítios e fazendas, além de características da relação das igrejas desse período com os cursos d'água aos quais estão associados. Deve-se esclarecer que, embora possam ser tratados como sinônimos em determinadas situações, o objetivo aqui é estabelecer um desmembramento entre a caracterização arquitetônica e tipológica, como explicado. A descrição estilística tratou dos elementos que tangenciam as questões das artes visuais (na qual a arquitetura também se insere) e tratou-se de identificar elementos de estilo que permitissem a busca pela datação e aproximação estética tanto dos elementos integrados quanto dos elementos artísticos. Desta forma, buscou-se atender à caracterização estilística, a partir de seu conjunto de referenciais.

Embora possa se considerar que os objetivos propostos à pesquisa estivessem contemplados nos capítulos anteriores, algumas inquietações teóricas e técnicas, ao longo do percurso da pesquisa, promoveram questionamentos que caberiam ser expostos, visto terem permeado várias definições do contexto.

A primeira delas seria partir do princípio que a Igreja de Santana do Bujaru deva ser lida e compreendida como um documento (ou monumento), fazendo a leitura da Arquitetura como um exercício de interpretação de um testemunho de época, a partir da tradução de seus signos, intertextos e mensagens, nem sempre explícitos.

Na sequência é apresentado o fruto de atividades laboratoriais desenvolvidas em disciplina do Programa – Técnicas Instrumentais Aplicadas à Arquitetura – onde foi possível analisar um fragmento de argamassa do interior da igreja, buscando sua caracterização. Outras discussões, que se complementam, foram sobre a compreensão da igreja de Santana como um superartefato², e que dialoga com a primeira dessas abordagens complementares. De fato as três avaliações buscaram o cerne da igreja de Santana do Bujaru, igualmente na dimensão de suas

² Trata-se do nome atribuído às grandes estruturas, objeto de estudo da Arqueologia da Arquitetura.



referências físicas, icônicas e documentais, mas também de forma dialógica entre elas e com o restante da pesquisa.

Por fim, como não poderia deixar de haver, a análise da igreja de Santana do Bujaru como patrimônio cultural, buscando compreender a quem e para quem se estabelece a relação de pertencimento do bem material imóvel e sua dinâmica cultural histórica.

A busca por estabelecer de forma sistemática os vários caminhos e fios que compõem o tecido cultural que tem, a partir da igreja de Santana do Bujaru seus desenhos próprios, certamente, não intenciona dizer tudo que essa igreja representa para a sua comunidade e para o município de Bujaru, porém acredita-se que foi possível dar resposta às inquietações iniciais. A pesquisa arquitetônica do objeto histórico, entendido como bem patrimonial faz com que, a igreja de Santana do Bujaru, entendida como um estudo de caso, seja capaz de jogar luz sobre as formas de ocupação colonial do rio Guamá, especialmente nos séculos XVIII e XIX, utilizando como ferramentas os métodos científicos disponíveis, da tecnologia à linguagem visual, passando pela arqueologia, história e antropologia.



CONTEXTO HISTÓRICO



2. CONTEXTO HISTÓRICO

“Missionários e colonos, cada um dentro de seus objetivos, medindo a extensão dessa tremenda realidade, sem esmorecimento atiraram-se à pugna. Foram, destarte, protagonistas de um grande episódio da História da Civilização na área tropical sul-americana. Chocaram-se, aqui e ali. Prejudicaram, com esses incidentes, a marcha da conquista. Permitiram uma compreensão exaltada sobre o processo colonial. Mesmo assim, realizaram tarefa gigantesca.”

(Artur Cesar Ferreira Reis³)

O contexto histórico da ocupação da região amazônica nos primeiros momentos da empreitada colonial é complexa e rica em elementos e atores. Por ser uma história de tantos meandros de ordem física, política e simbólica, muitas vezes, ao embrenhar-se nesse caminho, pode provocar a perda do rumo, portanto, para que não ocorra o risco, buscou-se entender essa tessitura tão rica em um recorte geográfico que se aproxime ao máximo de nosso objeto de estudo – a igreja de Santana do Bujaru – quer nos caminhos físicos, quer nos temáticos. A abordagem histórica que é proposta visa compreender esse objeto arquitetônico, a fim de elucidar os detalhes que o compõem, além dos agentes de construção do sítio histórico.

Como ponto inicial de análise para a compreensão ou exposição desse contexto, teremos como partida um dado: dos por quês da ausência de representação cartográfica do rio Guamá, artéria fluvial da qual o rio Bujaru é afluente, nas iconografias do século XVII, surgindo já em meados do XVIII⁴. O estranhamento se faz a partir do fato de que há ocupação efetiva destas terras, por doações de sesmarias, desde os primórdios da colonização lusa e, por ser a então Cidade do Pará assentada na foz do rio Guamá.

A presença da Igreja Católica se faz neste território através de fazendas de produção que alimentavam a subsistência dos frades da ordem carmelitana, sediados em Belém. Para tanto é necessário identificar os indícios históricos e físicos, e as relações que esta ordem estabelece com a igreja de Santana do Bujaru,

³ ANNAES BIBLIOTECA NACIONAL, Volume 66 (Livro Grosso do Maranhão, 1948, p. 11.

⁴ Essa exposição é uma síntese do artigo produzido no transcorrer desta pesquisa, denominado *Iconografia do Rio Guamá: à margem de Belém*” (NASCIMENTO, 2011a), APÊNDICE A.



que passa, no século XVIII a assumir papel importante, e que se entrelaça nas cenas religiosa e política, da Província do Pará e da cidade de Belém.

Portanto, resguardadas as proporções devidas e sem ufanismos, identificam-se Santana do Bujaru e sua importância local, tendo a igreja de Santana preservada como símbolo dessa dimensão de poder, pretérito e presente. Com o alvorecer da República e mudança de paradigmas de desenvolvimento, vemos Santana do Bujaru localizando-se à margem da construção histórica.

O reconhecimento destes contextos temporais, sob o ponto de vista da análise do valor histórico desta edificação e seu sítio garantem subsídios para sua qualificação como testemunho histórico da colonização do vale do rio Guamá durante o período colonial.



2.1. A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NO VALE DO GUAMÁ

“Também o que não é falado significa.”

(Eni Pulcinelli Orlandi)

A iconografia americana e amazônica antecede seu conhecimento. Sem buscar as gêneses, passamos a analisar as representações do território da foz do rio Amazonas que se estende nas proximidades da atual cidade de Belém/PA, a fim de identificar nestas representações cartográficas de que forma se consolida o território de seu entorno, especialmente do rio Guamá e de um de seus afluentes, de interesse especial para esse trabalho, o rio Bujaru. Este interesse se deve ao fato da pouca e desconhecida informação sobre a formação desta região – e poderia afirmar sobre a formação do território colonial amazônico – que foi palco de embates e reivindicação de várias nações e inclusive da Igreja⁵. É possível, sem dúvida, supor que a vasta referência documental produzida a partir do século XVIII, em especial pela equipe que compôs a I Comissão Demarcadora de Limites, como uma necessidade de afirmação da política pombalina, construindo um novo cenário para o território amazônico, que se refletiria com a construção de um novo discurso econômico e nas demais relações da região.

O limite do Tratado de Tordesilhas não defendia o território amazônico de forma favorável à corte portuguesa. As várias tentativas de definir os limites entre as coroas lusa e hispânica eram construídas a partir de indefinições muito propícias a uma ou outra (FIGURA 1). Sem um maior aprofundamento desta questão, é possível observar, a partir da cartografia da época, como e com que critérios estas imagens forjaram o território amazônico e, em especial, as lutas e tensões que fizeram da região de entorno da cidade de Belém, desde a sua fundação, um espaço neutro e, por isso, invisível.

⁵ Segundo o pesquisador Pe. Ilário Govoni S.J. (no seminário *Tecnologia Colonial do Grão Pará e Maranhão no século XVIII* ocorrido em 4 e 5 de junho de 2011 no Centro de Cultura e Formação Cristã, Ananideua/PA), um dos principais argumentos para a expulsão das ordens missionárias (especialmente os jesuítas) da Amazônia estaria nas cláusulas secretas do governador da Província, conhecido por *Relação Abreviada*, do Marquês de Pombal, em 1755, onde estaria expressa a intenção por parte dos religiosos jesuítas na criação de colônias e territórios na América para a Igreja.



FIGURA 1: Mapa esquemático com os principais traçados do limite do Tratado de Tordesilhas.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Tordesilhas.

Belém foi fundada, num promontório, na foz do rio Guamá com o braço direito do estuário da foz do Amazonas com a premissa de proteção e guarda. Sua localização é estratégica, visto que para sua barra convergem vários rios⁶, sendo a água principal via de acesso nesse período. Contudo, há uma grande inexatidão na sua representação cartográfica, isto quando ele é representado. É um espaço de contiguidade da Cidade do Pará, onde não houve tensões territoriais e, como um recanto seguro, não houve embates nos seus primeiros tempos que trouxessem à necessidade de rememoração heroica ou de luto: um território de relações amenas que não sustentou um valor memorial. Pode-se, com certeza, afirmar que o rio

⁶ “A esta coadunação de rios serão os naturais e próprios indígenas da terra o nome de **Guajará**, que ainda persevera. Os primeiros portugueses transplantados a tinham denominado **Rio de Belém**, deduzindo este nome da invocação da Virgem de Belém Patrona tutelar da cidade. Mas em rigor geográfico é o **Guamá** (grifos nossos) quem devia manter o seu nome até a ilha de Tatuoca, onde o Tocantins associado com os rios Cupijó, Araticu, Puruaná, Panaiva, Mucajá, Jacundá, Jacarajó, Acutiperera, Uanapu, Pacaiá, Iriuaná, dispanados da costa do continente situado entre Camutá e Gurupá, se ajunte com ele, e ambos defluem no oceano correndo por entre a costa do continente da capital e a costa oriental da Ilha Grande de Joanes; porque o dito continente é uma pequena península principiada da Vila de Ourem, onde um trato florestal de 5 léguas discrimina o berço do rio Caité das águas do Guamá, o qual e o mesmo Caité cingem às terras deste continente.” (BAENA, 2004, p.182)



Guamá e seu afluente, o rio Bujaru são ínfimos se comparados ao grande rio Amazonas, tanto em sua função estratégica e política de quanto em suas dimensões. Contudo, mesmo esta afirmação não justificaria o seu apagamento dos mapas.

A localização da cidade de Belém visava à proteção do limite norte do inconstante traçado de Tordesilhas, já bastante concorrido por vários interesses estranhos à Coroa Portuguesa e tão estratégico à penetração aos sertões. Não se trata de uma construção simples, visto que o território amazônico esteve subordinado a várias tensões, tanto de ordem política quanto simbólica, estabelecendo limites reais e míticos entre as posses daqueles que aqui chegaram e se achavam senhores deste quinhão, desde o século XV. A Igreja também se apresentava como elemento destas tensões políticas, especialmente as missões jesuíticas, tão fortes a serviço de Castela na América. Há uma relação intrínseca entre estas “*margens míticas*”⁷ e os desejos dos colonizadores em determinar os limites, de forma documental, representando e ocultando territórios, construindo os domínios em relatos e mapas.

Essa dimensão mítica foi determinante para a delimitação das fronteiras e interesses na região amazônica – o lago Parima, o Eldorado, as bestas, as Amazonas – que se construíram como referenciais na cartografia e no relato dos primeiros viajantes. As novas fronteiras ocupadas pelos colonizadores europeus trouxeram a necessidade do novo e do fantástico. Antes mesmo da compreensão do território ocidental à Europa, a simples intenção de alcançá-lo trazia em si o desafio do embate com seres míticos e tabus. Desta forma, não é de todo estranho, que as representações deste Novo Mundo viessem repletas de exotismo e mistério. Talvez o Planisfério de Cantino (FIGURA 2) seja perfeito para ilustrar este fato: uma das mais belas iconografias do século XVI, contudo representa o território lusitano na América, a leste do traço de Tordesilhas, como a “Terra dos Papagaios”, com um destaque visual por sua composição gráfica que eclipsa o continente europeu e as Índias sem, contudo, buscar sequer um traçado fictício para o limite do continente, como foi suposto para o asiático. Esta imagem é extremamente representativa do

⁷ Faço referência aqui ao texto de “*Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI*” (UGARTE, 2003) que coloca a América como uma imensa margem do mundo onde haveriam outras margens.



FIGURA 2: Planisfério de Cantino, 1502.



Acervo Biblioteca Estense, Módena (Itália)

que seria para a Europa este novo continente, que viria a encontrar ressoo nos relatos de viagens de Vicente Yañes Pinzón, Francisco de Orellana, Pedro de Úrsua, Lope de Aguire, entre outros que auxiliaram a construir uma “*margem mítica*” (UGARTE, 2003) para o mundo do século XVI.

Quer fosse o Eldorado, a terra de papagaios, um mar doce, o território das guerreiras amazonas ou de qualquer outro cenário ou ser, o fato é que a natureza diferenciada do novo continente, especialmente a “terra de ninguém” equatorial incitava a imaginação que por sua vez construiu territórios onde o contato com o exótico delineou este Novo Mundo. Mesmo a primeira descrição textual que cita o território amazônico, embora com certa precisão dos termos, não se isenta de também fazer o seu relato sobre monstro marinho e sobre as mulheres amazonas:

*“Algumas índias há também entre eles quem determinam de ser castas: as quem não conhece homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentiram ainda quem por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem fêmeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos, e vão à guerra com seus arcos e flechas e à caça perseverando sempre na companhia dos homens, e cada uma tem mulher quem a serve com quem diz que é casada, e ali se comunicam e conversam como marido e mulher.”*⁸ (MAGALHÃES DE GANDAVO, 1576)

⁸ MAGALHÃES DE GANDAVO. *The Histories of Brazil*, p.35 Transcrição própria do fac-símile em português, publicado em conjunto com sua primeira tradução em inglês, de 1922.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

FIGURA 3: “NIEUWE CAERTE” (Novo Mapa da Maravilhosa, Grande e Rica Terra da Guiana).



Fonte: World Digital Library/UNESCO

FIGURA 4: “AMERIQUE”, século XVI.



Fonte: acervo da I Comissão Demarcadora de Limites.
Fotografia: Estefany Miléo



Os discursos sobre o fantástico território amazônico e suas representações gráficas foram incorporados como instrumento de preservação dos territórios conquistados, para que as incursões estrangeiras fossem menos intensas. Isso pode ser confirmado nas várias iconografias holandesas (FIGURA 3), francesas (FIGURA 4), espanholas (FIGURAS 5 e 6), além de portuguesas nesse século que apresentam bestialidades e feras. A luta territorial, antes de ser travada em confrontos militares ou diplomáticos, foi feita em documentos manuscritos, desenhos e aquarelas que, num momento em que apenas a pena sobre o suporte de um documento poderia ser considerada como informação confiável. Desta forma as fronteiras traçadas a tinta eram protegidas por guardiões armados e selvagens, desenhos de fortificações e outros perigos.

Sem aprofundamento maior em uma análise comparativa de iconografias de várias bandeiras, é possível verificar nas imagens apresentadas que, mesmo aquelas que trazem uma aproximação cartográfica com a geografia da região, em nenhuma há a representação do Rio Guamá e, conseqüentemente, seus afluentes.

Interessante notar que não apenas no mapa que Theodoro de Bry⁹ fez com privilégio da majestade espanhola, mas em vários mapas do acervo da I Comissão Demarcadora de Limites, pode-se observar este tipo de representação, onde a Província do Peru domina a região amazônica, inclusive com a mudança de nome de localidades já estabelecidas, como observada a cidade de Orellana (FIGURA 6), onde estaria fundada, há quarenta anos da data da execução do mapa pelo eminente cartógrafo, a cidade de Belém. Por sua vez, é de um anônimo holandês a representação mais antiga da cidade de Belém (FIGURA 7).

De acordo com Reis Filho (2000), a próxima iconografia conhecida da cidade de Belém só surgirá cento e dez anos depois. Para entendimento, do contexto de época, Magalhães de Gandavo diz:

⁹ Theodor de Bry (Liège, 1528 – Frankfurt, 1598) foi ourives e editor belga que se tornou especialista em gravuras em cobre. Nascido na Bélgica, logo fugiu para a Alemanha fugindo de perseguições religiosas de católicos espanhóis. Viveu também na Inglaterra, onde expôs seus trabalhos sobre as viagens de exploração dos De Bry ao novo mundo, editada sob o nome de *Grand Voyage* (1606), referência que subsidiou a cartografia dos séculos seguintes, como o Atlas Mercator, de Jodocus Hondius, 1606. Entre suas iconografias, está uma muito conhecida no Brasil que retrata um ritual de canibalismo dos índios tupinambás na então colônia portuguesa. O trabalho de Theodore de Bry foi continuada por sua viúva e filhos, o que, faz com que surjam iconografias sob sua assinatura após a sua morte.



*“Porém já que os estrangeiros a tem noutra estima, e sabem suas particularidades melhor e mais de raiz que nós (aos quais lançaram já os Portugueses fora dela à força d’armas por muitas vezes) parece coisa decente e necessária, terem também os nossos naturais a mesma notícia [...]”*¹⁰
(MAGALHÃES DE GANDAVO, 1576)

FIGURA 7: “De stat ende fort van Grand para”, autor não identificado, século XVII
(acervo: Algemeen Rijksarchief, Haia)



Fonte: REIS FILHO (2000)

Com isto destaca o quão importante era para as outras nações conhecer bem a geografia de um território sobre o qual nem mesmo os portugueses dominavam. A política colonial portuguesa carecia de um posicionamento em relação à política de suas coroas. A ocupação do território, as relações econômicas e sociais estavam sendo mediadas por donatários, sesmeiros e ordens religiosas. Os representantes da Coroa na província pouco ou nada tinham de autonomia, muitas vezes sendo forçados ao contradito para atender às determinações de Portugal.

É no mínimo curioso perceber que o mapa do Pe. Samuel Fritz S.J. (FIGURAS 8 e 9), o qual dedica a D. Felipe V, encerre seu desenho aproximadamente onde seria a fronteira mais consolidada do Tratado de Tordesilhas¹¹ e, coincidentemente (ou não) mais favorável à coroa hispânica. De

¹⁰ MAGALHÃES DE GANDAVO. *História da Província de Sa(n)cta Cruz a qui' vulgarme(n)te chamamos Brasil, 1576 prólogo.*

¹¹ Onde praticamente coincidem os traçados de Ferber (1495), dos Peritos de Badajoz (1524) e Olivedo (1545), pouco além de 45°. Veja FIGURA 1.



FIGURA 8: “O Maranhão ou Rio Amazonas com a Missão da Companhia de Jesus”.
Autor: Pe. Samuel Fritz SJ, 1707.



ACERVO: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

FIGURA 9: Detalhe do mapa anterior. Autor Pe. Samuel Fritz SJ.



forma tímida, o Rio Guamá surge neste desenho, sem denominação, enquanto que no mapa de Theodoro de Bry um grande rio, indeiro à cidade de Orellana, é



identificado com a toponímia de Rio Aoripana¹². A comparação desses dois mapas já apresenta a perspectiva necessária para o entendimento da análise proposta

Longe das tensões reais (de holandeses, franceses e ingleses invadindo por vários flancos o território), presumidas (como a presença incômoda dos jesuítas na região) ou simbólicas (das representações das leituras dos navegantes sobre o que viram em suas expedições), o rio Guamá e seus afluentes mantêm-se invisíveis, mas não inexistentes, como veremos mais adiante, pois muitas sesmarias já estavam ocupadas, podendo-se dizer que com domínio português extensivo sobre o território.

Por seu turno, a iconografia lusitana, ou poderia agora dizer, a serviço da coroa portuguesa visou fortalecer a ocupação do território americano através da determinação de capitanias, sesmarias e datas de terras, que foram se consolidando como províncias ao longo dos séculos. Se nem todos os domínios portugueses foram exitosos, econômica e politicamente, ao menos configuraram mapas que, através deles, foi-se forjando uma unidade territorial que foi útil para a argumentação sobre as questões de fronteiras que iriam se consolidar nos séculos XIX e XX. O projeto da unidade da colônia portuguesa na América trouxe em si o signo da unidade, manifesta até o surgimento das províncias, que levaram a dividir o controle desse imenso território. Isso se deve à relação íntima entre a Igreja e a Coroa, que muitas vezes delegava à primeira o papel de desbravar, no sentido lato, o território e suas populações.

O projeto lusitano visava a colonização com a partilha do território entre patrícios, isto impunha a vinda das mesmas referências culturais, uma certa homogeneidade do território, mesmo que partilhado; este domínio não era capaz de dar conta dos grandes territórios, vencer as serras e por consequência os sertões eram despoavoados. Este dado explícito no título do mapa de Sanson, de 1656 (FIGURAS 10 e 11), que configura a diferença entre a vontade política da Coroa

¹² Segundo Steinen (1942), p. 25 temos que *“No célebre mapa do padre Samuel Fritz, que reproduz o que se sabia do “rio Maragnon” em 1700, o rio Xingu é denominado rio Aoripana e é um pouco mais longo que o “Topayos”, atingindo 8º de latitude sul. À direita, mais ou menos a 1º da parte superior da embocadura, encontra-se uma aldeia que se chama Xingu. O nome atual provém dessa colônia de índios, bem como o da povoação ainda hoje existente, situada na foz do Paru, que fica em frente à do Xingu.”* Esta posição de Steinen joga ainda mais indefinição para essa “cidade Orellana” grafada com destaque no mapa, que corresponderia no mapa de Fritz à cidade de Gurupá, que já constava como território luso em 1639. Tudo isso só reafirma as batalhas simbólicas estabelecidas na diplomacia colonial.



Portuguesa (FIGURA 12) e a ocupação efetiva do território. A presença das ordens religiosas missionárias era útil para mediar o choque cultural entre o nativo e o colonizador e para marcar ocupação das áreas inóspitas, enquanto algumas ordens mantinham suas funções associadas às cidades ou com a instalação de conventos

FIGURA 10: “Brasil cuja Costa é de posse portuguesa dividido em quatorze capitânicas o centro do país é habitado por muitos povos quase todos eles desconhecidos”

Autor: Nicholas Sanson, 1656.



FONTE: Biblioteca Digital Mundial, UNESCO.

FIGURA 11: Detalhe do mapa “Brasil cuja Costa é de posse portuguesa...” mostrando a *Capitania de Pará* e *Capitania de Maranhon*.

Autor: Nicholas Sanson, 1656



FONTE: Biblioteca Digital Mundial, UNESCO.



FIGURA 12: “As capitânicas do Brasil e o litoral da América do Sul entre a foz do Amazonas e a Terra do Fogo”, Luís Teixeira in *Roteiro de todos os sinaes, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas, que há na Costa do Brasil, desde o cabo de Santo Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*, Ca. 1585-1590, folio 34.



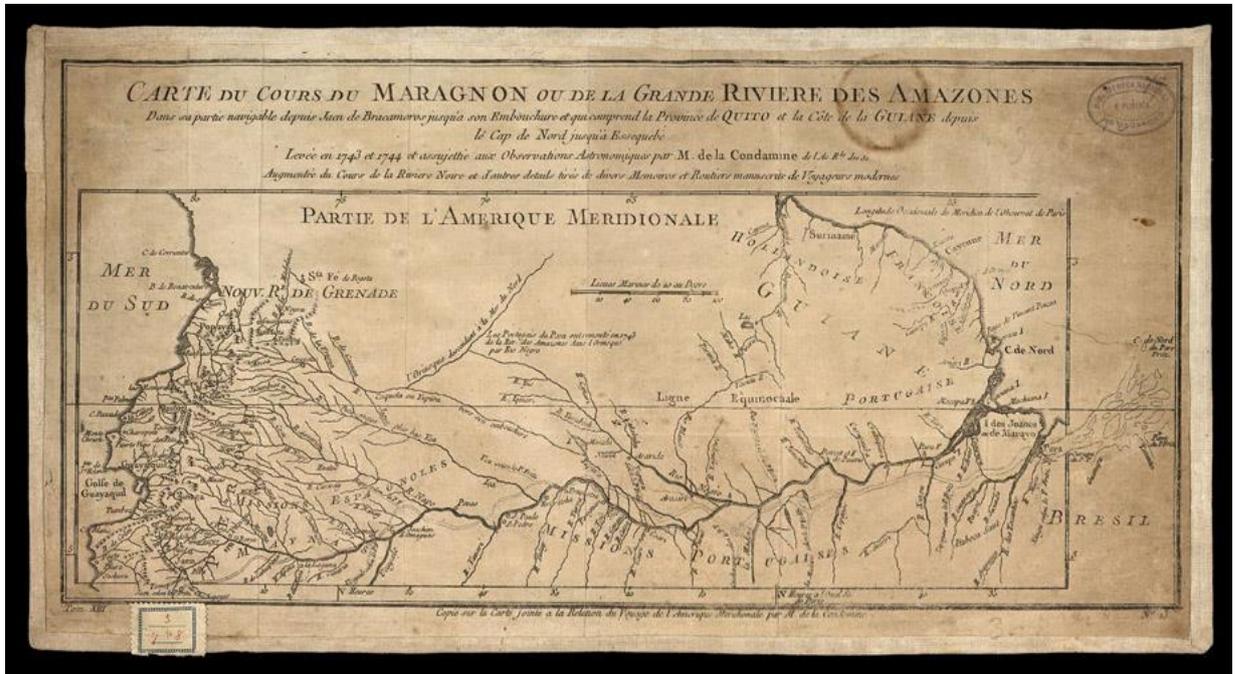
ACERVO: Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

Com o surgimento da Província do Grão Pará e Maranhão há a tentativa de garantir o território amazônico a partir de sua foz, esse sertão de fácil acesso fluvial, do crescente interesse de outras nações. A confusão geográfica entre o que seria a foz do rio Marañon e das Amazonas foi resolvida com a instalação das atuais cidades de São Luiz e Belém, demarcando o limite primitivo do Tratado de Tordesilhas, reafirmado no século XVII e dispensado com a União Ibérica.



visto que muitas expedições de reconhecimento ou conquista se aventuravam aos sertões.

FIGURA 14: “Carte du cours de Maragnon ou de la Grande Rivière des Amazones”.
Autor Condamine, 1744



FONTE: Biblioteca Digital Mundial.

Consolidada a posse e seguros de seus domínios, a Comissão Demarcadora de Limites veio traçar os documentos e dar as regras. Os caminhos do Rio Guamá já não eram segredo; fato que a sua ocupação é contemporânea à fundação de Belém, através de sesmeiros desde o século XVII¹³, traçando novo vetor de expansão da Cidade de Belém que nada tem a ver com a propalada superação do Piri¹⁴. Enquanto o alagado era um estorvo, a água em grande volume era, de fato, a via de circulação do período colonial e foi, ao longo dos rios, que foram consolidando as ocupações. Não diferentemente das aldeias missionárias jesuíticas, que foram paulatinamente sendo laicizadas, gerando as cidades que ostentam suas igrejas voltadas para os rios. Ao contrário das cidades onde as ocupações construíam as vias através de suas fachadas, as vias fluviais determinaram a ocupação de suas

¹³ ITERPA; APEP. *Coleção Iterpa Sesmarias: 1721-1824*, 2010.

¹⁴ O discurso oficial sobre a história de Belém afirma que seu sítio original – que deu origem ao primeiro bairro (Cidade, atualmente conhecido como Cidade velha) -, deveu seu crescimento territorial à superação do alagado do Piri, permitindo o surgimento do segundo bairro, Campina.

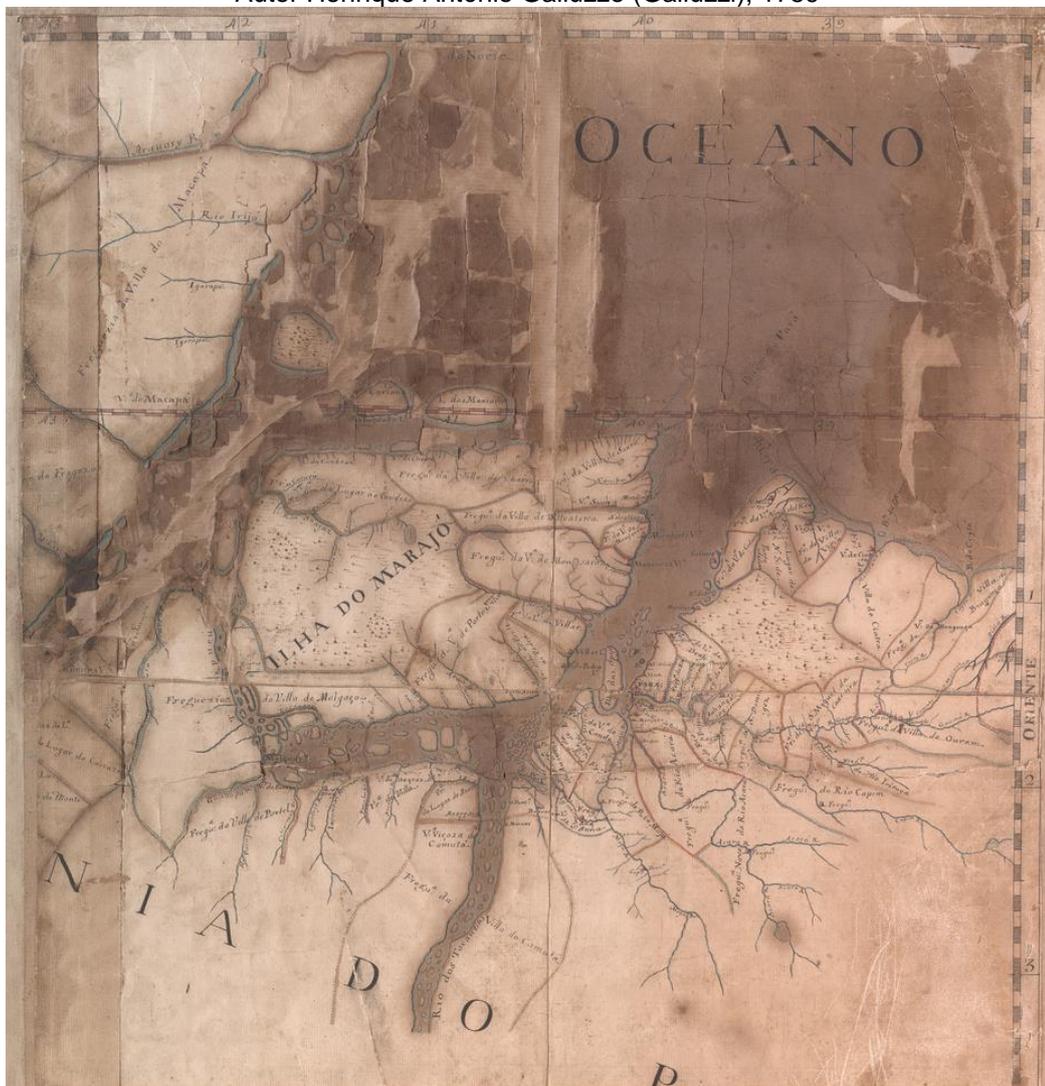


IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

orlas. A ordenação dos espaços, o reconhecimento e o fortalecimento das ocupações, o estabelecimento de limites e normas, traços e estilos, tudo veio com a equipe de técnicos desta Comissão. Não é de todo sem sentido o reconhecimento de uma história do Pará e da Amazônia a partir de meados do século XVIII e tamanha dificuldade de se construir uma trajetória anterior. Engenheiros militares, cartógrafos, desenhistas e, concomitantemente, viajantes, estudiosos e seus relatos foram traçando um corpo documental sobre a região. Não cabe mais construções fantasiosas nem alegóricas, pois vários olhares estão descrevendo tudo, inclusive o olhar da Igreja (FIGURA 15).

FIGURA 15: “Mapa geral da diocese do Pará: Mostra a divisão das paróquias onde o venerável Padre Miguel de Bulhões III, bispo do Pará, fundou e construiu a diocese”, folha 4.
Autor Henrique Antônio Galluzzo (Galluzzi), 1759



Acervo: Biblioteca Nacional.
FONTE: Biblioteca Digital Mundial



Muito mais do que entender como os mapas representam ou não uma região, é importante buscar compreender o não-dito dos vários discursos dos documentos. Nesse sentido foi feita a análise que foi apresentada até agora. O cruzamento de fontes nos permite consolidar leituras, mas dentro de qualquer documento existem subtópicos que pedem o seu decifrar.

A Comissão Demarcadora de Limites, no século XVIII tinha a preocupação de reconhecimento e fortalecimento das conquistas. Fez do papel seus lugares de memória, mesmo na utopia de padronização das paroquiais¹⁵ ou na fortificação da cidade de Belém, porém poucos de seus mitos sobreviveram ao fato documental. Apesar da construção utópica para a Província, há também o reconhecimento cartográfico preciso, função primeira desta Comissão, o que permite referenciar e reafirmar sempre suas posições quase como se fossem em si o mito de origem. Isso se consolida na carência de documentação a respeito dos períodos anteriores, fato que possui várias justificativas, porém também poderia ter uma intencionalidade política. A hipótese de que a inexistência (ou a dificuldade de) informações históricas anteriores à década de 1750 sobre os municípios da região¹⁶ faz crer na prática de *Damnatio memoriae*¹⁷ do período anterior à chegada da Comissão Demarcadora de Limites, que vem sendo resgatado a partir de fontes como a arqueologia. As informações preliminares têm mostrado isto, contudo não cabe neste momento demonstrar esta ocorrência. Entretanto, a atenção a esta possibilidade permite uma pesquisa mais livre das predeterminações históricas, abrindo a possibilidade de vários caminhos.

No século XVIII ainda acreditava-se na viabilidade fluvial. O *Mappa dos Rios Guamá, Guajará e Cayté do Estado do Grão-Pará, aonde mostra-se o Caminho novamente aberto por terra da Villa nova de Bragança para a de Ourem* (FIGURA 16) apresenta claramente isto. Ao comparar com o território da municipalidade de Belém no início do século XX, é possível reconhecer que estes caminhos se

¹⁵ RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. Traços de Antônio Landi (1713 / 1791) nas paroquiais da Amazônia, 2008.

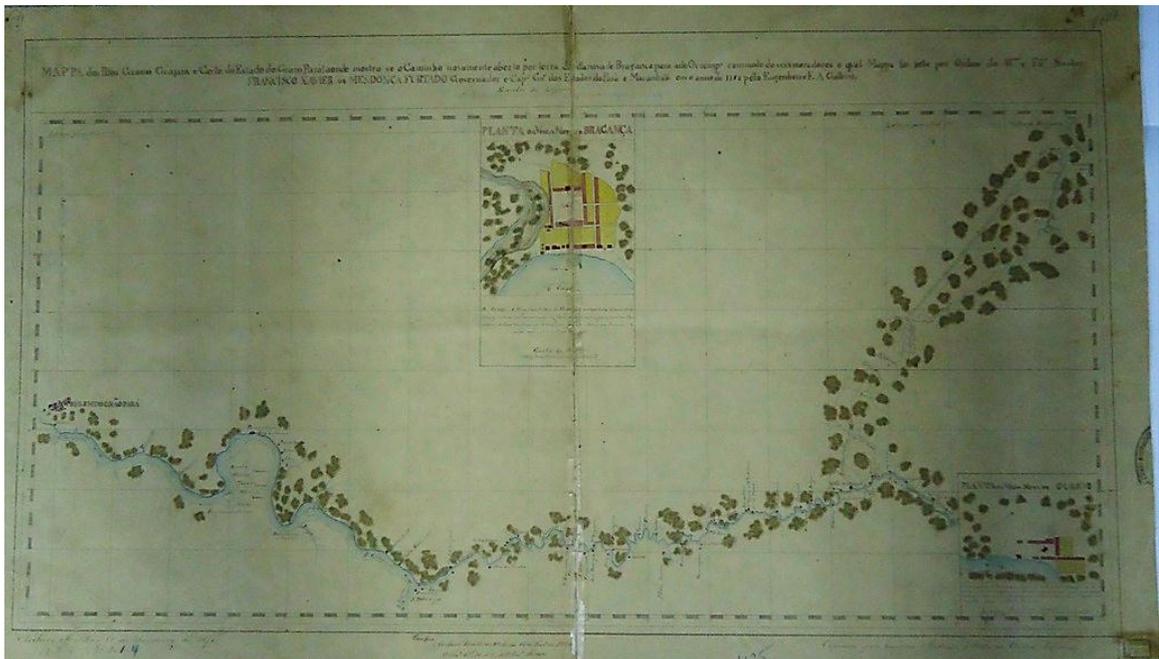
¹⁶ Raramente é possível encontrar informações históricas sobre os municípios do vale do rio Guamá, sendo discurso oficialmente aceito que esses municípios foram fundados por migrantes nordestinos no limiar dos séculos XIX e XX.

¹⁷ *Damnatio memoriae* é uma expressão latina que significa "danoção da memória", usada no sentido de remover da lembrança e que era utilizado na antiga Roma como forma de desonra, que, como ato oficial do Senado, promovia a destruição de traços – tais como documentos e obras – da passagem daqueles considerados traidores do Estado Romano, incluindo-se imperadores.



consolidaram no que seria o núcleo primeiro da Capitania do Pará¹⁸, o que permite afirmar que a necessidade de resguardo deste território do Rio Guamá era, de fato, importante para a estratégia de consolidação da presença portuguesa na Amazônia, ampliando o entendimento de um núcleo de ocupação inicial da presença lusa na antiga Cidade do Pará, pressuposto para a criação do Centro Histórico de Belém, para as suas outras margens, em vetores muito além do Piri.

FIGURA 16: “Mappa dos Rios Guamá, Guajará e Cayté do Estado do Grão-Pará, aonde mostra-se o Caminho novamente aberto por terra da Villa nova de Bragança para a de Ourem”. Desenho de 1759. Autor: E A Galluzzi, 1754 (original)



ACERVO: Arquivo Público do Estado do Pará.
REGISTRO: Claudia Nascimento.

O que pode ser dito sobre o rio Guamá se estende a todos os seus afluentes. A bibliografia sobre os jesuítas¹⁹ não faz referência ao rio Bujaru ou ao rio Guajará, Guamá ou Capim, topônimos do rio Guamá. Por sua vez, a bibliografia de referência sobre os carmelitas²⁰ indica que o território foi doado aos religiosos da Ordem do Carmo ainda no século XVII, muito embora a própria aceitação desta doação tenha sido contestada pela ausência de documentos comprobatórios no século XVIII.

¹⁸ Conforme já mostrado nas Figuras 10 e, em detalhe, na 11, anteriormente.

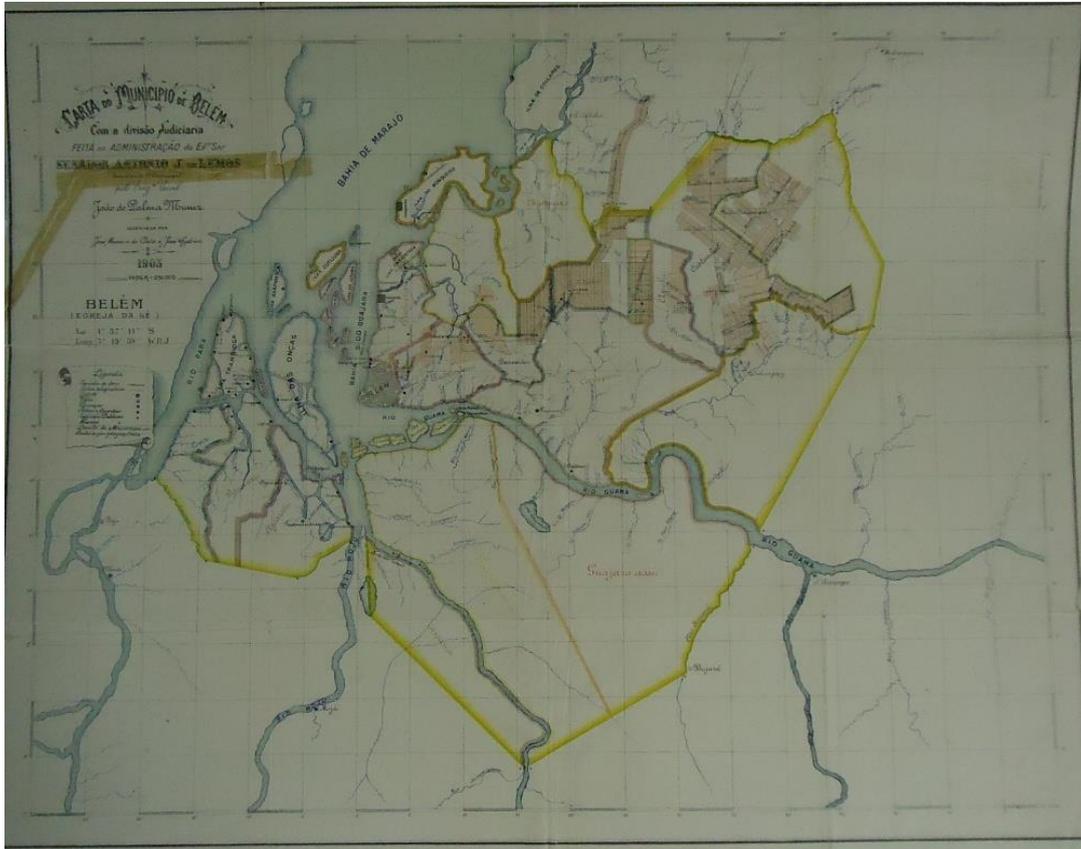
¹⁹ AZEVEDO, *Os Jesuítas no Grão-Pará*, 1999.

²⁰ PRATT, *Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil (Séculos XVII e XVIII)*, 1941.



Porém o mapa de Galluzzi confirma este território carmelitano no entorno do Rio Bujaru.

FIGURA 17: Carta do Município de Belém feita na administração de Antônio Lemos
Autor: Palma Muniz, 1905



FONTE: Arquivo Público do Estado do Pará.
REGISTRO: Claudia Nascimento.

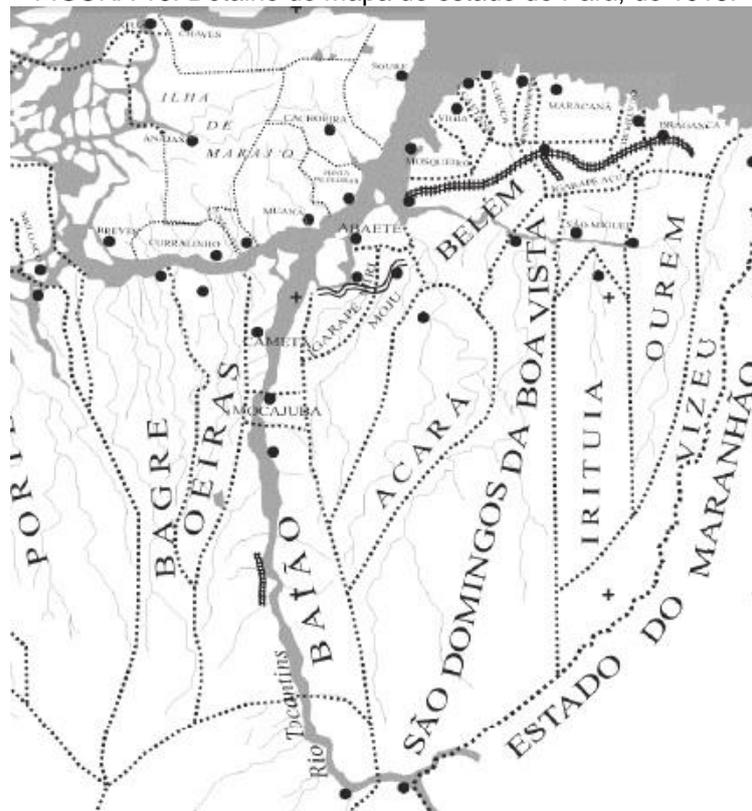
No século XX temos um foco de desenvolvimento a partir de Belém, por vias terrestres (FIGURA 17), e o restante do território, em muito, ainda se assemelhava à divisão das províncias e freguesias, tendo os caminhos dos rios como veios de integração (FIGURA 18).



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

FIGURA 18: Detalhe do mapa do estado do Pará, de 1918.



FONTE: TAVARES, 2008.



2.2. A OCUPAÇÃO DO RIO BUJARU

“A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico.”

(Pierre Nora)

Como foi extensivamente argumentado anteriormente, a região contígua à cidade do Pará, posteriormente Belém, foi resguardada pela função estratégia de abastecimento e de fluxo de acesso à costa oceânica, especialmente pelo detalhe de que as correntes da foz do grande rio das Amazonas ser complexa, por sua posição equatorial. Assim sendo, a “porta dos fundos”, via Ourém e Caeté, era favorável num necessário retrocesso, acesso ao Maranhão ou mesmo à Corte em Lisboa. O rio Bujaru não tinha essa função estratégica, mas encontrava-se nesse caminho, assim como o rio Capim e outros braços fluviais.

O início da ocupação do rio Bujaru se fez, de acordo com registros históricos, a partir de cartas de sesmarias, fornecidas por Bento Maciel Parente²¹, ainda no século XVII e, passados vários momentos e contextos, manteve-se em situação harmônica com o território, a ponto de ser batizada por Frei Caetano Brandão de “Rio da Bela Concórdia”²². Contudo, há um tempo em que o patriarcado desenvolvimentista suplanta a história: a paróquia deixará, no século XX de ser Sant’Ana e mudar-se-á para a nova sede municipal; Bujaru passará a situar-se à beira do rio Guamá e a paróquia a denominar-se-á São Joaquim. Mais que um rompimento simbólico, Sant’Ana esteve à margem de um novo paradigma e de uma nova construção histórica, que passa a afirmar a ocupação do território por migrantes nordestinos.

Desta forma, a ocupação do rio Bujaru se fez em processo de dinâmica histórica até o início do século XX, com momentos de grande relevância e manteve-se em seu fluxo natural, como o próprio rio, guardando a Igreja de Sant’Ana do Bujaru do cíclico renovar urbano, o que vai constituir o cerne desta pesquisa.

²¹ PRAT, Frei André, *Op. Cit.*, p. 143. A distribuição de concessões de terras ao longo do rio Bujaru pode ser observada no ANEXO 1.

¹⁶ AMARAL, Antonio Caetano do. *Memórias para a história da vida do venerável arcebispo de Braga D. Frei Caetano Brandão*, t.1, 1867 p. 271.



2.2.1. Colonos e donos de terras

O processo de ocupação e controle do território no período colonial, de forma efetiva, se fazia a partir da dação de terras, através de documentos denominados Cartas de Sesmarias, fornecidas pelos donatários das capitâneas e províncias régias. Por princípio²³ estas solicitações eram feitas pelos requerentes, endereçadas ao Capitão-mor ou Governador que, confrontadas as informações solicitadas como as informações do provedor da fazenda real, câmara municipal e procurador da coroa, se deferidas, eram lavradas com assinatura da dita autoridade superior. A carta de data e sesmaria valia como título provisório, que deveria ser confirmada após o concessionário *suplicar ao rei*²⁴ a sua validação e a confirmação, por averiguação dos dados fornecidos no prazo de três anos quando, enfim, era concedido o título definitivo²⁵. Contudo, os termos a que o sesmeiro deveria respeitar eram rígidos:

“...possua as ditas terras na paragem mencionada como coisa própria, e todos os seus herdeiros ascendentes e descendentes, sem pensão, nem tributo algum mais que os dízimos a Deus Nosso Senhor dos frutos que nelas houver, e lavrar, a qual concessão lhe faço não prejudicando a terceiro nem a Sua Majestade reservando os paus reais que nelas houver para embarcações, e com obrigação de que mandará confirmar esta Data por Sua Majestade dentro de três anos seguintes, e cultivará as ditas terras de maneira que deem frutos; e outrossim não poderão suceder nelas religiões, ou comunidade, e pessoas eclesiástica por nenhum título que seja, e acontecendo possuí-las será com encargo de pagar dízimos delas como se fossem possuídas por seculares, e demarcará ao termo da posse por rumo de corda e braços craveiras como é estilo e Sua Majestade mandar, e dará caminhos públicos, e particulares para pontes, fontes, portos e pedreiras, e lhe faço a dita concessão não prejudicando a Sua Majestade. Se no dito sítio quiser mandar fundar alguma vila, e

²³ Existem várias controvérsias quanto à distribuição de cartas de sesmarias no período colonial, assunto que absteremos de aprofundar. Como referência será utilizado o texto sob a forma que é apresentado nos Annaes da Bibliotheca e Archivo Público, de 1904, que tratam do tema e que foi relevante fonte do levantamento dessa análise.

²⁴ Esse termo é utilizado na citada referência, e traduz o espírito dos termos aplicados nestas solicitações, quando o concessionário justifica possuir meios para o trato da sesmaria, mas também apresenta informações como não possuir outros bens, necessitar de seus frutos e argumentos afins.

²⁵ “O Cap.m desta Capitania, primeiro Descobridor e Conquistador do Gurupá e Rio Amazonas, Bento Maciel Parente, concedeu a Baltazar de Fontes e sua Mulher Maria de Mendonça huá légua de terra no Rio Bujarú, por carta de 14 de Junho de 1624, feita por Bernardo Ribeiro Serrão, que registrou no Lo das Datas, em 5 de 9bro do mesmo ano. Esta conceção [sic] foi confirmada pelo Sr. Prov.^{or} Francisco Coelho de Carvalho em 14 de Maio de 1627.” PRAT, p. 143.



faltando a qualquer destas clausulas se haverão por devolutas as ditas terras, e se darão a que as denunciar como o dito Senhor ordena.”²⁶

Não raro, as primeiras sesmarias concedidas tornaram-se ociosas por incapacidade do colono em vencer a natureza de suas terras e no século XVII até meados do XVIII, com muita frequência eram passadas, por testamento ou doação, a ordens religiosas, com a contrapartida de orações e missas. Desta forma, receberam os frades carmelitas, por doação, sua primeira fazenda no rio Bujaru e outras propriedades. Frei André Prat lista, em 1785, as fazendas pertencentes ao Convento do Carmo de Belém:

- Santa Tereza do Monte Alegre – vulgo Engenhoca: localizada no rio Guamá.
- Bom Jardim ou Nossa Senhora do Monserrate, no rio Bujaru.
- Engenho de Pernambuco, ou Nossa Senhora do Livramento da Estrella do Monte Líbano, no rio Guamá.
- Santa Cruz, vulgo Igarapé do Cabresto, nas proximidades da foz do rio Moju.
- Pinheiro, ou Nossa Senhora do Livramento: meia légua de terras do igarapé Caraçurí, que deu origem à Vila do Pinheiro e, posteriormente Icoaraci²⁷.
- Assumpção, vulgo Camará: nas cabeceiras do rio Camará, na Ilha Grande de Joanes (Marajó).

As três primeiras estão relacionadas com o contexto desta pesquisa. A Engenhoca, sobre a qual se tem mais informações, foi a primeira fazenda doada aos Carmelitas do Convento de Belém.

²⁶ Texto extraído de ITERPA; APEP. *Op. Cit.* - Livro 8 Doc 71 fl 76v. Observa-se que essas normas, contudo, só se consolidaram com o Alvará Régio de 5 de outubro de 1759. Antes, “a legislação de terras, apesar de varias providencias e actos dos monarchas portuguezes, foi sempre em parte inobservada, confusamente comprehendida em extremo, defeituosa. [...] guiavam-se as concessões por uma abreviada norma extrahida das cartas dos antigos e primeiros donatários, defficiente e favorecedora de graves abusos” (Annaes 1904, p. 150).

²⁷ A Ponta do Mel, assim denominada pelos colonizadores portugueses em 1650, na confluência do Rio Pará com o furo do Maguari, passou a abrigar o posseiro Sebastião Gomes de Souza que em 1701 requereu a terra por carta de sesmaria, denominando-a Fazenda Pinheiro e que foi comprada em 1762 por Antônio Gomes do Amaral que, por fim, doou-a aos carmelitas.



Em 1624 é concedida uma légua²⁸ de terra no rio Bujaru, por carta de 14 de junho, registrada em 5 de novembro a Balthazar da Fonseca e sua mulher Maria de Mendonça, que em 14 de maio de 1627 recebe a confirmação de data. Apenas seis dias após, os mesmos doam esta légua ao convento dos carmelitas, fundado em 1624, que prontamente trataram de demarcar, em 2 de junho do mesmo ano, tendo à frente o nome do provincial Frei Francisco da Purificação. Nessas terras construíram um pequeno engenho e uma capela onde puseram a imagem de Santa Tereza de Jesus, denominando o lugar com o nome de Santa Tereza do Monte Alegre. Em 1703, por não haverem mais os referidos títulos, é solicitada novamente a légua de terra, já usando como referência o rio Goijará (atual rio Guamá), que são registrados em 6 de setembro de 1730, após justificativa do Frei Paulino de Santa Tereza, acompanhada de treze testemunhas, em 1718, sendo, por fim, tombada ao patrimônio do Convento do Carmo em 1731.

Está inscrito neste território a Fazenda Bom Jardim, ou Nossa Senhora do Monserrate, *“um sitiozinho [...] adquirido, com a permissão das Leis daquelle tempo”*²⁹ pelo Frei Jerônimo Coelho, onde, já idoso e após missionar em algumas aldeias³⁰, ali passou a catequizar índios, sendo inscrita como uma missão carmelita na região, a partir de 1729. Com sua morte, em 1745, os prelados mandaram para lá para administrador frei Antônio da Cunha que *“pela sua boa administração e ajudado dos Prelados augmentou [sic] a Fazenda, edificando nella boas cazas de sobrado, e Oratorio, em que se celebra o Sto. Sacrificio, bem alçado, com a mesma Imagem da Senhora.”*³¹

Na outra margem do Guamá localizava-se a maior fazenda carmelita, a Pernambuco, com seis léguas ao longo do rio, um grande engenho de açúcar e extensos canaviais. Propriedade anterior de Domingos Maciel Aranha, que foi concedida por carta de sesmaria em 1658 após quatorze anos de lavra, Com o seu falecimento, seu irmão Francisco Maciel Malheiros requisitou sua posse, que lhe foi

²⁸ Até meados do século XVIII as ditas léguas eram doadas com um padrão de uma légua (ao longo do curso d'água a que faz referência), sendo que com, no máximo, três léguas de profundidade.

²⁹ PRAT, *Op. Cit.* v. 1, 146.

³⁰ SANTIN, Wilmar. *Missões carmelitas nos rios Negro e Solimões*, p. 2 cita a aldeia Tarumá, em Airão, margem direita do rio Negro.

³¹ PRAT, *Op. Cit.*, v. 1, 146. Sobre este sítio não temos dados atuais.



concedida em 1671, que veio a falecer cinco anos depois; Lourenço Correa Malheiros, seu sobrinho e herdeiro, conservou a posse dessas terras até seu falecimento em 1717 que, por fim, legou por herança aos religiosos do Carmo. Parte das terras já estavam bastante povoadas à época, desta feita foram tombadas ao patrimônio dos carmelitas as três léguas acima do igarapé Jandiaí, já que os moradores das outras três léguas já haviam obtido a concessão dessas.

Neste longo passar de anos, conforme já fora anteriormente citado, o critério de dação de terras foi se tornando cada vez mais rígido, e cobrava-se dos gestores carmelitas satisfações tanto sobre a existência de índios de trabalho e escravos negros quanto ao lucro auferido na produção da fazenda. O livro de Frei André Prat se esmera em justificar, inclusive com valores, o inventário dos bens carmelitas no final do século XVIII. Sobre a Engenhoca, cita uma passagem que apresenta o prior do Carmo de Belém, Frei João da Encarnação que, ao ser questionado pelo Governador da Província do Pará, Marçal Nunes da Costa, em 1682, sob que ordens havia sido erguida a engenhoca de Santa Tereza de Monte Alegre, responde “*com a de Santo Elias*”³².

Assim como ocorreu nas terras da Fazenda Pernambuco, do outro lado do rio Guamá, também, várias solicitações surgiram sobre as terras carmelitas. Terras devolutas, mais distantes da foz do Bujaru, foram solicitadas a partir de 1728. Atualmente, precisar os limites dessas dações, é impossível, visto que os marcos eram feitos em madeira, muitas vezes sobrepondo-se solicitações sobre a mesma terra. Muitos documentos, a exemplo do que aconteceu com os frades carmelitas, se extraviavam e era necessária nova mercê ao rei, pedindo ou ratificando a posse. Os séculos também fizeram com que muitas informações se perdessem, contudo é possível aferir que as terras que abrigam a igreja de Santana do Bujaru foram devolutas dos carmelitas, visto que não há solicitação anterior e as sesmarias serem referenciadas aos rios. Portanto, o que existe como dado documental é que a sesmaria de 1624 é a mais antiga da margem esquerda do referido rio. Na foz, na margem oposta, há como registro documental a solicitação de Bernardo de Almeida Moraes³³, apenas em 1724. Podemos ainda observar no detalhe do *Mappa dos Rios*

³² PRAT, *Op. Cit.*, Anexos, p. 13. Santo Elias é o patrono da Ordem do Carmo.

³³ Vide anexo 2.

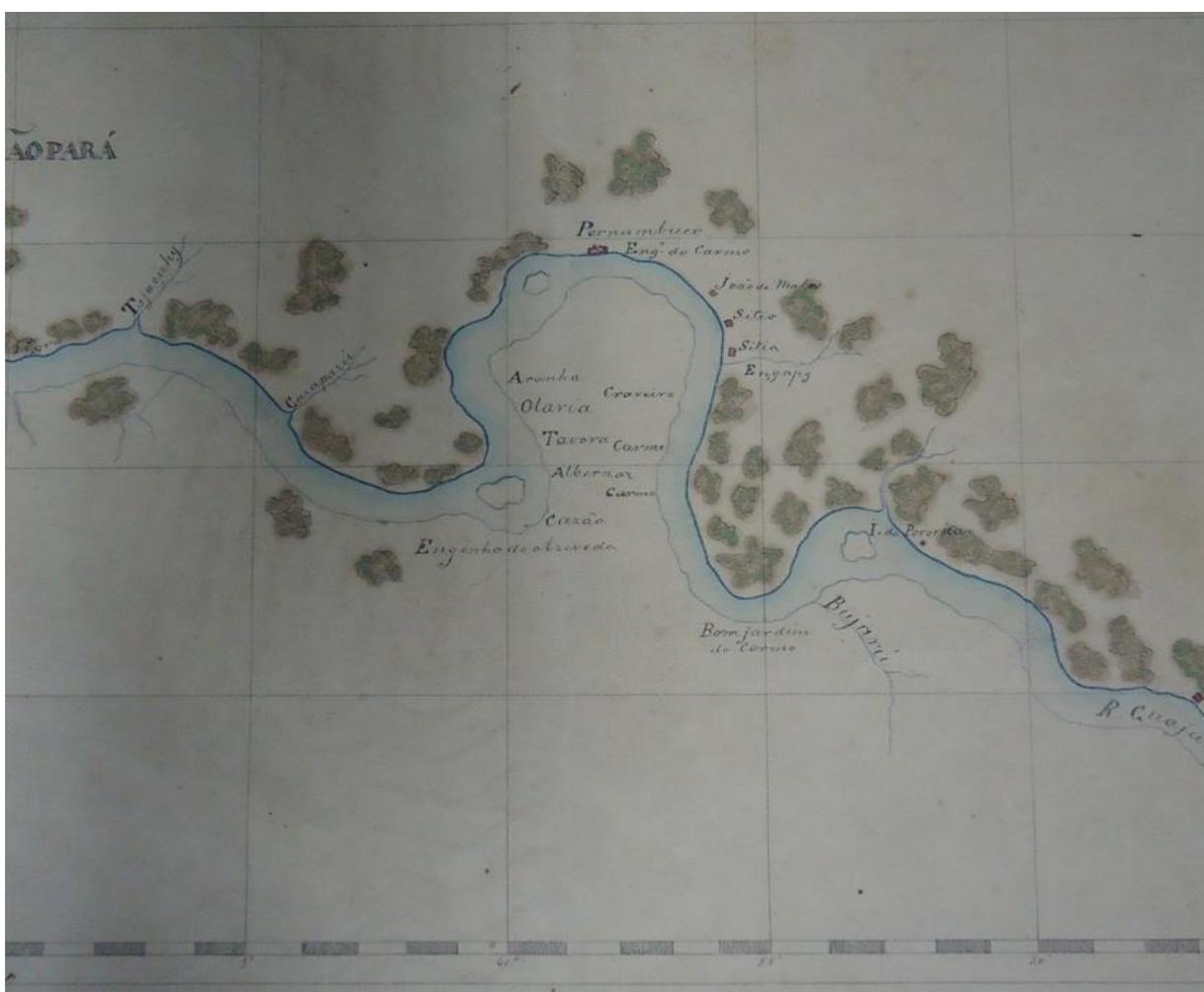


IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

Guamá, Guajará e Cayté do Estado do Grão-Pará, de 1754 (FIGURA 19), anteriormente citado, esta ausência de referência de propriedade na margem esquerda da foz do rio Bujaru. Nesta mesma iconografia, observa-se, que no território a montante do rio Guamá há uma sequência de duas citações “Carmo”, como ocupação carmelita, que teria correspondência com a Engenhoca de Santa Tereza e mais outra localização; a posição da Fazenda Bom Jardim está bem caracterizada³⁴.

FIGURA 19: Detalhe do “*Mappa dos Rios Guamá, Guajará e Cayté do Estado do Grão-Pará...*”
Autor: Galuzzi, 1754



Fonte: Arquivo Público do Pará
Fotografia: Claudia Nascimento, 2011.

³⁴ Não há correspondência na citada iconografia do Engenho Bom Intento como propriedade carmelitana (registrado na posição os nomes “Távora” e “Albernaz”) e, na posição da atual cidade de Bujaru (que corresponderia à antiga Fazenda Guaramucu) temos o nome “Aranha”.



A ocupação dos sertões era uma incógnita. Contudo, entre as argumentações das mercês por terras, há recorrência da condição de senhores de escravos negros em condições para o trabalho. A carta de concessão de terras no rio Bujaru, de 9 de março de 1797, de José Manoel Seabra surge com o argumento que:

“ele não tinha suficientes terras para a sua cultura aplicar um avultado número de escravos que possui, e que no rio Bujaru, subindo por ele margem esquerda nos fundos das terras de Narcizo Joze d’Amorins, de Caetano Rufino Seabra, e do Capitão Francisco Pereira d’Abreu se achava devoluta uma sorte de terras com uma légua e meia de frente, e uma de fundo pouco mais ou menos cujas terras também correspondem aos fundos das que possui o suplicante no mesmo rio, e com os de Alexandre Soares no rio Guajará”³⁵

Ao longo dos anos houve uma redução da sorte de terra, não sendo necessariamente de uma por três léguas ou algo afim, mas para pequenos lotes de um quarto de légua, ou mesmo *“umas sobras de terras”³⁶*, entre os marcos de limites deste e daquele proprietário. Temos que a ocupação efetiva da Província do Grão Pará, na direção de seu interior e até meados do século XVIII foi exígua (FIGURA 20). Não podendo traçar uma sequência cronológica confiável, a partir deste ponto observa-se que algumas décadas depois, a imprecisão de limites e o aumento considerável de proprietários tenha gerado, como de fato ocorreu, questões de limites. Portanto:

“O rio Bujaru foi ocupado até suas cabeceiras no final do século XVIII pelo que se pode denotar pela situação das posses das Cartas de Data de Sesmarias concedidas entre 1724 e 1824. Pelos mesmos documentos depreende-se que esse território estava também ocupado fora do sistema sesmarial, com a presença de posserios [sic] que ali diziam “ser moradores” há bastantes anos, sob mecanismos de apossamento primário, ou posses recebidas por herança, desenvolvendo uma agricultura de roças, lavouras de gêneros diversos, com plantios de cacau, tabaco e cana-de-açúcar. Essa região de Belém era o centro de interesse de colonos portugueses, mitos [sic] deles açorianos, que se dirigiam para as terras da Província do Pará e Maranhão. Nos rios Guamá, Acará, Mojú, Capim e Bujaru, assentaram-se os marcos de freguesias e vilas e, em todos estes casos, se tornaram sedes dos municípios.”³⁷

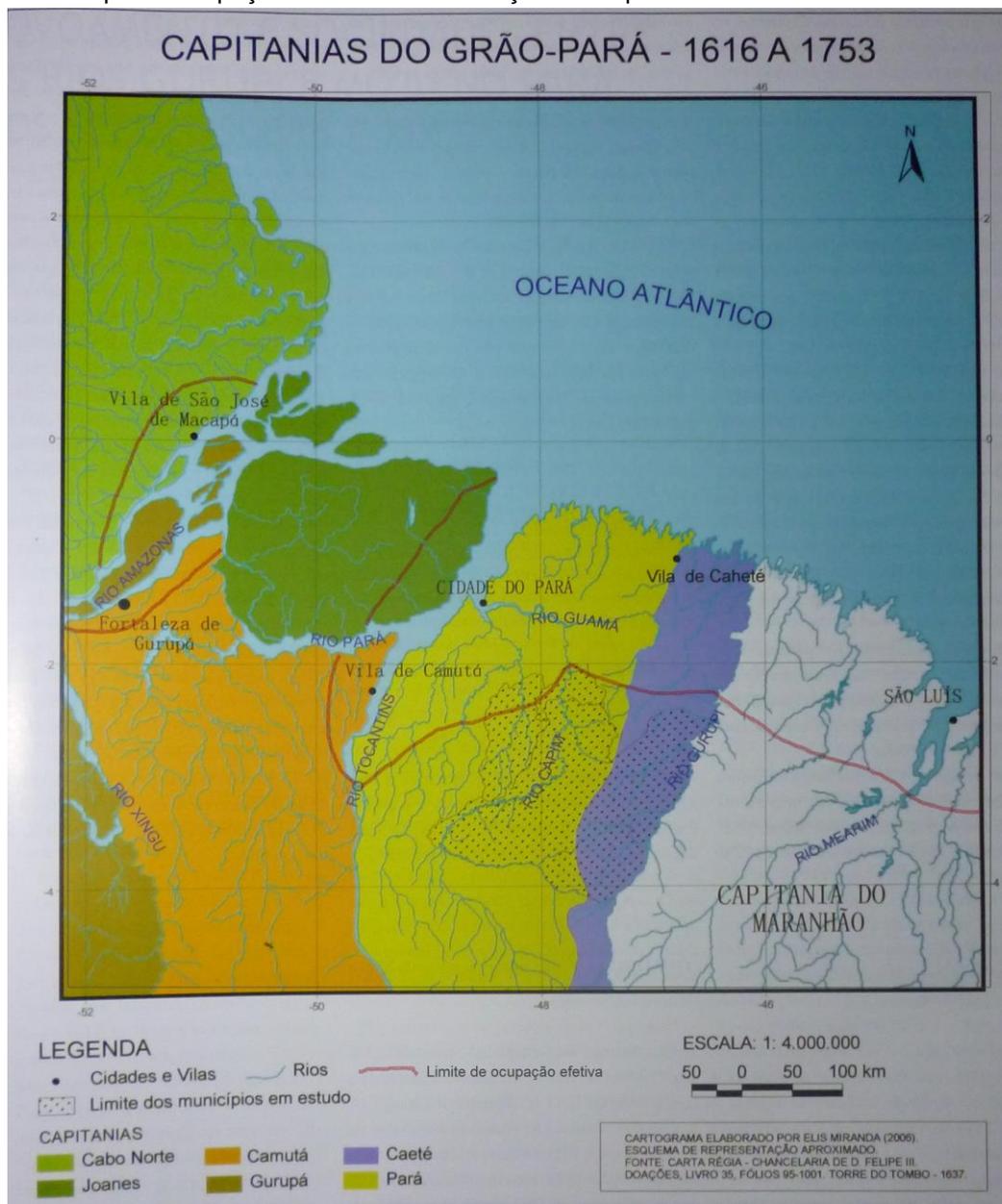
³⁵ ITERPA; APEP. *Op. Cit.*, Liv 19, doc 191

³⁶ ITERPA; APEP. *Op. Cit.*, Liv 14, doc 155

³⁷ CASTRO, Edna. *Terras de preto entre igarapés e rios*, p. 1-2.



Figura 20: Mapa da ocupação efetiva da colonização da Capitania do Grão Pará entre 1616 e 1753



Fonte: Atlas Socioambiental (adaptado)

Este limiar entre os séculos XVIII e XIX trouxeram uma outra forma de ocupação na área: os mocambos e quilombos. Para o Conselho Português, em documento de 1740, quilombo era *“habitação com mais de cinco negros fugidos, em área despovoada, mesmo que nessa habitação não houvesse ranchos nem mesmo pilões”*³⁸

³⁸ Diocese de Abaetetuba – Paróquia de São Joaquim (documento digital), p. 20.



“Havia, de fato, na capitania do Grão-Pará, quilombos por todas as partes, de norte a sul. As principais áreas de foco eram — além de Macapá — as regiões de Santarém (Trombetas, Alenquer e Óbidos) que divisavam com Demerara e Suriname, as fronteiras com o Maranhão, os campos de Marajó (Ilha de Joannes) e as freguesias limítrofes a Belém.”³⁹

A população oriunda do regime escravagista, quer sejam negros ou índios, passa a produzir outras formas de ocupação do espaço:

“O processo mais importante foi a fuga das fazendas, entre outras formas de acesso a essas terras como a permanência em franjas cedidas por seus senhores para roças de subsistência, ou ocupadas pelos escravos em situação de abandono por seus senhores. Isso ocorreu do final do século XVIII e durou até as primeiras décadas do século XIX, verificando-se um movimento depressivo na economia⁴⁰ com a decadência de empreendimentos [sic] agrícolas.”⁴¹

Em 1831 surge o Termo Divisório das terras de Santana, e através dele há a doação das terras que continham uma capela (a igreja de Santana do Bujaru) e terras para subsistência do capelão da mesma por Narciso Gomes do Amaral, proprietário de fazenda de escravos e que haveria construído a capela de taipa para abrigar a imagem de Santana, em data indefinida, anterior a esta, entre o fim do século XVIII e início do XIX. Os herdeiros, netos do doador, impunham ao vigário José Gonçalves Chaves a condição de réu da questão de limites de terras da igreja, que era conhecido como *“sessenta braças de terras de frente com seus fundos competentes”⁴²*, porém com limites indefinidos e requeridos por seus familiares, sendo um dos pontos de referência um piquizeiro que, certamente, já não havia mais. Posteriormente, José Gomes do Amaral, um dos netos do primeiro doador, aumentou com mais dez braças de frente por cem de fundos.

O Livro Tombo da paróquia de São Joaquim inicia-se em 1943 com um inventário dos bens da paróquia (ainda paróquia de Santana do Bujaru, à época) e citando o Catálogo de Bens Imóveis Eclesiásticos da Arquidiocese de Belém do Pará, de 1850, informa que cabe à igreja em Santana

³⁹ GOMES, Flávio. *Em torno dos bumeranques*, p. 47-48.

⁴⁰ Esta afirmação será corroborada por registro do período, mais adiante.

⁴¹ CASTRO, *Op. Cit.*, p. 2. Sem nos aprofundaremos no tema da ocupação negra no rio Bujaru por não estabelecer, a princípio, correlação com o objeto da pesquisa.

⁴² PARÓQUIA DE BUJARU, *Livro de tombo*, p. 4v.



“um terreno de oitenta braças de frente sendo 60 c/ uma legua de fundos, dez braças c/ 100 de fundo e 10 b. c. 200 de fundos até a frente do cemitério. Limites: lado de baixo trav. S. José com terras de Justo Inocencio Gomes Mendonça e as de Amancio Cordeiro de Jesús e nos fundos terrenos do Estado. Existe a Igreja e trinta casas cobertas de telhas.”⁴³

O registro de posse definitiva das terras da Gloriosa Nossa Senhora Santana só sairia em 1892, após a venda por parte de Julião Augusto Roiz e Maria Lourença do Amaral, do Sítio Sant’Anna para L. J. Playon⁴⁴. Dentro desse terreno, há, além da igreja, um conjunto de casas que, segundo o mesmo Livro Tombo é apresentada listagem nominal dos *“proprietários de casas de barracas nos terrenos da Matriz”⁴⁵*, em Santana do Bujaru, com data de referência 13 de novembro de 1942. Nessa listagem indica-se a existência trinta casas, sendo três barracas de palha e mais outras três casas sob o mesmo responsável (Teodomiro Fernandes da Costa).

Esta listagem nominal nos serve para identificarmos através dos sobrenomes a permanência, até hoje, de famílias tradicionais residindo em Santana do Bujaru, dado relevante na discussão futura de pertencimento da igreja como patrimônio a esta comunidade.

2.2.2. Paróquia de Santana do Bujaru

Desde que foi constituída a Província Eclesiástica do Pará e Maranhão, em 1676, desmembrando da Província Eclesiástica de Pernambuco, houve a indicação da necessidade do controle das ações da Igreja nos territórios ocidentais do reino. A organização das ações das diversas ordens religiosas⁴⁶ era urgente, tanto que já em 1719 é criado o Bispado do Pará, sufragâneo ao Arcebispado de Lisboa, assumindo em 1724, como primeiro bispo do Pará, o carmelita calçado Dom Fr. Bartolomeu do Pilar. Em 1738 é criada a Freguesia do Rio Bujaru.

⁴³ PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 2, fazendo referência ao citado Catálogo, página 5 nº 4 (documento original não localizado).

⁴⁴ SOARES, Roberto de La Rocque. *Vivendas Rurais do Pará*, p. 156.

⁴⁵ PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 17.

⁴⁶ Nos textos de época denominadas “Religiões”.



A estruturação da atuação da Igreja vinha ao encontro de dar uma ordenação no quadro, retirando das ordens suas funções seculares, que vinham provocando embates com as gestões provinciais, garantindo a cada um seu papel e seus bônus, como foi ilustrado no item anterior sobre a produção da Engenhoca de Santa Tereza do Monte Alegre. Entre 1738 e 1739 se acirra a discussão sobre a cobrança ou não de dízimos das ordens religiosas ao Tesouro Real.

Quanto ao território em estudo, foi possível observar pelo relato histórico até aqui, que a construção e, especialmente, a espacialização da antiga sesmaria doada aos religiosos Carmelitas, conforme também já foi visto, se desenvolve às bordas do rio Guamá, o que não garante afirmar que os referidos frades tenham chegado, em seu tempo, no sítio onde hoje encontra-se a igreja de Santana do Bujaru. O que há de dado documental, de que as terras dos sertões⁴⁷ – incluindo-se as áreas mais interiores à margem dos rios da região – foram concedidas a colonos com maior intensidade a partir do século XVIII, e se consolida na descrição da visita pastoral de Frei Caetano Brandão em 1787:

“Dia 19: [...] Recolhidos logo ás canôas continuamos a viagem. Á noitinha convidado por hum Religioso de nossa Senhora do Carmo, que administrava huma fazenda da mesma Religião, fui ver a Capella, e as Casas; onde me demorei só até ás 10 horas, reservando para a volta a Chrisma da gente. Chama-se a Fazenda de Ternambuco. Além disto tem os ditos Padres duas mais em pouca distância⁴⁸, subindo o mesmo rio Guajará, as quaes passámos de noite.

Dia 20: Pela manhã vimos huma pequena Ilha chamada da Pororoca, nome imposto pelos Indios, e val o mesmo que mar arrebetado.” (AMARAL, v.1, p 265)

Os bens carmelitanos eram próximos uns aos outros, estabeleciam um circuito que era possível de uma visita rápida por via fluvial. Porém, para a visita

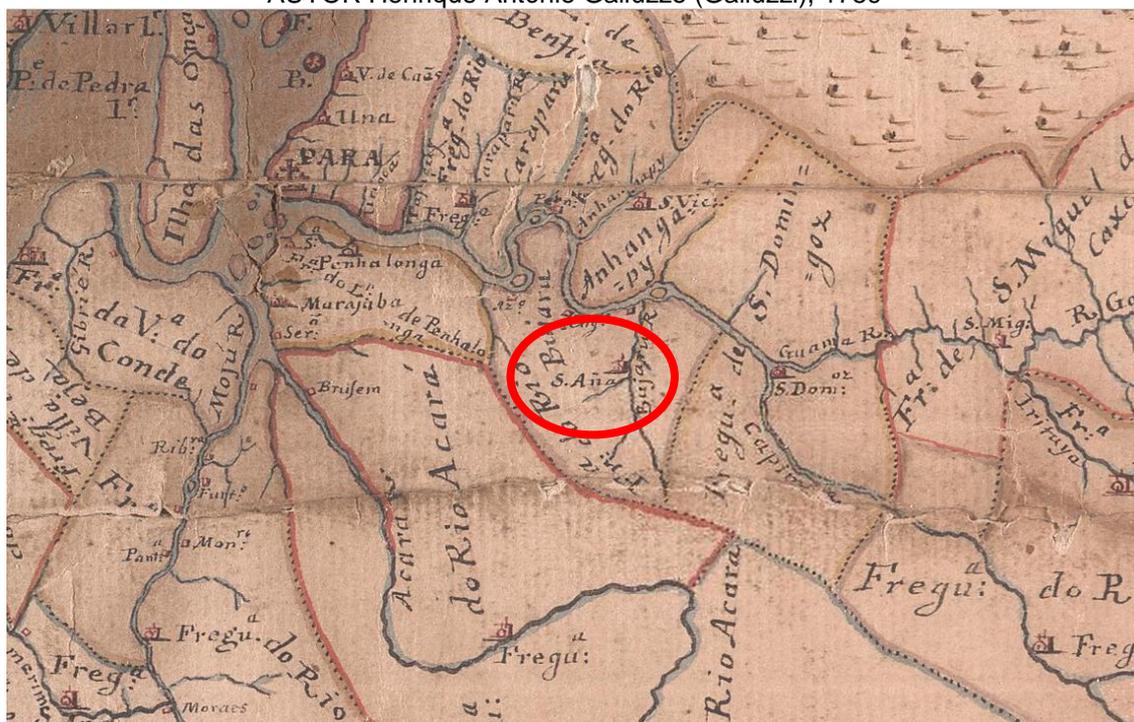
⁴⁷ A expressão “sertão” é muito utilizada na escrita colonial e refere-se ao território que sofreu pouca ou nenhuma presença do colonizador, contudo devemos relativizar isso pois desconhecemos essa presença com exatidão. Para tanto existe uma análise mais ampla e recente do conceito sertão a partir da tese de Guelman (2011), destacando: “os extratos textuais que trazemos caracterizam contextos de significação do sertão que não implicam necessariamente numa linha historiográfica acabada. Não há também que se estabelecer um fio explicativo que as conecte; nosso intuito aqui é tão somente começar a reconhecer uma escritura do sertão a partir de sua própria textualidade, como estabelecer seus distintos sentidos”. (GUELMAN, 2011, p. 40-41). Embora não seja objetivo desse trabalho fazer esse tipo de análise, a visão metodológica deste autor sobre o conceito de sertão é muito próxima do objetivo desta pesquisa: entender, a partir do conceito-objeto igreja de Santana do Bujaru, o próprio objeto, trazendo suas interfaces. Desta forma oportuna, valemo-nos desta explicação.

⁴⁸ Por não estarem nominalmente citadas, acredita-se tratarem da Engenhoca de Santa Tereza e a Fazenda Bom Jardim do Carmo (ou Nossa Senhora do Monserrate).



pastoral, que demandava alguns dias em cada paróquia, seriam necessários deslocamentos de dias, rio acima. Isso também dá a dimensão das distâncias por tempos de deslocamentos. Contudo, um detalhe do relato de Frei André Prat, estabelece a ligação entre esses dois pontos: a imagem de Sant'Anna, pertencente à fazenda Guaramucu⁴⁹, provavelmente é a mesma que se encontra na igreja, objeto desta pesquisa. As questões de atributos estéticos será considerada adiante, contudo é necessário deste princípio. Assim é possível reestabelecer, sem cometer erro de estar tratando de duas situações distintas da presença da Igreja na região, um traçado linear no tempo, com as contribuições carmelitanas e do bispado⁵⁰.

FIGURA 21: Detalhe do “Mapa geral da diocese do Pará: Mostra a divisão das paróquias onde o venerável Padre Miguel de Bulhões III, bispo do Pará, fundou e construiu a diocese”, folha 4. AUTOR Henrique Antônio Galluzzo (Galluzzi), 1759



ACERVO: Biblioteca Nacional.
FONTE: Biblioteca Digital Mundial

⁴⁹ O livro de tombo da paróquia de Bujaru faz referência a esta fazenda, associando-a à Fazenda Pernambuco; em PRAT, p.14 diz “Guaramucu, ilha no Guajará, pertencia ao Carmo de Belém. Chamou-se ilha de Pororoca ou de Pernambuco”, citando BRANDÃO, porém essa relação que Frei André Prat estabelece não encontramos no relato do Bispo Frei Caetano Brandão.

⁵⁰ Não temos a intenção de esgotar o tema, apenas de traçar um panorama dessa paróquia, pra que reconheçamos os atributos que a mesma traz em sua arquitetura. Encerraremos o relato com a criação da Prelazia de Abaetetuba do Tocantins e a Diocese de Abaetetuba, por considerar, nesse momento, que encerra-se a história da Paróquia de Santana do Bujaru.



A primeira visita pastoral à Bujaru foi feita onze anos depois da criação da paróquia, em 1749, pelo terceiro bispo do Pará, D. Frei Miguel de Bulhões e Souza, que registrou haver no local uma capela⁵¹, possivelmente a mesma indicada no *Mappa do Bispado* (FIGURA 21), de Galluzzi em 1758, e que seria posteriormente doada por Narciso Gomes do Amaral: uma capela de taipa, sob a invocação de Nossa Senhora Santana⁵².

Nesse momento, marcado pela chegada da Comissão Demarcadora de Limites como símbolo de um novo paradigma de desenvolvimento para a região: técnicos que permitiram uma visão mais científica da região, com elaboração de plantas e traçados de precisão, além de novo modelo de gestão que, grosso modo, denominado como Política Pombalina, e a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O Alvará Régio de 7 de junho de 1755 extingue o governo temporal dos religiosos nas aldeias missioneiras, estabelecendo aos carmelitas, e religiosos de todas as ordens, o papel de vigários. Frei André Prat, em 1785, ao arrolar os bens carmelitanos, constrói o registro histórico de seu tempo, justificando a atuação das fazendas e missões carmelitanas; e assim também fizeram religiosos de várias ordens na época, como manifesto em seus sermões ou em documentos, legando o referencial para a historiografia, para uma crítica à Pombal. Palavras críticas e sarcásticas também saiam do quarto bispo do Pará, Dom Frei João de São José e Queiróz, que por pressão da Coroa foi destituído, porém fazendo a visita pastoral à paróquia de Bujaru antes disso, em 1761. Sobre estas primeiras visitas paroquiais não encontramos muitos detalhes, além de seu registro, onde podemos observar o seu estilo:

“Seguindo portanto a sua viagem, visitou as Capellas e habitantes dos rios Guamá, Bujarú, Murtucú, Caraparú, Mocajuba, Jacaréquara, e Igarapé Petuciá, onde afirmou o Prelado, que, tendo passado uma noute, verificou existir uma praga tão grande de morcegos, que ella seria bastante para converter Pharaó, e castigar o Egypto, por ser sem conta o numero das taes aves equivocadas.”⁵³

⁵¹ ANNAES (1906), p.71.

⁵² PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p.3.

⁵³ PINTO, Antônio Rodrigues de Almeida. *O Bispado do Pará*. In *Annais da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, tomo 5, p. 71 e 72.



As tensões sobre as ordens religiosas para pagamento da dízima sobre a produção das fazendas e pelo uso da mão-de-obra indígena foram forçando os religiosos a uma posição para que não seguissem o mesmo caminho da expulsão que ocorrera com os jesuítas, em 1759, fazendo com que os religiosos do Carmo de Belém se sujeitassem à legislação pombalina em 1767, passando a atuar como coadjutores e vigários diocesanos nas paróquias e vigarias. A partir daí os bens das ordens religiosas passou para o poder secular ou do bispado. A extinção da ação colonizadora da Ordem Carmelita (juntamente com as outras ordens) em Portugal, fez com que as vigarias do Pará e Maranhão ficassem sem comando e, embora outros conventos, como o do Rio de Janeiro, se mantivessem, a migração da subordinação do comando não ocorreu e, pouco a pouco os bens e os homens foram claudicando e se fragilizando. A narrativa de Frei André Prat, 1785, busca estabelecer esse inventário carmelita, pressentindo seu futuro.

Nesse arrolamento, Frei Prat registra as imagens de Santana, Nossa Senhora da Conceição, Santo Elias e Santa Tereza como originariamente do acervo carmelitano. De que forma ocorreu esse processo na freguesia de Bujaru, durante quase um século, portanto é possível supor, que houve a apropriação dos bens das ordens, quer as terras devolutas (com novos pedidos de cartas de datas), quer nos objetos litúrgicos e sacros⁵⁴.

Quanto ao templo, a proposição de um padrão arquitetônico para as paroquiais, de Antônio José Landi para a igreja de Igarapé Miri⁵⁵, pode ter influenciado o processo de construção de uma nova edificação, mais digna para a sede da paróquia de Santana do Bujaru. Na visita pastoral de Dom Frei Caetano Brandão, sexto bispo do Pará, em 1787, há a descrição de um rápido contexto do quadro da época na freguesia:

“...e partimos logo para o rio chamado Bujarió [sic]. Antes de entrarmos nelle, nos vieram esperar os principaes moradores, que nos receberão com muita alegria, e nos conduzirão até á casa da nossa residência. Alli nos demoramos tres dias; e porque me achava hum pouco indisposto, só pude chrismar, e apenas fiz algumas advertencias particulares. São moradores Brancos, muito honrados, e unidos em tão grande paz, e

⁵⁴ Das imagens citadas, apenas a de Santana encontra-se em Bujaru. Das demais não há notícia, como será possível acompanhar adiante, temporalmente, o sumiço.

⁵⁵ Será visto com mais atenção no próximo capítulo.



*concordia, que por isso intitulei aquelle rio – Rio da bella Concordia, - nome, que lhe ficou; e de então para cá he do que se servem os moradores, mesmo em papeis. [...] A todos devi muito obsequio, e liberalmente contribuirão para as despezas do Hospital. **A Igreja he mui pequena, de ordinario aceio** [sic] (grifo nosso): agora entrão os Freguezes a olhar para ella com maior zelo, depois que os incitei a estabelecerem na mesma a Confraria de Santa Anna, Padroeira da Igreja. Como tinhão adoecido os dous Familiares, e eu tambem me achava algum tanto indisposto, dei ordem para nos recolhermos á Cidade [Santana], depois de termos visitado algumas Capellas de particulares, que ficavão no caminho.”⁵⁶ (AMARAL, v.1, p 271-272)*

Não existem dados que comprovem que as motivações acima tenham gerado a edificação do novo templo de Santana do Bujaru, agora erguido em pedra e cal, com material da região⁵⁷. Houve o interesse do Padre Joaquim Gonçalves Chaves em organizar a situação imobiliária, estabelecer os limites da antiga doação para a paróquia de Santana, em 1831, em um acordo que determinou o Termo Divisório citado anteriormente, porém é datado de 1892 o título de posse da terra⁵⁸. O período de construção dessa nova edificação coincide com a descrição de um período de ápice econômico e político⁵⁹:

“A freguesia de Bujarú muito prosperou na agricultura até 30 annos atraz; com o decrescimento da escravatura, e a mudança de muitos dos moradores, tem desaparecido essa quantidade de gêneros que orgulhava os Bujaruenses.”⁶⁰

⁵⁶ Visita pastoral em 1787

⁵⁷ PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 4.

⁵⁸ Título de posse de terra da igreja de Santana do Bujaru, transcrito de PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 44 e 44v (ANEXO 3).

⁵⁹ Em 1831 há o registro da existência do Tenente e Juiz de Paz da Freguesia de Santana do Bujaru como mediador do termo divisório das terras dos herdeiros de Narciso Gomes do Amaral e de seu neto José Gomes do Amaral (PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 4-5). Em 1869 temos o bujaruense vereador da Câmara Municipal de Belém Capitão Antônio Carlos de Souza Trovão (ANEXO 4), o padre João Simplício das Neves Pinto e Souza como deputado provincial (ANEXO 5) e uma grande estrutura administrativa na freguesia, que era composta de Subdelegacia de Polícia, Juiz de Paz, 36º. Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, Coletores de Rendas Gerais e Provinciais, Delegado de Instrução Pública (incomparavelmente maior que a freguesia vizinha de Guajará-Açu), além dos comerciantes e donos de terras (ANEXO 6).

⁶⁰ SEIDL; PAIVA. *Almanach administrativo, mercantil, industrial e noticioso da Provincia do Pará para o anno de 1869*, p. 154. Deve se somar ao motivos apresentados o período da Cabanagem e dos grandes surtos que dizimaram número considerável da população em Belém.



Os registros da paróquia indicam que a nova igreja foi benta e inaugurada em 26 de julho de 1847, tendo à frente Padre João Simplício das Neves Pinto e Souza⁶¹, vigário colado⁶², professor com júbilo imperial⁶³, vereador da comarca municipal de Belém e deputado da Assembleia Provincial⁶⁴, mestre de cerimônia honorário do sólio de Dom Macedo Costa⁶⁵. O destaque a seus atributos poderá ser tradutor de um dos elementos decorativos da igreja, que será objeto de análise a seguir. Na época de sua presença frente à freguesia, Dom José Affonso de Moraes Torres, oitavo bispo do Pará confere ordenações sacerdotais⁶⁶ a padres em Santana do Bujaru, em maio de 1846 e deixa esse relato para os pósteros:

“ 18 [...] Saindo do rio Guamá o atravessamos em fomos procurar a foz do Bujaru, por onde entramos, e no primeiro sitio saltamos à terra para na manhã seguinte nos dirigirmos à povoação que ficava pouco acima.

29 - Apenas embarcamos na manhã deste dia, uma salva de um sitio mais acima deu o sinal da nossa chegada, e pouco depois vieram a nosso encontro alguns escaleres com o Comandante e outras pessoas da povoação [Santana], que nos acompanharam, e por todo o rio acima ouvimos o estrondo de tiros de espingardas, e de imenso fogo no ar: ao tocar o porto vimos todo povo reunido com o seu vigário, e debaixo de umbela, e por entre arcos bem arrançados que cobriam uma rua novamente calçada de que se [ilegível] do porto à Igreja, e por entre alas da tropas nos dirigimos ao templo, e daí à casa que encontramos com todos os arranjos precisos, sendo neste lugar notável o prazer [...] A povoação de Bujaru demora na margem esquerda do rio do mesmo nome, que o Sr. D. Fr. Caetano Brandão denominou “o rio da bela concórdia” pela grande paz e concórdia em que viviam seus moradores: a igreja estava por concluir-se principalmente a capela mor; é

⁶¹ Este padre é indicado como promotor de grandes progressos à paróquia, na qual esteve à frente até o seu falecimento em 1898.

⁶² Os poderes pontifícios dados aos reis de Portugal, somado ao papel diocesano de confirmação das indicações, estabeleceu a existência de vigários colados e encomendados: os colados, normalmente com formação, eram avaliados por suas habilidades e, aprovados, recebiam a paróquia como instância efetiva, recebendo remuneração do poder civil; os encomendados recebiam as paróquias internamente, eram sustentados pelos fiéis e estavam sujeitos à diocese, que os transferia constantemente. No sentido canônico, colação é o ato pelo qual se confere um benefício eclesiástico a quem se julga digno da cessão ou da dignidade. Os padres colados eram raros no período imperial, pois o bispado não tinha ingerência sobre eles.

⁶³ Portaria de 3 de outubro de 1887, jubila o professor da escola do Capim. Fonte www.sbhr.org.br/e-books/para-imperial/files/Page/67.swf

⁶⁴ VIDE ANEXO 5.

⁶⁵ SEIDL; PAIVA, *Op. Cit.*, p. 88.

⁶⁶ “1846 – D. José Afonso de Moraes Torres, fez aos 24 de Maio de 1846, em Bujaru, por motivo de Visita Pastoral, duas ordenações sacerdotais, como já ficou anotado claramente neste Livro. (Ver o Livro de Ordenações do Arcebispado do Pará)”. Retirado do PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p 9v.



dedicada á Santa Ana: hoje tem um bom Paroco [sic], moço, mas com excelentes qualidades”⁶⁷

Em 1865, Dom Antônio de Macedo Costa, décimo dispo de Belém, faz sua visita pastoral, porém não há relatos de suas impressões.

Em 1885 a freguesia era composta por:

*“3 ruas, 2 travessas e 2 praças; 21 casas de telha de construção regular, 2 sobrados, 2 escólas [sic], uma do sexo masculino, com 59 alunos, e outra do feminino, com 28 alunas, **igreja matriz decente** (grifo nosso), cemitério, 2 casas de negocio no arraial da freguesia e 16 fóra”⁶⁸*

E seguem-se as visitas pastorais diocesanas: D. Antonio Manoel Castilho Brandão, em 1896, décimo segundo bispo do Pará, e o segundo arcebispo⁶⁹ do Pará, D. Santino Maria da Silva Coutinho, em 1917, sem legar relatos a este texto⁷⁰. Em 1935, o quarto arcebispo do Pará D. Antônio de Almeida Lustosa, foi acompanhado pelo Fr. José Alvares do Perpétuo Socorro, pároco de Santana do Bujaru, e acrescenta detalhes sobre o movimento religioso: entre os dias 25 e 27 de julho fez o serviço religioso na matriz de Santana, e no dia 28 o fez na Engenhoca. Sobre a igreja de Santana do Bujaru temos que *“a **matriz de Bujaru** (grifo nosso) é uma boa igreja de pedra, dedicada a Sant’Ana. Consta que foi concluída em 1847 e que o Vigario [sic] da época da inauguração ainda era vivo em 1889.”⁷¹* Sobre a Engenhoca, registra:

“Outrora, ao que consta, era sede da Fazenda de Santa Tereza, do Convento do Carmo. Naturalmente desse tempo data o nome, que ainda hoje tem, posto que há muitos anos, tenha trocado sai função de produzir açúcar pela de fabricar potes, bilhas e outros produtos de cerâmica. A antiga capela tinha fachada vistosa. Hoje está em ruínas, Há projeto de

⁶⁷ PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 19-20. Transcrição de documento intitulado “(Visita Segunda , pags. 36 – 37 e 38 do mesmo importante “Itinerario das Visitas do Exmo. e Rmº Senhor D. José Afonso de Moraes Torres Bispo da Diocese do Grão Pará às Igrejas do seu Bispado em Cartas escritas pelo Exmo e Rvm. Sr. a um seu amigo na corte do Rio de Janeiro. Pará – Tip. de Matos e Companhia. Belém, 1852)”

⁶⁸ BAENA, Manoel. Informações sobre as Comarcas da Província do Pará, 1885.

⁶⁹ A Arquidiocese de Belém foi criada em 1 de maio de 1906, por Pio X, com a bula *Sempiternum Humani Generis* (A Humanidade Sempre), sendo a terceira do Brasil, precedida pelas de São Salvador da Bahia e de São Sebastião do Rio de Janeiro.

⁷⁰ Existem seus registros em PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 10.

⁷¹ LUSTOSA, Dom Antônio de Almeida. *No Estuário Amazônico*, 1976, p. 251.



construir-se nova capela, não no local da velha, mas pais perto. O rio que banha Engenhoca é o Guamá.”⁷²

O Fr. José Alvares do Perpétuo Socorro contribuiu muito em registros no Livro de Tombo da Paróquia de Bujaru, transcrevendo referências de relatos e fontes documentais, e sobre a Engenhoca escreve:

“Por esse tempo já residia aí Argimiro Pereira da Fonseca, arrendatário da Fazenda e proprietário da bastante antiga olaria “Engenhoca”. Esse senhor sucedeu a seu sogro Adelino de Oliveira Bastos falecido e sepultado na Engenhoca em abril de 1918, o qual também sucedeu a uns portugueses dos Açores que foram os primeiros a explorar a indústria da cerâmica nesta fazenda desde 1847.

D. Lustosa notando o estado ruinosos [sic] em que se encontrava a igreja que ficava contigua a antiga casa conventual, ordenou a sua demolição imediata. Esta igreja que fora a segunda construída por aqueles frades, era de um aspecto simples, mas atraente. A fachada era toda de pedra e cal, assim como a parede do fundo, com um nicho ao centro e dois menores de cada lado. As paredes laterais eram de enchimento, razão porque não resistiram á ação demolidora do tempo.

No ano seguinte, Argimiro Fonseca, com alguns moradores da fazenda, organizaram uma sociedade com o fim de construir uma igreja e um cemitério, visto que o que existia por esse tempo e que não era cercado, estava já quase abandonado e coberto de abundante vegetação. Efetivamente, no dia 3 de maio de 1936, tomou posse a Diretoria da novel Sociedade com o nome de ‘Santa Tereza de Jesus’ [...]”⁷³

É do mesmo Fr. José Alvares do Perpétuo Socorro as observações de que, das imagens do espólio carmelitano, já não existiam as imagens de Santo Elias e de Santa Tereza na paróquia e, ele supõe, que a então matriz paroquial de Santana “*não é reconstruída, se não [sic] construída no logar da antiga*”⁷⁴.

A década de 1940 marca grandes mudanças. A fundação de Bujaru, constituída dos antigos distritos de Bujaru e Guajará-Açu (pertencentes anteriormente ao município de São Domingos do Capim), em 1943, trouxe também a necessidade da criação de nova sede, à beira do rio Guamá e o desejo da mudança da matriz paroquial para o mesmo sítio, na antiga Fazenda Guaramucu, onde

⁷² Idem, Ibidem, p.253.

⁷³ PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p.14v-15.

⁷⁴ Idem, Ibidem, p. 3.



“resta uma Capela remodelada, com a antiga imagem de Sant’Ana. A Capela ficara durante muitos anos abandonada, Aos 16 de Junho de 1940 celebrou-se a Santa Missa nesta capela. A entrada do Padre nesta Capela tornou-se histórica, pelo encontro de um perú que parecia protestar deante do sacerdote que invadia os seus domínios, mas realmente o camarada perú não tinha razão de proferir os seus arrogantes log, log, a tamanhas horas da noite, porquanto a capela não era sua residência”⁷⁵

Construindo capela provisória, em 1947, o frei capuchinho João Francisco, que nessa época, cuidava das necessidades religiosas, convoca algumas lideranças e políticos com o objetivo de escolher o novo padroeiro de Bujaru, visto que o novo momento exigia. O argumento religioso para a escolha de São Joaquim foi que, sendo Santana a padroeira na primeira sede do município, nada mais propício que homenagear o seu esposo, contudo somaram-se outros, de ordem política: o primeiro prefeito do município de Bujaru chamava-se Joaquim da Silva Pinon, o governador do período era Joaquim Cardoso Magalhães Barata e o primeiro secretário Joaquim dos Santos Bessa⁷⁶. Em 1949 o mesmo Frei João Francisco propõe a construção da nova matriz, que se inicia em 1950 e é inaugurada em 1952. Depois de longa contribuição dos frades capuchinhos, com a criação da Prelazia de Abaeté do Tocantins em 1961, desmembrando-se da Arquidiocese de Belém. Pe. Aurélio Basso registra a opinião do primeiro bispo da Prelazia Dom João Gazza:

“Bujaru é a melhor paróquia que nós temos, você volte para Tomé-Açu e no dia 23 de junho deixará aquela paróquia para o Fr. Mario Lanciotti e virás para Bujaru onde tem a casa paroquial em construção. Terminada a casa o padre morará definitivamente em Bujaru; por enquanto visita a paróquia de Bujaru e Acara as chamadas morando provisoriamente em Belém, na Igreja de N. Sra. das Mercês confiada aos padres Xaverianos da Prelazia de Abaetetuba.”⁷⁷

Os padres xaverianos passam a assumir a função paroquial, auxiliada pela atuação de várias irmandades de frades e freiras. O trabalho pastoral passa a ser mais dinâmico, com atuação em várias comunidades, com a presença de vigários e padres coadjutores. As vistas pastorais e presença do bispado se tornaram mais

⁷⁵ LUSTOSA, Op. Cit., p. 14.

⁷⁶ DIOCESE DE ABAETETUBA – PARÓQUIA DE SÃO JOAQUIM. Op. Cit., p. 21-22

⁷⁷ PARÓQUIA DE BUJARU, Op. Cit., p. 33v



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

próximas, até a criação da Diocese de Abaetetuba, em 1981. Em 2007, Dom Flavio Giovenale assume a diocese e os xaverianos deixam a paróquia.

Destituída de sua função de padroeira, sede municipal transferida, sem o status de matriz, Santana passa a ser uma história, a margem da história que vai se constituir a partir de então.



2.3. QUANDO A HISTÓRIA FICA PARA TRÁS

A construção do relato histórico do sítio em estudo poderia ser interrompida nesse ponto, pois muito pouco há a se acrescentar a partir da década de 1940, quando Santana do Bujaru perde sua condição de sede municipal, que passa ao território da antiga fazenda Guaramucu à beira do rio Guamá.

A importância geopolítica de Bujaru sempre esteve sob dois fundamentos: o administrativo e o da presença da igreja católica. É passível afirmar que o território de Bujaru foi sendo constituído com poucas tensões, reafirmando seu atributo de bela concórdia, configurando-se de acordo com os contextos de época. Contudo, desde os carmelitas, como braço eclesiástico da Corte, e posteriormente a figura do padre colado João Simplício das Neves Pinto e Souza, e até o detalhamento dos atributos para escolha do novo padroeiro, a relação entre as estruturas de gestão pública e eclesiástica nesse território sempre possuiu forte viés político.

Não é sem fundamento a retórica de que Bujaru foi fundada e colonizada por migrantes nordestinos, pois de fato foi, logo que a nova sede foi criada à beira do rio Guamá, visando o crescimento do novo núcleo urbano. Contudo, esse discurso ignora todo passado histórico que vem sendo apresentado até então. E de fato, pela grande extensão do município de Bujaru, o morador da sede é capaz de ignorar a existência de Santana⁷⁸. Entretanto existem outras realidades e relações de pertencimento, onde a história pessoal se entrelaça com a de seu espaço de vivência.

O discurso de desenvolvimento, na década de 1940, já antevia a necessidade do deslocamento rodoviário e da otimização das distâncias entre os polos urbanos: nada mais racional que a nova localização da sede municipal contemplasse esta perspectiva. Mas a modernidade trouxe outros componentes, como a velocidade e os meios de garantir esse novo ritmo⁷⁹. Nas cidades, as rotas terrestres se tornaram

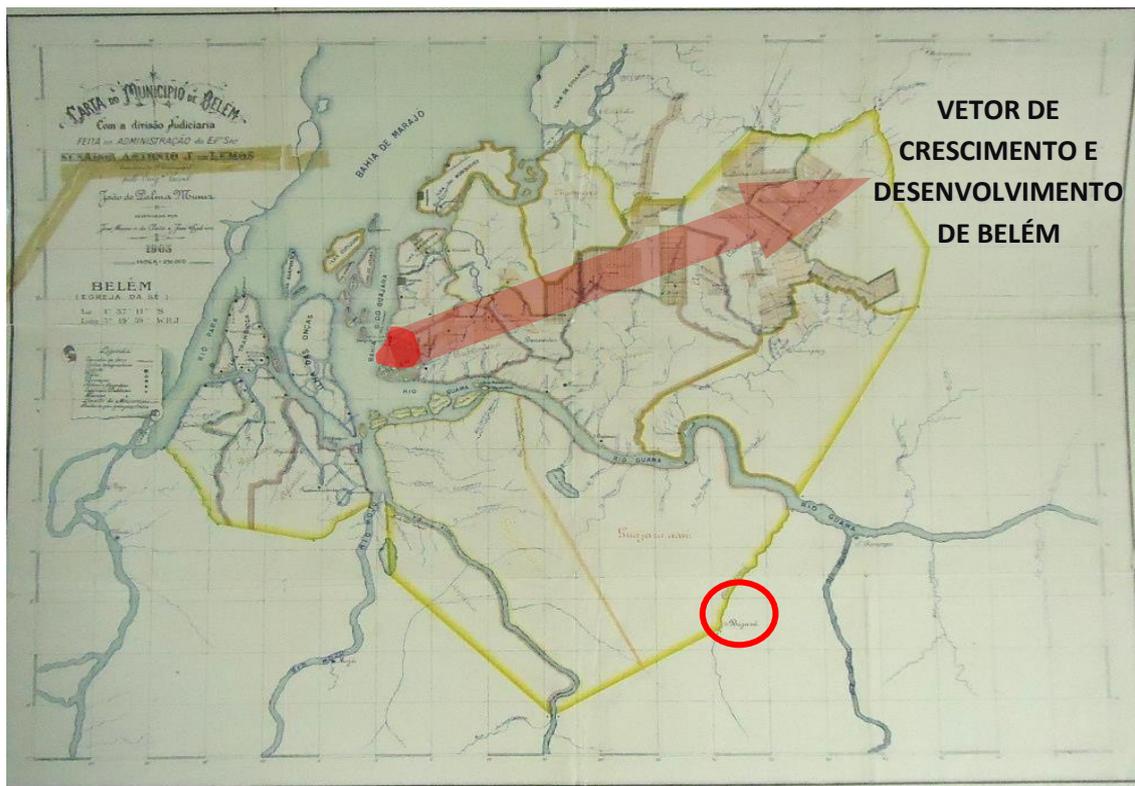
⁷⁸ Como pode ser confirmado ao desenvolver atividade de educação patrimonial através do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria de Estado de Cultura (DPHAC/SECULT) no período de 23 a 26 de fevereiro de 2012, com dois grupos: um na escola Dom Mário, na sede municipal, e outro no salão paroquial de Santana. Ao unir os grupos para um circuito através das referências que eles mesmos elencaram, muitos se surpreenderam visitando esses lugares.

⁷⁹ A partir deste ponto, serão apresentadas, de forma sucinta, as discussões sobre os conceitos de Não Lugar (AUGÉ, 1994) e Lugar de Memória (NORA, 1993), a partir da análise do contexto de Bujaru, com atenção para as mudanças de paradigma de desenvolvimento sobre a preservação do patrimônio e as consequências



símbolo desta modernidade. No final do século XIX e início do século XX várias intervenções modernizantes, tanto no traçado urbano quanto na dotação de infraestrutura e serviços urbanos, como iluminação, sistema de transporte público, entre outros, permitiram a expansão consolidada das cidades por terra. Em meados do século XX, Belém era vista como duas grandes áreas funcionais: a comercial (velho Centro, Ver-o-peso e zona portuária) e a residencial, sendo uma elegante (entorno de Nazaré e São Braz), arborizada, com mansões cercadas por jardins (herança lemistá), uma modesta (contornando os bairros centrais, com casas no alinhamento da rua, algumas com jardins laterais) e outra pobre, na periferia. Todo o território além-rios foi ignorado no processo civilizatório e desenvolvimentista (FIGURA 22), embora pertencentes ao patrimônio da municipalidade. Nesse momento ocorre a emancipação de antigos distritos e criação de municípios.

FIGURA 22: Vetor de desenvolvimento, elaborado sobre “Carta do Município de Belém feita na administração de Antônio Lemos”.
AUTOR: Palma Muniz. 1905



FONTE: Arquivo Público do Estado do Pará.
REGISTRO: Claudia Nascimento.

na compreensão da espacialidade para Santana do Bujaru. Esta análise foi anteriormente apresentada sob a forma de artigo e comunicação em 2011, no processo desta pesquisa (NASCIMENTO, 2011b, *O Lugar do patrimônio cultural contemporâneo: conceito e realidade a partir de uma visão amazônica*) – APÊNDICE B..



“Um elemento importante para o entendimento do processo de criação de municípios no século XX, foi a construção de vias de comunicação terrestre que foram alterando o padrão espacial de disposição dos municípios, até então dependentes das vias fluviais.”⁸⁰

Especialmente no último século, os caminhos das águas foram menosprezados a favor das rotas terrestres. O advento do automóvel, a política de integrar o Brasil através de rodovias, trouxe à Amazônia, e em especial para o estado do Pará, a modernidade sobre rodas de borracha. Várias e importantes rodovias foram construídas, nem todas mantidas ou acabadas, mas gerando a expectativa de modernidade ao interior de um estado onde as distâncias entre as principais cidades são medidas em horas de voo ou dias pelas águas. A construção da malha rodoviária não visou o desenvolvimento local, mas a eficiência em interligar os núcleos de desenvolvimento arbitrados pelos polos agrícolas e grandes projetos para a região.

Historicamente, o acesso ao atual Distrito de Santana era via fluvial, subindo o rio Bujaru desde a sua foz no rio Guamá, localizando-se na margem esquerda do rio Bujaru. Possui associações agrícolas e é identificada como uma comunidade remanescente de quilombos; como marco arquitetônico, a igreja de Santana. A comunidade de Santana é eminentemente rural, porém foi, outrora, a sede do município, tendo a sua igreja uma das quinze freguesias existentes no final do século XIX.

O limiar das décadas de 1930 e 1940 é marcado pela centralização do poder administrativo, com interventores estaduais e prefeitos municipais sendo indicados em processo vertical, a partir do Rio de Janeiro, capital do Brasil.

“Estabelece-se a divisão territorial, administrativa e judiciária da União (1938). O estado do Pará foi dividido em 27 comarcas, 53 termos, 53 municípios e 155 distritos. [...] toma-se o município a sai da principal unidade de estudo. O IBGE assume a frente do movimento municipalista brasileiro que viria a se consolidar na década de 40, com o fim do período ditatorial e o advento de uma nova constituição.”⁸¹

⁸⁰ TAVARES, *A formação territorial do espaço paraense*, p.69. À lógica nesse momento da Estrada de Ferro Bragantina como elemento de integração e de fruição de produtos e serviços somou-se a de construção de rodovias, elemento que vem determinando os projetos de expansão e integração no estado do Pará, a exemplo dos chamados Grandes Projetos de meados do século XX.

⁸¹ TAVARES, Op.. Cit., p. 70.



Década de 1950 traz a lógica do crescimento econômico, chamada desenvolvimentista, para a Amazônia, com a criação da Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA, origem da vindoura Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), inauguração da Belém-Brasília – marco do poder rodoviário de integração nacional – e no bojo os chamados Grandes Projetos como estratégia.

Santana do Bujaru esteve fora desse processo com a instalação da nova sede do município de Bujaru; o próprio município de Bujaru tornou-se apenas um caminho para se alcançar os demais municípios, como Tomé Açu e Acará⁸², a partir da rodovia PA-140, alterando a relação física, de ritmo e escala a partir das demandas da modernidade. E assim como em Santana, outros lugares que ficaram estancos dessa dinâmica, mantiveram efetivamente uma relação física e simbólica, que se traduzem em expressões e narrativas que assumem corpo no discurso com sua população. A memória oral é a grande fonte de informação desta comunidade e vários elementos reveladores, inclusive de questões arquitetônicas, se mantêm como legado de pessoas idosas que são guardiãs destas informações. Neste ponto não há como não lembrar das palavras iniciais de Nora:

“Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio (grifo nosso). O arrancar do que ainda sobrou de vívido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.”⁸³

O discurso de Nora deve ser considerado e factível, se observado apenas sob o prisma do contexto urbano. De fato as relações no contexto urbano afastam cada vez mais do equilíbrio da tradição repassada pela repetição, de geração em

⁸² Importante destacar o seguinte trecho do artigo anteriormente citado: “Bujaru, como município é, por si, “invisível”: em um dos exercícios de deslocamento para Santana, feito pelos meios de transporte coletivos disponíveis, pudemos verificar que, embora várias rotas levem à Bujaru, não há indicativo na rodoviária de Belém de ônibus ou vans para lá. Tendo ido ou passado por Bujaru em viagens anteriores, sempre de carro, sabia que o caminho seguiria a BR-316 até o município de Santa Isabel, através do qual poderia chegar à beira do Rio Guamá, no município de Inhangapi, e atravessá-lo por balsa para, na outra margem desembarcarmos em Bujaru. “Bujaru não é destino, é passagem”, alguém me afirma na fila do guichê na rodoviária, o que era visível e sensível.” (NASCIMENTO, 2011b, Op. Cit, p. 6.) – APÊNDICE C

⁸³ NORA, *Entre memória e história*, p.7.



geração, fortalecido pelas relações humanas. As experiências acumuladas vêm mediadas pelo processo de produção e de “eficientização” da vida: chegar mais rápido, ser mais sucinto, ser objetivo em seus projetos e ações.

A realidade percebida em Bujaru é que os dados históricos ainda subsistem como tradição e construção coletiva. As referências documentais se tornam menos relevantes que o dado humano, que as relações interpessoais que garantem desde o transporte até a informação⁸⁴, passando pela segurança da escolha do melhor caminho. Contudo, este contexto é invisível a quem passa por Bujaru, que é reduzido ao porto onde atraca a balsa e rota para outras cidades como Tomé-açu e Acará. Bujaru é um duplo: o do que passa e o do que está.

Há uma relação clara entre abandono e a transformação de um bem em lugar de memória. Porém, enquanto que, para a população de Bujaru, Santana é um lugar onde pode-se alimentar a utopia da preservação da memória, alheia à necessária mercantilização da urbe, nas grandes cidades é possível assumir o conceito de Lugar de Memória na concepção clássica, isto é, na necessidade de mantê-lo como receptáculo de uma memória inexistente no fato cultural, na dinâmica da vida. Bauman (2001) tenta analisar os Lugares que surgem com a modernidade, como construções vazias de significados culturais.

“Este ‘lugar sem lugar’ auto-cercado, diferentemente de todos os lugares ocupados ou cruzados diariamente, é também um espaço purificado. Não que tenha sido limpo da variedade e da diferença, que constantemente ameaçam outros lugares com poluição e confusão e deixam a limpeza e a transparência fora do alcance dos que os usam [...] excluído o risco da aventura, o que sobra é divertimento puro, sem mistura ou contaminação.”⁸⁵

Nas grandes cidades, o espaço público não é mais o espaço de socialização, pois oferece o risco do acaso (some-se aí a própria violência), da diversidade: assumem este papel os shoppings. Santana do Bujaru é um espaço vazio, a margem da construção histórica e modernizadora da região, que agora só tem significado para as pessoas que vivem naquele lugar. Nos séculos em que o rio era

⁸⁴ O município de Bujaru não possui sistema de transporte coletivo regular e, associado às grandes distâncias, o processo de troca de favores estabelece, conforme pode ser observado, como um fundamento de sociabilidade.

⁸⁵ BAUMAN, *Modernidade Líquida*, p. 116.



a grande via de locomoção, Santana localizava-se de forma coerente. Com a construção da rodovia PA-140, tornou-se um dos

“lugares que ‘sobram’ depois da reestruturação de espaços realmente importantes: devem a sua presença fantasmagórica à falta de superposição entre a elegância da estrutura e a confusão do mundo (qualquer mundo, inclusive o mundo desenhado propositalmente), notório por fugir a classificações cabais. Mas a família dos espaços vazios não se limita às sobras dos projetos arquitetônicos e às margens negligenciadas das visões do urbanista. Muitos espaços vazios são, de fato, não apenas resíduos inevitáveis, mas ingredientes necessários de outro processo: o de mapear o espaço partilhado por muitos usuários diferentes.”⁸⁶

A localização e a resistência da presença dessas permanências são uma concessão às necessidades de modernização da urbe. Não são determinantes pelos traços dos projetos, mas preservadas dos olhares para o bem das necessidades que surgem a cada geração. São sobras de lembranças de tempo e mantém esta mesma fantasmagoria de espaços vazios, sem a familiaridade que defende Baudrillard (1993), sem significado, como nos apresenta os Não-lugares de Augé (1994), sendo Lugares de Memória no sentido lato, como propõe Nora (1993). Santana do Bujaru, expressa materialmente, em sua igreja e o acervo que a ela possui, uma dupla (senão tripla) relação: a primeira com a população que habita o distrito que, sendo ou não católicas, não tem como desconsiderar o lugar físico e simbólico da igreja; a segunda com a população de Bujaru e aqueles que veem na igreja de Santana o seu potencial histórico, cultural e, porque não dizer, econômico como atrativo turístico – para estes a igreja é história de Bujaru, manifesta neste lugar; para aqueles que seriam atraídos eventualmente para lá, Santana seria um Lugar de História (se fosse apresentado, traduzido como tal) e um Não-Lugar, por não estabelecer vínculo identitário legítimo. Poderia ainda dizer que para os que passam pela PA-140, Santana do Bujaru e sua igreja simplesmente não existem.

“O vazio do lugar está no olho de quem vê e nas pernas ou rodas de quem anda. Vazios são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido e vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos.”⁸⁷

⁸⁶ KOCIATKIEWCZ et KOSTERA, In BAUMAN, *Op. Cit.*, p. 121

⁸⁷ LE CORBUSIER, *Planejamento Urbano*, p.10



É improvável que, alguém circulando pela PA-140, opte voluntaria e aleatoriamente, por acessar o ramal que leve à Santana. O horário das balsas que atravessam o rio Guamá é outro elemento que estipula a velocidade e o ritmo de circulação na rodovia. A própria cidade de Bujaru, conforme planejada, à beira do Guamá, não estabelece atrativos capazes de fazer com que o viajante circule por ela.

“As autopistas de alta velocidade – além da informatização – transformaram por completo o perfil das grandes cidades e, portanto a nossa experiência e nossa maneira de ver. O indivíduo contemporâneo é em primeiro lugar um passageiro metropolitano: em permanente movimento, cada vez mais pra longe, cada vez mais rápido. Esta crescente velocidade determinaria não só o olhar, mas sobretudo o modo pelo qual a a própria cidade, e todas as outras coisas, se apresentam a nós.”⁸⁸

Contudo, o próprio discurso do Modernismo enfocava os riscos desta crescente aceleração:

“Ébria de velocidade e de movimento, dir-se-ia que a sociedade toda se pôs, inconscientemente, a girar em torno de si própria; tal qual avião em parafuso dentro de uma bruma cada vez mais opaca. Dessa embriaguez só se escapa com a catástrofe, quando se fica pregado, pelo choque, no chão.”⁸⁹

A velocidade também deveria ser o novo ritmo das mudanças na cidade onde a sociedade da máquina, composta de homens-tipo possuiriam necessidades-tipo: sol, espaço e vegetação. Os modernistas defendiam de forma firme os valores arquitetônicos que deveriam ser salvaguardados como qualificadores da vida do ser humano. A visão seletiva dos modernistas, que consideravam a complexidade da cidade, não consideravam a necessidade de relação do bem como seu entorno, muito menos entender as relações simbólicas que estes bens possam ter, que sua existência material como suporte de valores humanos e sociais, de vida longa. Talvez outro erro do pensamento dos arquitetos e urbanistas progressistas tenha sido desconsiderar outras formas de relação com os espaços, reduzindo tanto as

⁸⁸ PEIXOTO, O Olhar Estrangeiro, In. NOVAES p.361.

⁸⁹ LE CORBUSIER, p. Cit., p.10.



necessidades humanas. Discurso que, por sua simplicidade e reducionismo, prolifera, como um câncer em metástase que continua indo muito bem⁹⁰.

⁹⁰ Aqui parafraseamos um dos trechos mais conhecidos de LE CORBUSIER, em sua verve crítica às cidades radiocêntricas industriais dos primórdios do Modernismo: “*As condições naturais foram abolidas! A cidade radiocêntrica industrial moderna é um câncer que vai indo muito bem!* (grifo nosso) *Aquartelamento e falta de humanidade caracterizam nossos medíocres cubículos de aluguel, mal protegidos contra o ruído*” LE CORBUSIER In. CHOAY, *O Urbanismo*, p. 185. O sentido da paráfrase visa ilustrar que o “câncer moderno”, que antes se espalhava de forma radial e rizomático, agora se instala aleatoriamente, dependendo ou não de condições favoráveis, impondo-se como valor único de progresso.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



A IGREJA DE SANTANA DO BUJARU



3. A IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

*“A matriz de Bujaru é uma boa igreja de pedra, dedicada à Sant’Ana. Consta que foi construída em 1847 e que o vigário da época da inauguração ainda era vivo em 1880”
(Dom Antônio de Almeida Lustosa, 1935)*

A Igreja de Santana, atualmente está localizada no distrito de mesmo nome⁹¹, no município de Bujaru, estado do Pará. O acesso a esta comunidade se faz por um ramal de terra localizado no quilômetro 25 da estrada PA-140, distando 108 km por via rodoviária de Belém. A igreja de Santana está localizada às margens do rio Bujaru desde 1759, conforme documentação histórica, embora relatos indiquem a presença da Igreja no rio Bujaru desde o século XVII. Há nestas duas informações um descompasso que nos remete a uma variação de datação da igreja em

FIGURA 23 Igreja de Santana do Bujaru.



FOTO: Claudia Nascimento, 05/04/2010.

⁹¹ O documento intitulado “*Lista das igrejas parochiaes, freguezias e povoaçoens desta Capitania do Grão Pará e das pessoas maiores e menores, q respectivamente tem,segundo os Rôes de Confessados do prez.te anno de 1765.*” em RODRIGUES, *Op. Cit.*, p.165, permite esta datação porém sem a referência da fonte primária (ANEXO 3).



praticamente um século, que pode ter como dado esclarecedor o seguinte registro do Livro de Tombo da Paróquia de Bujaru.

“O logar onde está situada a séde, povoação de Sant’Ana, elevada a categoria de vila, mas não inaugurada, é um pouco acidentado e de posição topográfica graciosa. Foi parte de uma fazenda de escravos, cujo senhor, Narciso Gomes do Amaral, aí se estabeleceu no tempo do Brasil Colonia [sic]. Aí foi erigida uma capela taipa sob a invocação de Nossa Senhora Sant’Ana. Mais tarde o aludido senhor doou, para o patrimônio de Nossa Senhora Sant’Ana e para manutenção do Capelão sessenta braças de terras de frente com os fundos competentes que depois foram aumentados com dez de frente por cem de fundos, doados também por José Gomes do Amaral, neto do primeiro doador.”⁹²

Materialmente existe a *boa igreja de pedra*, sobre a qual será feita a descrição arquitetônica; sobre esta outra, de presença histórica, será retomada a discussão adiante. Este capítulo irá se deter às descrições e análises quanto ao sítio em que está situada a igreja de Santana do Bujaru, isto é, a conformação atual desse sítio histórico. Para ilustrar as descrições serão utilizados plantas, fotografias e desenhos, além de análises comparativas, quando necessário, e dados históricos.

A descrição arquitetônica se fará a partir da compreensão física e espacial, tanto de localização da igreja quanto de sua distribuição interna. Será feita a caracterização dos materiais de estrutura e acabamento utilizados, assim como marcas visíveis que possam ser indicativos de intervenções anteriores.

A descrição tipológica se deterá na sua locação e comparação com outras situações análogas, e para tal algumas igrejas da região e as igrejas paroquiais da época da construção da igreja de Santana do Bujaru servirão como elementos comparativos. Neste ponto será possível avaliar alguns aspectos contemplados na descrição arquitetônica em relação ao uso de materiais.

O item de descrição estilística tratará da análise da arquitetura como expressão estética e, para tal, serão abordados elementos de aproximação de estilo com o século XVIII, além de observar os elementos integrados (como por exemplo, os altares) e os elementos artísticos (especialmente as imaginárias pertencentes ao templo).

⁹² PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 3v.



Desta forma, apresentar-se-á a igreja de Santana do Bujaru como dado físico e contextual, de existência arquitetônica.

3.1. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

A igreja de Santana do Bujaru localiza-se em trecho de terra firme a cerca de cinquenta metros da margem do rio Bujaru. Aos fundos, a cerca de duzentos e cinquenta metros encontra-se o portão do cemitério. O edifício da igreja tem localização isolada no terreno⁹³, com a fachada principal voltada para o leste (FIGURA 24). A edificação⁹⁴ é composta de quatro volumes que correspondem às áreas onde se tem a nave, capela mor, a sacristia e a campanário (FIGURA 25).

FIGURA 24: Implantação aproximada no terreno da igreja de Santana do Bujaru.



FONTE: Google Maps, adaptado.

⁹³ O terreno da igreja, como já descrito no “*Título de posse da Gloriosa Senhora S.Ana*” (ANEXO 4) é registrado em braças, que possui medida variada (1,80 ou 2,20m).

⁹⁴ O conjunto de plantas do levantamento constam do ANEXO 9.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

FIGURA 25: Planta baixa - setorização. Desenho: Estefany Miléo, adaptado.



FONTE: Levantamento de campo.

FIGURA 26: Vista da empena posterior, entre a nave e o presbitério.



Fotografia: Edivaldo Rodrigues, setembro de 2012.



A cobertura de todos estes volumes é em telhas francesas, exceto a sacristia que é em telha ondulada de fibrocimento⁹⁵. Sobre a nave e a capela mor, o telhado se desenvolve em duas águas, com beirais sem calhas, porém com indicativo que houvera anteriormente; há o desnível do ponto entre as citadas cumeeiras de cerca de 1,0 m (FIGURA 26). Sobre a sacristia a cobertura é em água única; sobre a campanário, quatro águas. Ambas as últimas com beirais.

A alvenaria é em pedra argamassada com barro e cal, revestida em pintura em cal. No entorno da edificação há uma pequena calçada com cerca de 0,40m, sendo que ela acompanha a leve inclinação do terreno onde está assentada a edificação, com variação inferior a 1,00m. À frente há uma escadaria com quatro degraus que vencem esse desnível do terreno até o adro, sob a forma de um largo aberto que, eventualmente é cercado para festividades. Neste adro existe um cruzeiro em madeira e, segundo relatos⁹⁶, já foram encontradas ossadas nesse local, próximo à escadaria.

A fachada principal (FIGURA 27) é simétrica e composta em três níveis, divididos por frisos, com duas marcações de pilastras nos limites desta. Nos primeiros dois níveis há marcação em relevo de barramento e aberturas para vãos com esquadrias – três em cada nível – com vergas em arco pleno. As esquadrias do primeiro nível – duas janelas e uma porta – são compostas de folhas duplas e cegas, com bandeiras bipartidas com vidro. No segundo nível são janelas, com bandeira bipartida e folhas duplas tripartidas com vidro. A soleira de acesso está a 15 cm do nível da calçada.

O terceiro nível é uma composição que mistura elementos de platibanda e frontão: sobre uma aparente antiga cimalha surge uma platibanda que é emoldurada pela continuidade das pilastras dos níveis anteriores e seccionada ao centro por mais uma pilastra, que têm fim num friso superior, a partir do qual está o frontão. Ladeando o frontão existem dois pináculos sob a forma de prismas quadrangulares (obeliscos) e dois elementos semelhantes a torres de relógio (FIGURA 28). No eixo do frontão, próximo ao friso há um óculo circular, fechado com vidro colorido azul

⁹⁵ A igreja já vem passando por processo de recuperação de cobertura e pintura externa da alvenaria. Esta descrição corresponde ao período anterior ao início dessas obras, isto é, o contexto do levantamento de campo que ocorreu até junho de 2012.

⁹⁶ Notas do caderno de campo.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

FIGURA 27: Fachada principal



Fonte: Acervo de Iracema Heitor da Silva.

FIGURA 28: Detalhe da “torre do relógio”.



Fotografia: Claudia Nascimento, abril de 2010.

FIGURA 29: Detalhe da cruz.



Fotografia: Raimundo Schermont, setembro de 2012.

FIGURA 30: Vista da platibanda, a partir do interior do forro. Destaque para o trecho sem reboco, onde a alvenaria de tijolos está aparente.



Fotografia: Edivaldo Rodrigues, 27/09/2012.

e emoldurado com frisos. A forma do frontão composta, ascendentemente, em ambos os lados, de um degrau, uma curva e três degraus, que, em seu ponto máximo contém uma base quadrangular, truncada em sua parte superior, que sustenta uma cruz em ferro (FIGURA 29). Toda estrutura é em alvenaria de pedra e argamassa de barro e cal, a exceção do frontão, que é de alvenaria de tijolos (FIGURA 30). Nos ângulos retos formados pelas pilastras, frisos e embasamento do



segundo e terceiro níveis há a inserção de elemento decorativo em massa na forma de leques (FIGURA 31).

FIGURA 31: Detalhe da fachada frontal. Destaque para os ornatos em forma de leques.



Fotografia: Claudia Nascimento, abril de 2010.

FIGURA 32: Detalhe dos contrafortes da fachada lateral direita.



Fotografia: Claudia Nascimento, abril de 2010.

As fachadas laterais mantêm a marcação em argamassa do embasamento próximo ao piso, escalonado conforme a mudança de nível do terreno, ao longo da nave. Nas fachadas laterais da nave, o encontro entre o terceiro nível e a alvenaria lateral possui contrafortes escalonados (FIGURA 32) e, neste pequeno segmento, não há beiral.



Nas fachadas laterais da capela mor, de ambos os lados e à altura do segundo nível, existem vãos de esquadrias em arco abatido, com chanfros que inserem as mesmas esquadrias no eixo da parede. Estes vãos possuem apenas o caixilho da esquadria, onde fixam-se telas metálicas. Há um vão de janela com arco abatido e folhas cegas no primeiro nível e uma redução de espessura na parede, em menos de 5 cm, que fica marcado externamente na fachada lateral esquerda. Ao longo do volume do capela mor, na fachada direita do edifício, encontra-se a sacristia que apresenta três vãos com vergas retas. As esquadrias também são cegas, sendo a porta em folha única e as duas janelas em folha dupla. Na fachada recuada, paralela à fachada principal há outro vão com verga reta e esquadria em folha cega, uma porta.

O campanário (FIGURA 33) possui estrutura em concreto armado composta de quatro pilares, vigamento a meia altura e fechamento parcial na parte superior, mantendo aberturas retangulares em todas as faces; acabamento em pintura; contém dois sinos suspensos por viga de madeira.

FIGURA 33: Vista do interior do campanário.



Fotografia: Claudia Nascimento, 05/04/2010.

Internamente temos o corpo da igreja, composto de nave e capela mor (FIGURA 34), e a sacristia, como ambientes a descrever. A igreja possui pé direito duplo, paredes revestidas em reboco de barro e cal, pintura em cal; pisos em ladrilhos hidráulicos (FIGURA 35) e forros em madeira.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

FIGURA 34: Vista geral da nave, tendo ao fundo a capela mor.



Fotografia: Claudia Nascimento, 05/04/2010.

FIGURA 35: Detalhe do piso da nave.



Fotografia: Claudia Nascimento, abril de 2010.



Na nave há um desnível no acesso, correspondente a um degrau. Todo o piso é revestido, a exceção de um trecho ao longo das paredes laterais e algumas marcas, que dão indícios de que tenha havido intervenção anterior⁹⁷. Na parede interna da fachada principal existe uma marcação horizontal que indica que a alvenaria do segundo nível é ligeiramente mais estreita que a inferior; as janelas são emolduradas até essa marcação, como se fossem portas anteriormente fechadas, visto que as esquadrias estão centralizadas na espessura da alvenaria. Existem três altares laterais, que serão detalhados mais adiante, cuja composição volumétrica se projeta no espaço, e são compostos por mesa, nicho e emolduramentos. O forro é feito em tábuas de madeira aparelhadas com encaixe tipo macho-fêmea e possui plano a 45° ao longo das laterais⁹⁸, com medida entre 1,5 m e 2,0m; possui aplicação de elementos decorativos, também em madeira, sob a forma de almofadas⁹⁹ e estrelas – estas nos pontos onde há saída de fiação suspensa de luz; na parte central do forro, estes elementos são emoldurados por frisos de madeira¹⁰⁰, que compõem o plano em vários quadrados de menos de 1,0 m². Próximo à fachada existe um alçapão para acesso ao interior do forro, sob o telhado.

Entre a nave e a capela mor há um arco cruzeiro emoldurado com pilastra em argamassa com embasamento na função de plinto e capitel na posição de imposta. O interior do fuste e o intradorso são decorados com almofadas em pequeno relevo em argamassa; o emolduramento do arco se faz com relevo em forma de fita que se enlaça no fecho com um relevo de brasão¹⁰¹. No acesso ao transepto há um degrau que cobre todo o vão do arco (FIGURA 36). Para o presbitério em si há um desnível de três degraus de alturas irregulares, centralizados no ambiente, com cerca de 2,0 m de largura (FIGURA 37). A capela mor possui, à esquerda, duas janelas alinhadas verticalmente, sendo a inferior maior, com relevos decorativos adornando-os.

⁹⁷ Sobre esta intervenção e demais marcas internas, ver mais adiante, ao fim do presente item.

⁹⁸ Não se trata de forro de gamela, como será apresentado mais adiante.

⁹⁹ Está sendo usado o termo “almofada” para tratar a forma em questão – oblonga, com chanfros curvos côncavos em suas pseudo-arestas, que se encontram no eixo – que estão presentes em todo o forro do templo.

¹⁰⁰ Com a observação do forro a partir do desvão do telhado pode-se afirmar que não se tratam de painéis mata-juntos. O detalhamento do telhado e as formas de fixação do forro virão a seguir.

¹⁰¹ A análise desse elemento será tratada mais adiante.

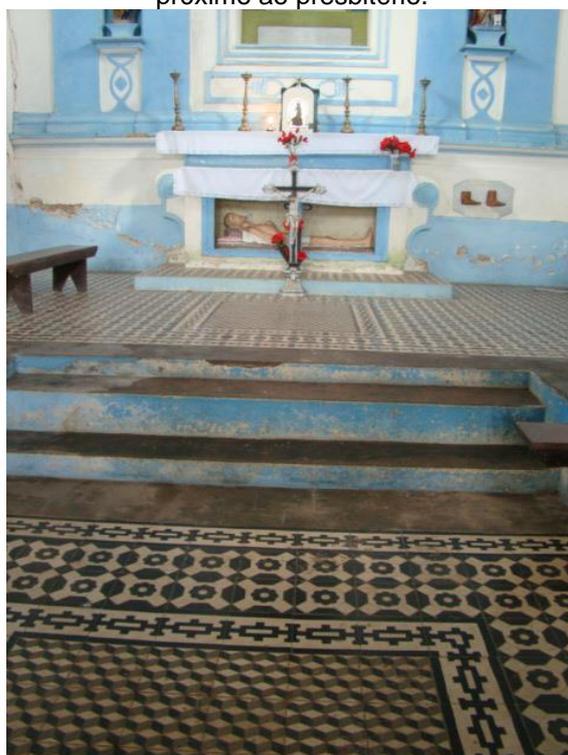


FIGURA 36: Detalhe do degrau entre a nave e o presbitério.



Fotografia: Claudia Nascimento, 22/02/2011.

FIGURA 37: Detalhe dos pisos da nave, próximo ao presbitério.



Fotografia: Claudia Nascimento, 05/04/2010.

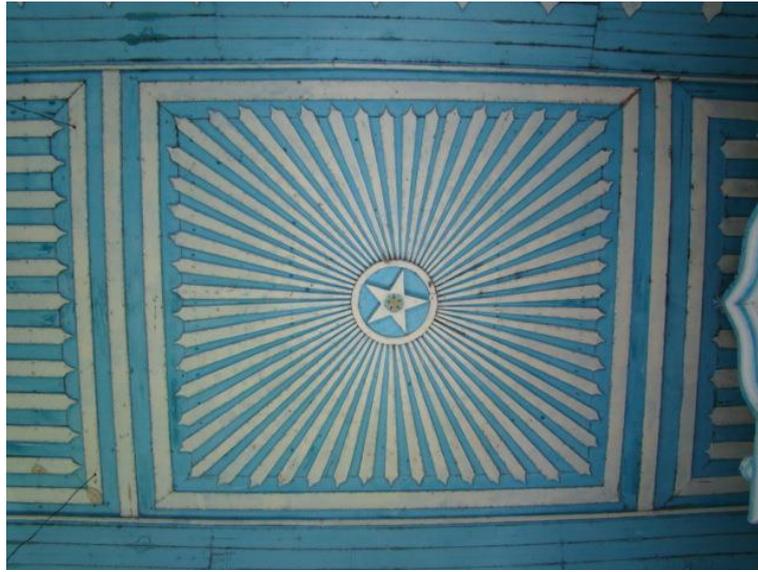
Posterior ao arco cruzeiro e à altura do presbitério existe pilastras sobre embasamento, mais alto que o da nave, a altura do parapeito da janela.

O piso em ladrilho é assentado em composições de tapetes, com o uso de dois desenhos diferentes do utilizado na nave, além de outro padrão no emolduramento dos tapetes. Ao fundo do presbitério há o altar mor, composto de mesa, assente sobre nível elevado a frente da parede que faz a vez de retábulo, com dois pequenos nichos laterais embutidos e outro, central e maior, cujo acesso posterior é feito pela sacristia. Todo esse ambiente possui forro em madeira aparelhada, trabalhada. A forma deste forro é complexa (FIGURA 38): possui plano inclinado a 45° ao longo das laterais, com medida entre 1,5 m e 2,0m; possui aplicação de elementos decorativos, também em madeira, sob a forma de almofadas, como na nave, porém seu plano horizontal é composto em saia-camisado, dividido em três quadros: o desenho do central parte de uma estrela de cinco pontas circundada, a partir da qual saem radialmente régua de madeira de tamanhos e espessuras diferentes, com terminações semelhantes às das almofadas aplicadas em todo o forro. Os outros quadros são compostos por régua como



grandes almofadas esticadas. Nos dois planos transversais (parede do arco-cruzeiro e do fundo do altar-mor) há roda-teto¹⁰² trabalhado com aplicação de almofadas em madeira nos trechos em relevo alto e almofadas menores (com sobreposição de estrelas de quatro pontas) nos quadros (FIGURA 39).

FIGURA 38: Detalhe do forro do altar mor.



Fotografia: Claudia Nascimento, 05/04/2010.

FIGURA 39: Detalhe do roda-teto do forro do presbitério.



Fotografia: Claudia Nascimento, 05/04/2010.

¹⁰² Embora o termo *roda-teto* fosse corretamente aplicado caso o elemento cobrisse o perímetro do ambiente, na falta de outro termo mais apropriado e com as devidas ressalvas, será utilizado por sua função análoga, embora em apenas dois planos verticais. Para uma caracterização mais aprofundada, poderia ter tratado os planos inclinados como roda-tetos, mas por entender que esta estrutura de forro de régua paralelas é algo inserido em momento diverso do forro do altar-mor, mantemos essa leitura. Pela estrutura do telhado que será detalhada a seguir, tampouco será possível entender que se trate de um forro em gamela.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

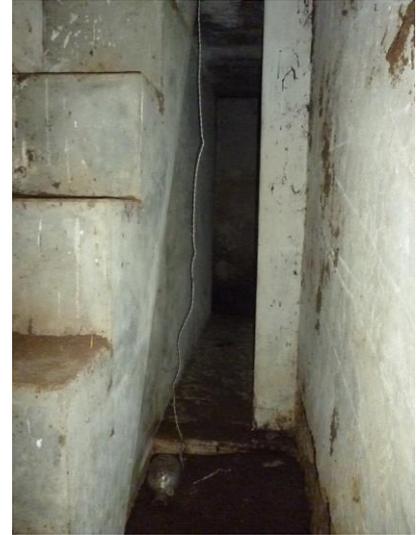
caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

FIGURA 40: Sacristia.



Fotografia: Claudia Nascimento, 05/04/2010.

FIGURA 41: Vão posterior ao altar mor.



Fotografia: Roseane Norat, 08/05/2010.

FIGURA 42: Vista do desvão da nave, onde podemos observar o sistema estrutural do telhado e a fixação do forro.



Fotografia: Edivaldo Rodrigues, setembro de 2012.

FIGURA 43: Vista do desvão da nave, com detalhe para o acabamento da alvenaria neste oitão, sobre o arco cruzeiro.



Fotografia: Edivaldo Rodrigues, setembro de 2012.



A sacristia (FIGURA 40) possui paredes rebocadas em argamassa de barro e cal, pintura em cal, não possui forro e o revestimento de piso segue os módulos utilizados no capela mor. A partir dela tem-se acesso ao fundo do altar e ao trono a partir de estreita escada em alvenaria (FIGURA 41).

O telhado da igreja¹⁰³ é composto por dois sistemas estruturais diversos: um para a cobertura da capela mor e outra para a nave.

Na nave temos um sistema complexo (FIGURA 42), composto de tesouras com pendurais alongados, tanto o central quanto o das terças (tirante), estas tesouras são atracadas tridimensionalmente por cruces de Santo André. As peças verticais atuam como pontaletes que, ao mesmo tempo em que aumentam o ponto da cumeeira, sustentam as peças da cumeeira e terças, enquanto trabalham com as descargas advindas das cruces de Santo André. O desvão revela também que a alvenaria nesse trecho foi rebocada e pintada, antes da consecução do forro, e que o forro (que poderia ser caracterizado como gamela por uma análise apenas visual) possui de desenho intencional, independente da estrutura do telhado (FIGURA 43).

FIGURA 44: Vista do desvão da capela mor, detalhe para o cruzamento da cangalha.



Fotografia: Edivaldo Rodrigues, setembro de 2012.

FIGURA 45: Vista do desvão da capela mor. Detalhe para o acabamento rústico das peças de fixação do forro.



Fotografia: Raimundo Schermont, setembro de 2012.

Sobre a capela mor há uma estrutura de telhado do tipo cangalha (FIGURA 44), onde é possível também observar que, ao contrário das peças de fixação do forro da nave, existem peças de feitura mais rústicas na sua execução (FIGURA 45).

¹⁰³ É irrelevante para a caracterização tipológica do imóvel descrever o sistema de cobertura da sacristia, de armação sobre empenas, assim como o do campanário.



Sobre algumas varas metálicas aparentes nas fachadas lateral direita (FIGURAS 46 e 47) e esquerda (FIGURAS 48 e 49) e no interior do templo (FIGURA 50), cuja função objetiva não foi possível identificar, é levantada a hipótese de que esteja servindo de atirantamento das paredes laterais da nave em seu coroamento. Não foi possível avaliar se o conjunto de fissuras estabilizadas observadas na fachada lateral direita tem relação sistêmica com esses elementos, de forma preventiva ou curativa, mas deve-se fazer o registro de que a estrutura de cobertura da nave da igreja de Santana do Bujaru não encontra referência como padrão construtivo na literatura técnica, portanto, pode ter sido o causador de alguma instabilidade estrutural pretérita.

FIGURAS 46 e 47: Detalhe das varas metálicas na lateral direita da igreja.



Fotografia: Claudia Nascimento, 22/10/2011.

FIGURAS 48 e 49: Detalhe das varas metálicas na lateral esquerda - direção do fundo do altar mor e da nave da igreja.



Fotografia: Claudia Nascimento, 22/10/2011.

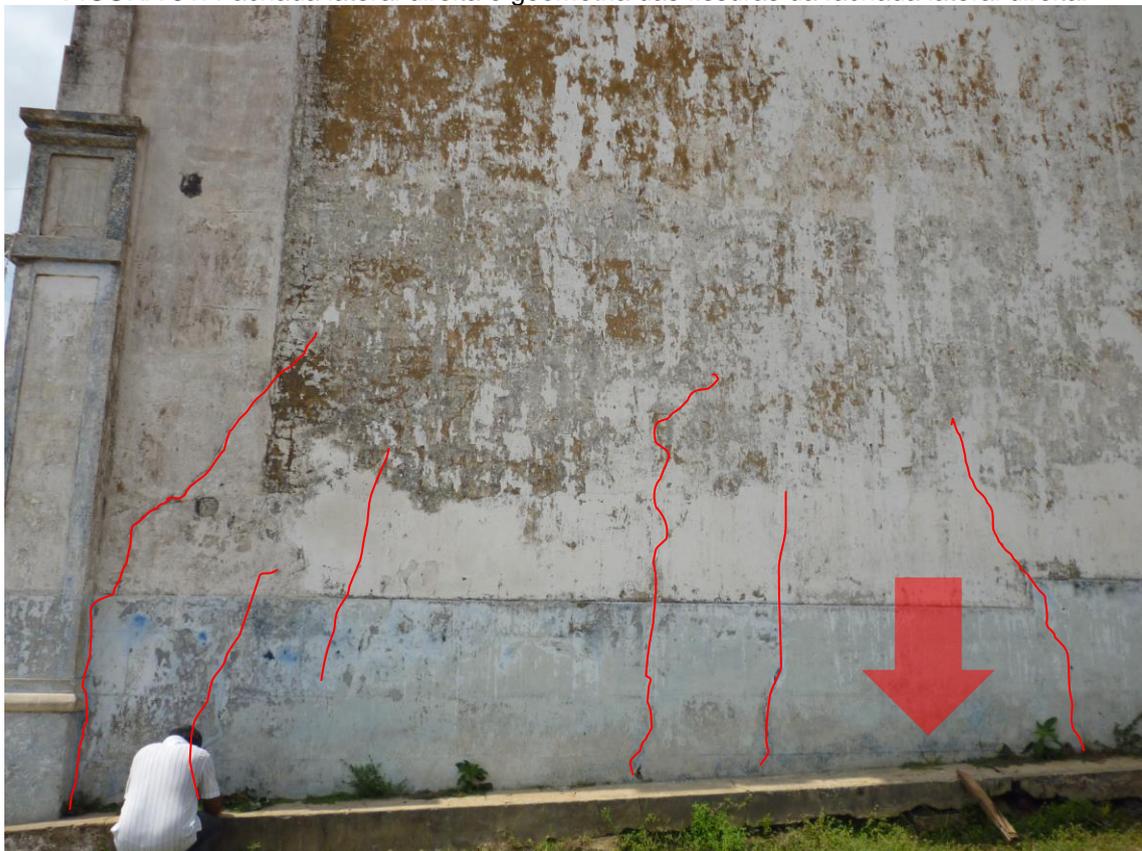


FIGURA 50: Detalhe da vara metálica no interior da nave – parede da fachada principal.



Fotografia: Claudia Nascimento, 22/10/2011.

FIGURA 51: Fachada lateral direita e geometria das fissuras da fachada lateral direita.

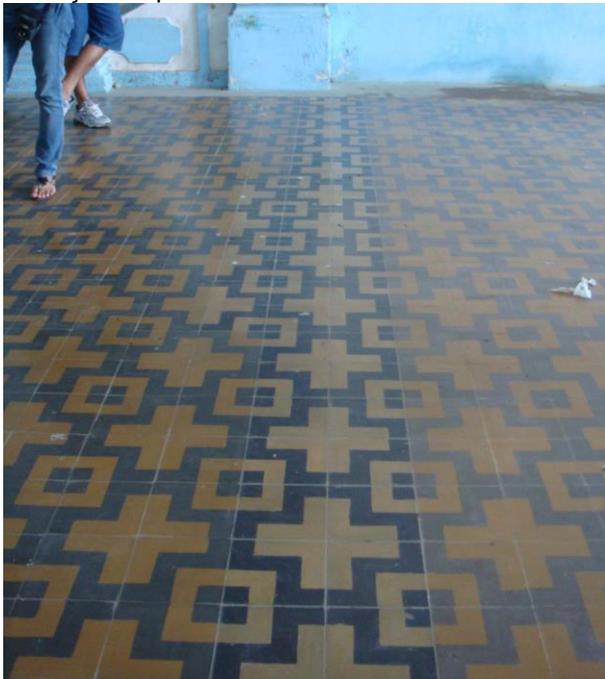


Fotografia: Claudia Nascimento, 27/09/2012.



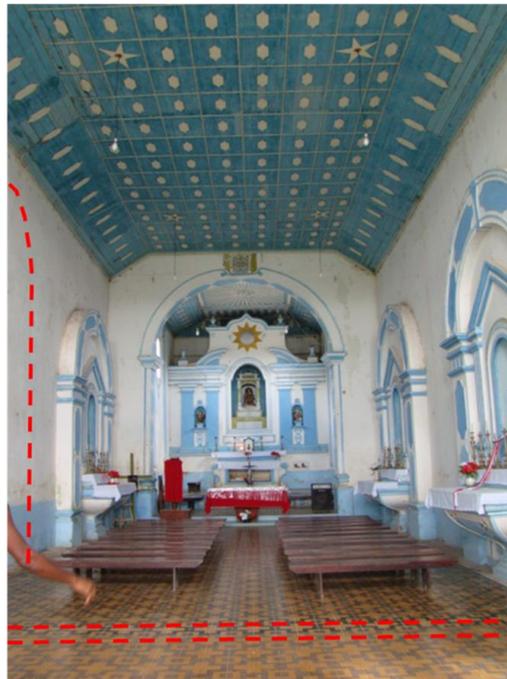
Esse tipo de conjunto de fissuras (FIGURA 51) é característico de recalque vertical, já estabilizado. O ponto aproximado dessa acomodação da infraestrutura corresponde a uma das marcações internas no piso (FIGURA 52) e, na parede correspondente à fachada esquerda, à ausência de um altar lateral (FIGURA 53), o que dá indícios para acreditar em relatos orais não confirmados em documentação de que a igreja fosse anteriormente menor, tendo sido ampliada para frente, e por isso, a hipótese que essa marca no piso tenha sido a posição de uma parede preexistente, ou mesmo uma portada para um átrio.

FIGURA 52: Marca no piso da nave, na direção do ponto indicado na foto anterior.



Fotografia: Roseane Norat, 08/05/2010.

FIGURA 53: Marca no piso da nave e da ausência do altar lateral.



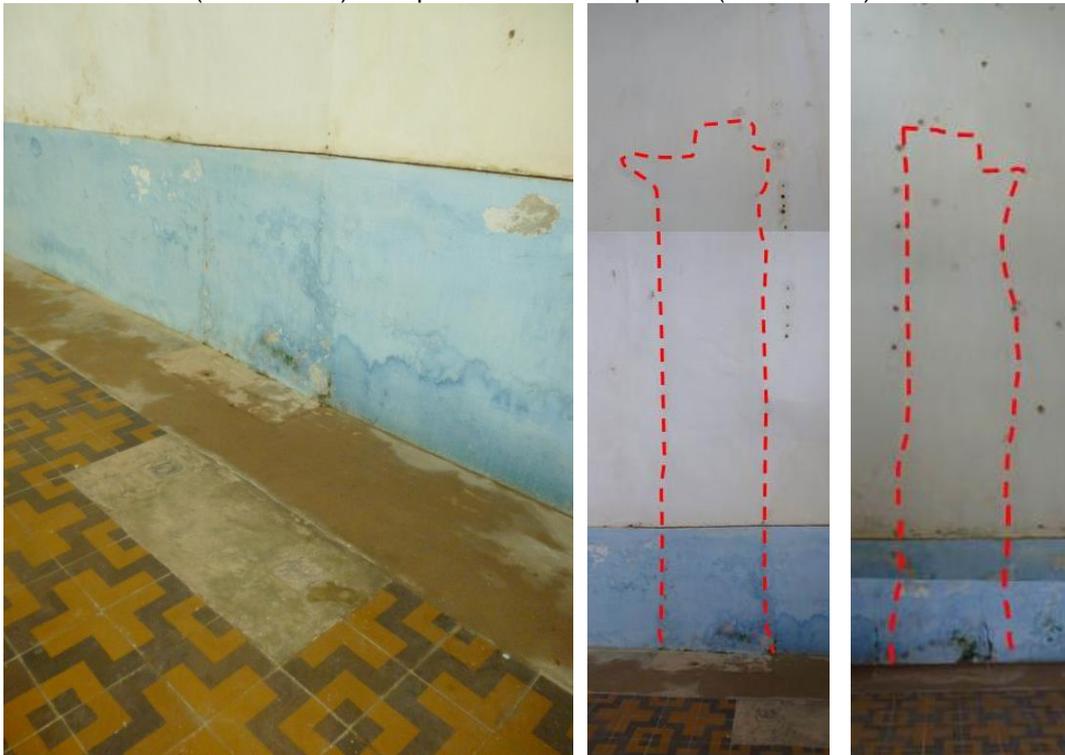
Fotografia: Claudia Nascimento, 05/04/2010.

Externamente a igreja apresenta algumas bossagens não decorativas, na contiguidade da parede do arco cruzeiro. Esses elementos indicam que a edificação possui uma fase de construção, marcadamente pelo uso da alvenaria de pedra argamassada, podendo ter havido uma composição diferente da arquitetura, o que fortalece a hipótese de que o processo de edificação da igreja tenha sofrido várias alterações em suas diversas fases, até que sua conformação atual. Portanto, há de se considerar a necessidade de estudos prospectivos, para melhor conhecimento sobre esse imóvel.



O edifício apresentava até fins de 2012 muitos pontos de infiltração, especialmente próximo à fachada, provenientes certamente da calha posterior aos contrafortes do frontão, e no rufo da capela mor, proximidade do beiral, por água proveniente do caimento do telhado, pela instalação inadequada de calha metálica. Outro principal dano no imóvel é devido à atuação de cupins (xilófagos) e a permanência de animais (morcegos) em seu interior, com vários pontos de sujidade, inclusive o acúmulo no piso da área posterior do retábulo do altar.

Marcações internas de um possível coro: piso (FIGURA 54), na parede interna direita (FIGURA 55) e na parede interna esquerda (FIGURA 56).



Fotografia: Claudia Nascimento, 22/10/2011.

Algumas marcas de possíveis intervenções anteriores são perceptíveis, como da existência de outro altar lateral e um coro (FIGURAS 54, 55 e 56), porém não há informação documental sobre suas existências ou exclusões. Os dados do histórico de intervenções que podem ser aqui citados foram retirados do livro de tombo da paróquia e aquelas das visitas paroquiais. Destas informações há registro de que em 1847 “a igreja estava por concluir-se principalmente a capela mor”¹⁰⁴ e que houve “pintura externa na igreja – melhorias na calçada – concerto [sic] do vigamento do

¹⁰⁴ PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p 19.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

telhado [sic] sobre o altar mor – início da construção do fôrro” e “instalação da aparelhagem da igreja”¹⁰⁵ em 1966.

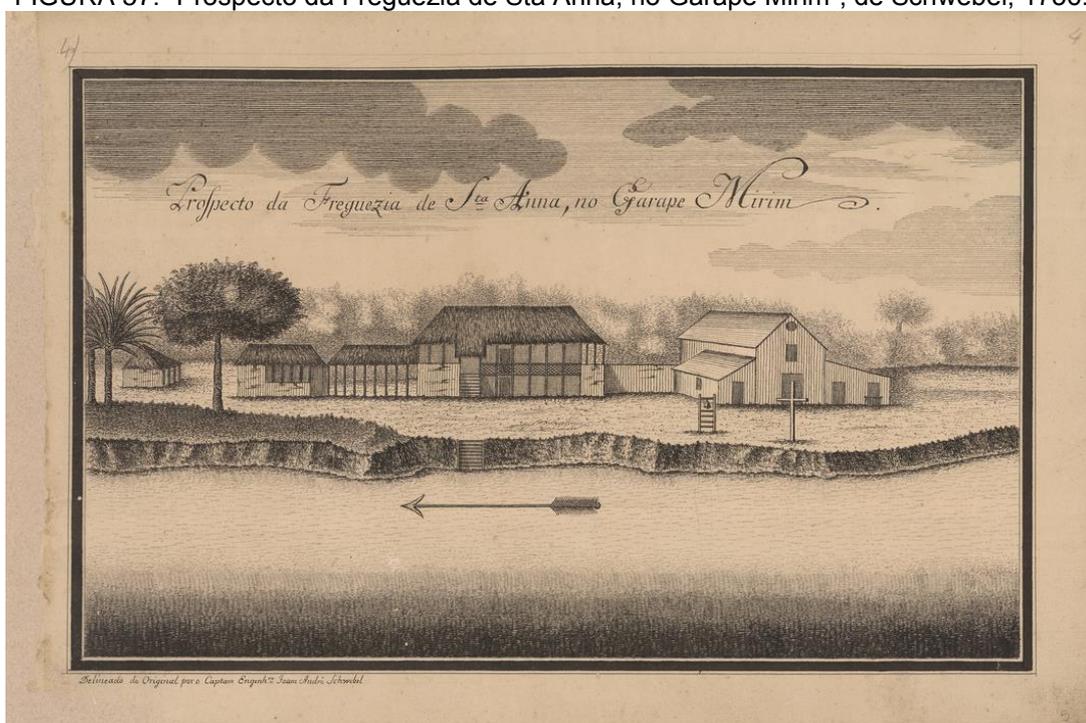
¹⁰⁵ IDEM, *Ibidem*, p 50v.



3.2. DESCRIÇÃO TIPOLÓGICA

É possível identificar certa lógica na implantação das igrejas na região amazônica durante o período colonial. Desde o conjunto de prospectos¹⁰⁶ desenhados por Schwebel é visível a importância da relação de frontalidade dos templos em relação às margens dos rios (FIGURA 57). Outras situações de observação de campo comprovam que esses sítios fundados até o início do século XIX mantêm essa relação. Variações existem, como o caso de Belém que, na

FIGURA 57: “Prospecto da Freguezia de Sta Anna, no Garape Mirim”, de Schwebel, 1756.



Fonte: Biblioteca Digital Mundial

verdade, não teve a presença da Igreja como gênese do sítio, porém o marco das alvas igrejas entre casebres caracterizou o cenário do século XVIII para os viajantes. Contudo, como já sabido, a presença eclesiástica nos sertões foi o fundamento de ocupação e desenvolvimento no período colonial, na Amazônia.

Não existem relatos de grande produção econômica na região do estuário amazônico entre os séculos XVII e XVIII, exceto aquelas associadas à exploração dos recursos da floresta, pequenas lavouras e a da cultura da cana-de-açúcar, para

¹⁰⁶ A análise tem como base a igreja de Santana de Igarapé Miri, pelos motivos já expostos.



qual, e a exemplo do sucesso em outros territórios da América portuguesa, era de baixo custo em relação à produtividade econômica. Para o beneficiamento deste insumo, comparativamente aos demais, era necessária grande estrutura material para que pudesse produzir seus subprodutos: engenhos, fornos, além das plantações em grandes áreas. Esse investimento trazia a necessidade da associação da atividade produtiva às necessidades de seus proprietários, inclusive de ordem espiritual. Às fazendas coloniais, ou mesmo aos sítios rurais, distantes das paróquias, é normal a existência de capelas, oratórios e pequenos altares, que atendiam as necessidades domésticas.

Tem-se, a partir do século XVIII, a consolidação das pequenas propriedades rurais que trazem as capelas como elemento constituinte da casa principal¹⁰⁷, tanto para uso privado quanto para desenvolvimento dos dons de espírito dos serviços domésticos. As capelas não são elementos isolados nas unidades rurais, mas constituintes dessa relação com a residência, por proximidade ou por contiguidade. Quando associada à atividade religiosa, temos, em alguns casos, proximidade com a casa conventual, como na Engenhoca¹⁰⁸ ou isoladamente, como no Engenho Jaguarari¹⁰⁹, no rio Moju.

A presença exitosa de engenhos e engenhocas na região, a exemplo dos empreendimentos carmelitas, como já foi dito, atraiu colonos para montante no rio Bujaru, a partir do século XVIII. É crível a construção histórica de que a capela, tendo sido doada com seu lote de terra por Narciso Gomes do Amaral e herdeiros, pudesse ter sido oriunda de sua fazenda, contudo não foi possível encontrar referências ou indícios nos arredores de atividade rural na dimensão de um engenho¹¹⁰.

¹⁰⁷ Em SOARES (1996) existem dois exemplos do século XVIII, na ilha do Mosqueiro, com levantamentos de planta baixa: Fazenda Paraíso e Sítio Conceição, que ilustram a questão. As proximidades da Baía do Sol já haviam sido requeridas no século XVIII por Leocádio José da Silva, por já serem ocupadas.

¹⁰⁸ “D. Lustosa notando o estado ruinosos [sic] em que se encontrava a igreja que ficava contígua a antiga casa conventual, ordenou a sua demolição imediata.” Livro de Tombo, p. 15.

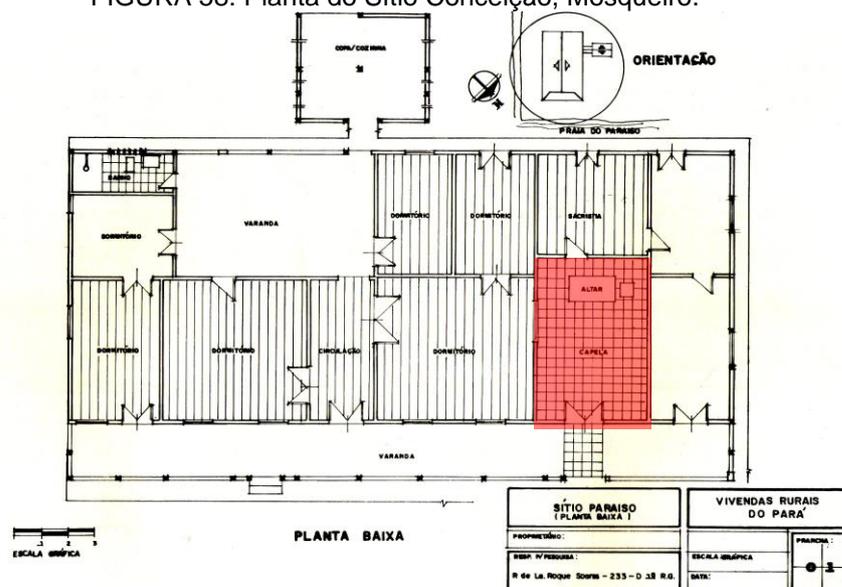
¹⁰⁹ A descrição espacial feita por MARQUES (2004) sobre o Engenho Jaguarari situa a igreja a 800m da sede, porém este conjunto advém de uma antiga aldeia jesuítica, o que reforça a hipótese de que, com finalidades missionárias e de ocupação, a capela (ou igreja) tivesse uma posição distanciada, garantindo as relações de sociabilidade.

¹¹⁰ Em MARQUES (2004), p. 67 é possível encontrar que, no ano de 1792, o distrito do Guamá possuía uma engenhoca de açúcar, três engenhos de aguardente e uma olaria, e no Bujaru apenas um engenho de descascar arroz. MARQUES (2004), p. 67



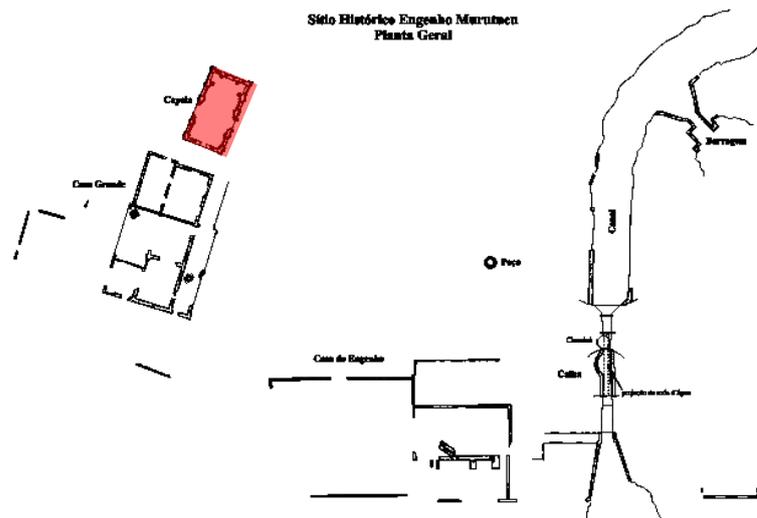
A existência de templos associados a fazendas, diferentemente dos sítios (FIGURA 58) onde situam como espaço de relação íntima, privada e contígua à dinâmica residencial, possui a locação da capela ou igreja deslocada da sede, engenho ou casa grande (FIGURA 59), porém não distanciada. Os templos, mesmo os mais modestos, estabeleciam-se como espaços de sociabilidade comunitária,

FIGURA 58: Planta do Sítio Conceição, Mosqueiro.



Fonte: SOARES, p. 81.

FIGURA 59: Planta do Engenho Murutucu, Utinga.



Fonte: MARQUES (2004), p. 88.

motivo pelo qual, mesmo as capelas de lares, em situação rural e em alguns casos urbanos, possui acesso externo, para a promoção da fé dos moradores de seu



entorno. Portanto, é possível associar a presença de templos religiosos no período colonial a duas situações formais: as igrejas que surgiram como polos ou referências de missões, aldeamentos e outras formas de colonização pela presença religiosa, e aquelas ligadas a fazendas. Os arranjos funcionais em ambos os casos é distinto, assim como elementos a ela associados, a exemplo da imaginária.

A criação da freguesia de Bujaru, em 1738, e a inscrição de Santana como sede paroquial no Mapa do Bispado, produzida por Galluzzi em 1759, dá indícios de reconhecimento de sua preexistência como núcleo habitado, embora não arrolada nos prospectos de Schwebel, como povoamento relevante, nem tampouco como uma das ocupações carmelitas do Guamá e Bujaru. Não foi possível encontrar relatos documentais do século XVIII, porém em fins de 1885, há a descrição de Santana do Bujaru como um núcleo populacional com certa estruturação espacial.

“ocupa uma area de 700 baças [sic] quadradas pouco mais ou menos: 3 ruas, 2 travessas e 2 praças; 21 casas de telha de construção regular, 2 sobrados, 2 escólas, uma do sexo masculino, com 59 alunos, e outra do feminino, com 28 alunas, igreja matriz decente, cemitério, 2 casas de negocio no arraial da freguesia e 16 fóra. [...] Industria: dois engenhos de cana movidos, um a vapor e outro a água, e uma olaria: lavoura importante; coposta [sic] em grande quantidade – farinha de mandioca, arroz, milho, e em menor, feijão, tabaco, algodão, borracha, lenha, bananas, laranjas, cupuassú, umaris, mangas, abacates, melancias e batatas doces.”¹¹¹

Retomando o relato ao século XVIII, há o registro da tentativa de estabelecimento de um padrão arquitetônico para as igrejas paroquiais, através do projeto de Antônio Landi para a igreja de Santana de Igarapé Miri¹¹² (FIGURA 60), que à época era um templo, aparentemente, em madeira (FIGURA 61). A descrição

¹¹¹ BAENA (1885), *Op.Cit.*, p.5.

¹¹² “No ano de 1753 desembarca em Belém a comissão demarcadora de limites, trazendo técnicos especializados nas mais diferentes funções e de diversas cidades da Europa, enviados pelo governo português. Entre eles encontrava-se o arquiteto italiano Antonio José Landi, incumbido, dentre outras coisas, de desenhar três modelos de igrejas paroquiais para o interior da Amazônia. [...] Através de uma carta enviada pelo III Bispo do Pará, Dom Frei Miguel de Bulhões para a Corte, em 23 de fevereiro de 1759, toma-se conhecimento da intenção do clérigo em comunicar aos superiores o estabelecimento de treze paróquias e o envio de três desenhos das Igrejas de Cametá, Igarapé-Miri e Gurupá para serem levadas ao conhecimento do Rei. Menciona ainda a carta a escolha da Igreja Matriz de Igarapé-Miri para ser um modelo padrão a ser seguido pelas demais paróquias que não possuíssem desenho.” (RODRIGUES, *Op.Cit.*, 2008, p. 17).



de D. Frei João de São José e Queiróz sobre os templos do interior durante sua visita pastoral não apresentavam cenários tecnicamente mais favoráveis:

FIGURA 60 Projeto de Antônio Landi para a Igreja Paroquial de Igarapé-Miri.

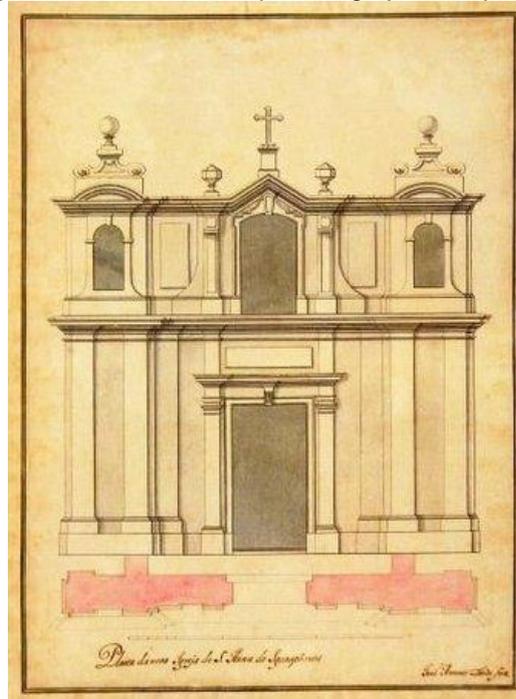
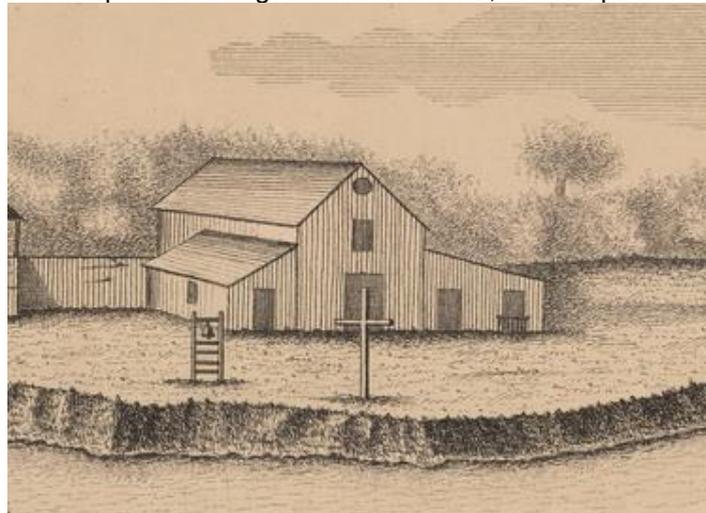


FIGURA 61 Detalhe do “Prospecto da Freguezia de Sta Anna, no Garape Mirim”, de Schwebel, 1756.



Fonte: Biblioteca Digital Mundial

“A igreja [de Boim, [em 1762] é coberta de folha, como as casas de residência e as mais da vila”; “O sítio de Pauxis [...] hoje [...] Óbidos [em 1763] [...] tem uma igreja ordinária coberta de folha, e muitas casas pelo mesmo modo”; “a vila de Faro



[1763] [...] consta de igreja pobre, e coberta como todas de folhas d'árvore, e em conformidade as casas pelo mesmo estilo”¹¹³

Não é estranho, portanto, que a paroquial do Rio Bujaru tenha sido instalada na igreja de Santana do Bujaru, desde 1738, mesmo que Frei Caetano Brandão tenha a descrito em 1787 como uma capela de taipa “*mui pequena, de ordinario aceio [sic]*”, visto que assim eram constituídas boa parte das igrejas da província, mesmo aquelas associadas a alguma ordem religiosa missionária. É factível, nos prospectos já citados e em relatos, que a atenção técnica à construção dos templos no interior da Amazônia era preocupação maior por parte dos jesuítas e carmelitas. A própria descrição da capela carmelita da Engenhoca de Santa Tereza de Monte Alegre, por Dom Antônio Lustosa, corroborado pelo registro de Frei José Alvares do Perpétuo Socorro é que:

“Quando em Julho de 1935 acompanhei à Ilmo D. Antonio de Almeida Lustosa na Santa Visita Pastoral, passamos um dia na Engenhoca. A antiga Capela Carmelitana, ruínosa já, demonstrava o que havia sido. A fachada de estilo colonial era magnífica e a portada mui rica, tudo de pedra e cal. As duas paredes laterais eram de enchimento. A parede que servia de retábulo estava ricamente ornada com um nicho no centro e rematando encima [sic] com o escudo do Carmo. Os referidos enfeites eram de reboque. D. Antonio viu o estado lamentável da Capela e mandou que por conta d’ele fosse demolida. A água do rio batia quase nos alicerces da fachada, pelo que esta parede estava notoriamente desnivelada.”¹¹⁴

Na região há o registro de produção de cal e cerâmica, a partir dos fornos de produção de açúcar

“Antigamente (há talvez um século) na foz deste Igarapé do Bom Intento surgia uma das mais mais [sic] importantes fazendas daquele tempo. Aí se fabricava assucar e também cal com pedras importadas de longe¹¹⁵ para aí se queimarem.”¹¹⁶

¹¹³ D. Frei João de São José e Queiroz. Visitas Pastorais, p. 260, 294 e 305, respectivamente, In GUERRA, p. 52-53.

¹¹⁴ PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 6 e 6v.

¹¹⁵ A pedra de lioz, é uma rocha metamórfica de origem calcária, como o mármore, sendo possivelmente essa a referência.

¹¹⁶ PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 15.



“[...] na Engenhoca, o qual também sucedeu a uns portugueses dos Açores que doaram os primeiros a explorar a indústria da cerâmica nesta fazenda desde 1847.”¹¹⁷

A igreja de Santa Maria do rio Guajará Açu, construída em tijolos, certamente se favoreceu da produção de cerâmica feita na região, a partir do século XIX. Dom Antônio de Almeida Lustosa descreve

“Engenhoca é uma localidade próxima a Belém, pertence hoje ao município de São Domingos do Capim e a Paroquia de Sant’Ana do Bujaru. Outrora, ao que consta, era a sede da Fazenda de Santa Tereza, do Convento do Carmo. Naturalmente desse tempo data o nome, que ainda hoje tem, posto que há muitos anos, tenha trocado sua função de produção de assucar pela de fabricar potes, bilhas e outros produtos de cerâmica. A antiga capela tinha fachada vistosa. Hoje está em ruínas. Há projeto de construir-se nova capela. Não no local da velha, mas perto. O rio que banha a Engenhoca é o Guamá.”¹¹⁸

Desta forma, ao analisar as implantações de templos religiosos na região, é possível observar como existem elementos que estabelecem um padrão: o uso de materiais e técnicas disponíveis na região, a edificação frontal ao curso, isolada no terreno, com núcleo de povoação em seu entorno¹¹⁹. A distância da fachada da igreja (em vermelho, nas imagens) ao curso d’água varia de acordo com a topografia, sendo em torno de 50 m da linha de várzea¹²⁰ (em amarelo, nas imagens), sujeita a alagamentos (FIGURAS 62, 63 e 64).

¹¹⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 24v.

¹¹⁸ LUSTOSA, *Op. Cit.*, p. 253.

¹¹⁹ Esse padrão, na verdade, pode ser observado em outras situações de ocupação datada até o século XIX, de forma recorrente, em todas as cidades visitadas no Pará.

¹²⁰ Situação idêntica na igreja do Cravo, afluente do rio Bujaru, e em Santa Maria do Guajará Açu (afluente do rio Guamá), esse último que assumiu a sede distrital de Guajará Açu no século XIX.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

FIGURA 62: Locação da igreja de Santana do Bujaru



Fonte: Google Maps (adaptado pelo autor).

FIGURA 63: Locação da igreja de Santa Maria, Guajará Açú, Bujaru.



Fonte: Google Maps (adaptado pelo autor).

FIGURA 64: Locação da igreja de Santana, Igarapé Miri.



Fonte: Google Maps (adaptado pelo autor).



Portanto é possível que a igreja de Santana do Bujaru tenha sido polo de colonização da região, com a atração de população para seu entorno. Desta forma, a hipótese de que ela tenha surgido como remanescente de uma estrutura rural – uma antiga capela de fazenda – só se fortalece se referente à ocupação carmelita na região, como tentativa de colonização ou buscando agregar grupos indígenas, no século XVII. O desmembramento da antiga propriedade de Narciso Gomes do Amaral, com templo em taipa, para usufruto de religiosos pode indicar esse uso diferenciado da atividade produtiva rural no sítio como preexistente. A construção da igreja e dos demais imóveis partiu de princípios, materiais¹²¹ e tecnologias acessíveis na região, em cada época.

¹²¹ “Era então chamado arraial e um dos seus capelães foi o Padre José Gonçalves Chaves. Depois foi elevado a [sic] categoria de freguesia. No século passado os nossos bisavós construíram uma igreja de pedra e cal, com material extraído na localidade. Dita igreja é um dos mais amplos e belos templos do interior do Estado, e foi benta e inaugurada no dia 26 de julho de 1847” PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 3v-4.



3.3. DESCRIÇÃO ESTILÍSTICA ¹²²

Neste capítulo serão expostas as contribuições estéticas que compõem a igreja de Santana do Bujaru. Neste campo o diálogo se fará de forma sutil com a semiótica¹²³ para a leitura destes signos plásticos complexos que lhe fazem parte, sintomas de contribuições de seus tempos históricos, numa leitura diacrônica. Não buscar-se-á aqui nenhuma filiação teórica nesse campo para essa leitura, mas cabe uma contextualização que ajudará a entender a escolha metodológica. Entre as várias correntes, podemos afirmar que a leitura da igreja, como conjunto, se insere filialmente às contribuições dos semioticistas da cultura¹²⁴, da escola de Tártu (Moscou), que, em vez de buscar gêneses e princípios dos signos geradores de compreensão, isoladamente, o associam em uma tessitura de agentes, como as contribuições sociais (em seus vários momentos históricos), técnicas e estéticas, sendo a força motriz de todo fenômeno cultural, que Iúri Lótman chamaria de *espaço semiótico*.

A busca pela descrição estilística dos elementos integrados (altares e brasão, especialmente) e artísticos (imaginária) visa ser mais um fio nessa teia de significados que intenciona traduzir a igreja de Santana do Bujaru, que foi trazida como objeto de pesquisa como primeiridade¹²⁵ e que, no momento em que todas as interpretações deste trabalho se esgotarem, estarão novamente, e peircianamente, abertas a novas leituras e interpretações.

É possível identificar nos elementos integrados informações que se coadunam com os dados históricos que foram coletados até aqui, com

¹²² A base deste capítulo foi composta sob a forma do artigo *Igreja de Santana do Bujaru: pesquisa a partir de índices* (NASCIMENTO, 2010) – APÊNDICE D, apresentado no V Fórum de Pesquisa em Arte, em 2010, no contexto deste curso de mestrado.

¹²³ Semiótica, do grego *semeiotiké* (arte dos sinais, sintomas), tem origem como a ciência da sintomatologia das doenças, passou a partir de fins do século XIX a traduzir a arte-ciência que permite contextualizar o processo de comunicação, interlocução e compreensão de um dado, verbal ou não-verbal.

¹²⁴ Não será aprofundado, nem o conceito nem na caracterização desse movimento, apenas introduzir, mesmo que tardiamente no trabalho, o espírito metodológico que atravessou todo o trabalho. Sobre a aproximação entre as semióticas russa e a americana (cujo principal nome é Charles Peirce), temos o texto de MERRELL, *Iúri Lótman, C. S. Peirce e semiose cultural*.

¹²⁵ Primeridade se caracteriza como estágio inicial de um signo, na sua qualidade de *índice*, segundo a teoria de Charles Peirce (1839-1914), que passa ainda pelo estágio de *secundidade*, onde ele é traduzido como *índice*, e de *terceridade*, de sua interpretação como *símbolo*. Portando, a *primeridade* seria o contato inicial com um signo, sua impressão inicial, como sentimento de qualidade não traduzida ou interpretada.



aproximações temporais ao século XIX, contudo a observação da imaginária traz esta datação devocional novamente para datas anteriores, e que provoca novo questionamento: de que forma deve ser estudado o objeto como bem cultural e o que deve se visar preservar.

3.3.1. Elementos integrados

Os elementos integrados¹²⁶ à arquitetura da igreja de Santana do Bujaru são índices que suscitam questões e hipóteses à sua compreensão histórica. De fatura rústica (como se apresentam atualmente), trazem em sua forma, quer por sua representação ou por sua indução estilística, vetores de interpretação do bem em sua inteireza. Entre eles, os altares o brasão do fecho do arco cruzeiro. A análise dos primeiros se fará a partir da comparação com outros exemplares de Belém e será feita a avaliação com maior aprofundamento das interfaces possíveis dessa aproximação estilística, após a leitura, mais simples e direta, do brasão.

A inclusão de um brasão no fecho do arco cruzeiro é tradição, normalmente fazendo referência à ordem, irmandade ou orago da igreja, como apresentação do templo aos leigos, estabelecendo a fronteira para o espaço sagrado. Existem inúmeros exemplos do uso desse ponto focal privilegiado para fazer a associação de vínculo religioso com insígnias, cartelas, brasões, pois esse era o procedimento para marcar o domínio ou propriedade do templo. Não tão rara é a inserção, no período colonial, das insígnias do Império Brasileiro.

“Os brasões de armas, além de símbolo de propriedade, são um recurso ornamental em forma de escudo medieval, em geral, complementado por um elmo. São colocados em pontos estratégicos de fachadas, portas e janelas, arcos triunfais e monumentos e criam pontos focais. Apresentam o nome do titular metaforicamente, em forma de sinais.”¹²⁷

¹²⁶ O conceito de *bem integrado* utilizado na práxis patrimonial não possui definição consolidada nas Cartas Patrimoniais, mas é aceito no Brasil, cuja definição descrita no Dicionário Aurélio como *“elemento artístico (grifo nosso) que, por sua natureza, se integra à obra arquitetônica, não devendo, portanto, ser desmembrado desta”* FERREIRA (1988), p. 286. Os elementos integrados da igreja de Santana do Bujaru não possuem qualidades técnicas ou de autoria que o qualifiquem como bem cultural por si, porém são expressões visuais referenciais de um dado momento histórico, por isso optamos pelo termo “elemento” no lugar de “bem”, como aposto, na definição dos elementos que serão analisados. Cabe registrar, contudo, que essas ocorrências são tão importantes quanto a igreja em sua totalidade para sua caracterização como bem cultural.

¹²⁷ DE CASTRO OLIVEIRA, *O vocabulário ornamental de Antônio José Landi*, p. 60.



FIGURA 65: Brasão no arco cruzeiro.



FOTO: Claudia Nascimento, 20/07/2010.

FIGURA 66: Brasão do Império Brasileiro, Primeiro Reinado.



Fonte: Wikipedia.

O brasão encontrado na igreja de Santana do Bujaru (FIGURA 65) é uma representação com os meios possíveis, porém quase literal, do brasão do Império Brasileiro, utilizado no Primeiro Reinado¹²⁸ (FIGURA 66): nele pode-se identificar a esfera armilar e a cruz da Ordem de Cristo, utilizadas como símbolo dos herdeiros da coroa portuguesa. Ao redor desta, dezenove estrelas sobre listel circular que indicam as províncias do Império¹²⁹ e, ladeando o escudo, dois ramos de folhagens unidos por uma fita; acima do brasão há uma forma pintada indefinida. Ao comparar o brasão existente sobre o arco cruzeiro com o brasão do Primeiro Reinado verifica-se que houve a intenção de sua representação em reboco sobre a alvenaria, alterado por pinturas equivocadas e por danos às formas da coroa imperial e das terminações dos ramos de café e tabaco, que foram certamente seccionadas quando da instalação do forro da nave.

Alguns desses elementos foram inseridos nos altares laterais, como os ramos de folhagens (FIGURAS 66 e 67) sob a mesa e sobre os nichos.

¹²⁸ De 1822 a 1847.

¹²⁹ A inserção das estrelas contrapunha a fórmula para a composição do brasão lusitano, onde haviam torres para indicar os reinos unidos. O uso de estrelas para indicar as províncias já tinha sido utilizado quarenta anos antes da Independência, na portada da igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto (então Vila Rica).



FIGURA 67: Detalhe dos ramos sobre o arco do nicho



FOTO: Claudia Nascimento, 22/10/2011.

FIGURA 68: Detalhe dos ramos sob a mesa do altar lateral.



FOTO: Claudia Nascimento, 05/04/2010.

Há alguns aspectos que se devem ser destacados a respeito da Igreja de Santana do Bujaru. Além dos ícones de caráter histórico, é visível a influência de estilo do século XVIII nos elementos decorativos onde há clara referência a elementos de estilo oitocentista landiano em sua decoração interior¹³⁰. Algumas igrejas provinciais do interior do Pará possuem atribuição de estilo landiano¹³¹ por muito menos do que apresenta a Igreja de Santana do Bujaru¹³². Não se trata do risco de Antônio José Landi, porém alguns elementos do repertório landiano estão presentes na igreja de Santana do Bujaru. Um detalhe biográfico deve se anteceder à análise, a título de curiosidade: Landi era devoto de Santana, tendo sido o principal financiador, além de autor do projeto da igreja de Santana, em Belém. Alguns ornatos, como arco interrompido ou quebrado, volutas invertidas, vasos fogaréus e concheados, são facilmente identificáveis nos altares da igreja de Santana do Bujaru, denotando uma preocupação compositiva e até, pode-se dizer, certo

¹³⁰ Sobre as referências iconológicas de Landi, existem os trabalhos recentes de DE CASTRO OLIVEIRA (2008) e (2011).

¹³¹ Sobre as igrejas provinciais existe, entre outras referências, o trabalho recente de RODRIGUES (2008).

¹³² Como, no caso, a Igreja de São José do Acará. Por sua vez, a Igreja de São José também apresenta seus enigmas que a relacionariam ao período anterior à presença da Comissão Demarcadora de Limites, podendo, por hipótese, inseri-la no complexo de engenhos jesuíticos ou, quem sabe, de outras ordens religiosas. A inexistência (ou a dificuldade de) informações históricas anteriores à década de 1750 sobre os municípios da região, presentemente, se deve à impossibilidade de acesso à documentação colonial existente no Arquivo Público do Pará, que, por conseguinte, também necessita de aprofundamento pelos futuros pesquisadores. Alguns campos de pesquisa têm, como a arqueologia histórica, contribuído nos últimos tempos para suprir essa lacuna.



requite para uma igreja do interior, porém a desproporção não corresponde à sua análoga de Belém nem a qualquer igreja atribuída a Landi. Outro aspecto que se deve esclarecer é que os altares e, especialmente, o retábulo do altar mor são construídos predominantemente em alvenaria, com uso profícuo de tijoleiras para a composição volumétrica, enquanto que *“os retábulos de Landi ou a ele atribuídos, foram predominantemente projetados ou executados utilizando três materiais: a madeira, a pintura à têmpera e o estuque”*.¹³³ Portanto, a partir daqui, aceitando a influência de estilo de época em que Landi introduziu grande gama de referências plásticas à arquitetura religiosa a partir do século XVIII, é necessário os aspectos contextuais, materiais e visuais de ornatos e composição dos altares¹³⁴.

Os altares, cuja função histórica é do sacrifício, assume também a acepção de mesa, sobre a qual é celebrada a ceia eucarística que, por sua vez, também está associada ao sacrifício do Cordeiro de Deus, centro da liturgia católica romana. Normalmente os altares laterais não possuem função de sacração, sendo atributo do altar-mor, porém existem situações em que ela ocorre, motivo pelo qual as mesas dos altares (superfície horizontal que se projeta à frente do retábulo) deva ser em pedra, admitindo-se outro material, desde que trabalhado de forma nobre, se for feito sobre o mesmo o milagre da transubstanciação. Quando não são confeccionados em pedra, é reservado um espaço onde é instalada, devidamente firme sobre a superfície, uma pedra, chamada pedra d'ara¹³⁵.

Até o Concílio Vaticano II¹³⁶, no altar-mor, toda a liturgia eucarística procedia teocentricamente, isso significa, entre outros procedimentos, a postura do sacerdote de costas para a congregação e de frente para o sacrário por este motivo, a mesa que se prolonga perpendicularmente do retábulo, se não era confeccionada em pedra, possuía o rebaixo para a pedra d'ara.

¹³³ DE CASTRO OLIVEIRA, Op. Cit., 2008, p. 75.

¹³⁴ Não será aprofundado nesse trabalho a avaliação e estudo dos elementos da escola dos Bibiena, por não ser a intenção a busca de autoria ou gênese de filiação, por isso insistimos na expressão *estilo landiano* por entender que foram a partir das referências construídas e legadas por este arquiteto, em Belém, que os construtores da igreja de Santana de Bujaru se debruçaram para compor seus altares.

¹³⁵ Altar, do latim *altare* ou *ara*; pedra d'ara (ou pedra da ara) seria, portanto, a pedra do altar, consagrada pelo bispo e contendo relíquias sagradas.

¹³⁶ O Concílio Vaticano II foi convocado em 1961 e foi concluído em 1965, e impôs em 1969, pelo Papa Paulo VI, a reforma do ritual romano da Missa, que foi denominado *“Novus Ordo”* (Nova Ordem).



FIGURAS 69 e 70 Segundo altar lateral direito e a marca de seu par na parede oposta. Observar marca no piso.



FOTO: Claudia Nascimento, 22/10/2011.

Os altares laterais sempre são compostos em pares; com função devocional, são atribuídos aos santos da comunidade ou associados a irmandades, que, não raramente, o executam, adornam e mantêm, com atributos que lhes identifique. Quanto mais próximos da capela mor, maior a sua importância dentro da relação simbólica do templo. Na igreja de Santana temos, além do altar-mor, dois altares laterais à direita e um à esquerda¹³⁷, contudo existe marcação na superfície da parede (FIGURAS 69 e 70) que indica ter havido outro altar, de acordo com o princípio anteriormente exposto. Eles têm composição semelhante, diferenciada apenas pela qualidade da fatura. É possível identificar, no primeiro par de altares laterais, alguns traços mais esmerados nas formas (FIGURA 71) e materiais como

¹³⁷ Chama-se, liturgicamente, o lado direito de quem está de frente para o altar de *lado da epístola* e o lado esquerdo de *lado do evangelho*. Isso se deve ao fato de que, até o Concílio Vaticano II, o rito litúrgico ser de leitura das Epístolas (vinte e uma cartas do terceiro grupo do Novo Testamento, na missa corresponde à primeira leitura) ser feita do lado direito do altar, e a leitura do Evangelho ser feito à esquerda. Atualmente todas as leituras são feitas do ambão, numa única posição.



placas de madeira com arremates (FIGURA 71), sob camadas de pintura, enquanto que o outro é essencialmente em alvenaria e relevos em reboco¹³⁸.

FIGURA 71: Detalhe do ornamento do altar lateral direito da Igreja de Santana do Bujaru. FOTO:



Claudia Nascimento, 08/05/2010.

FIGURA 72: Detalhe do ornamento (almofada/painel) do altar lateral direito da Igreja de Santana do Bujaru.



FOTO: Claudia Nascimento, 08/05/2010.

Entre os altares laterais da igreja de Santana do Bujaru (FIGURA 73) e da igreja do Rosário da Campina¹³⁹ (FIGURA 74) identifica-se o uso profícuo de

¹³⁸ O terceiro altar lateral e a correspondente marcação na parede oposta estão na direção da marca do piso, o que dá indícios claros de que este e o outro, inexistente, foram acrescentados posteriormente.

¹³⁹ Embora não existam dados documentais que indiquem a autoria de Landi na igreja do Rosário da Campina, estabelecendo a identificação com o estilo de época indica-se, que *“é clara a influência da sua obra, tanto na volumetria da fachada, como nos próprios retábulos do altar-mor e dos altares laterais”* (MENDONÇA, 2003a, p. 536),



molduras que se sobrepõe, a partir do nicho escavado em verga em arco pleno, sobreverga triangular¹⁴⁰ com junção superior em relevo, apoiada em pilastras que se sustentam ao nível da mesa do altar. O conjunto, em ambos os casos, é contornado por pilastras almofadadas que possuem impostas com capitéis simples e fecho marcado, inclusive no intradorso. Esta última moldura, em ambos os casos, insere o retábulo que possui, ainda, mesa de altar em forma de cálice, com acabamentos em volutas e almofadas (painéis¹⁴¹). Em ambos existem os três níveis do cânone clássico – embasamento, corpo e fechamento – bem definidos, em composição, embora com problemas de desproporção. Há banquetas, em todos os altares laterais, com lateral decorada com espiral (FIGURA 75), como um falso console. A mesa, em forma de cálice, possui espaço para pedra d'ara no primeiro altar direito (FIGURA 76).

FIGURA 73: Altar lateral da Igreja de Santana do Bujaru



. FOTO: Claudia Nascimento, 05/04/2010.

FIGURA 74: Altar lateral da Igreja do Rosário da Campina (Rosário dos Homens Pretos), atribuído a Landi.



FOTO: Fórum Landi

¹⁴⁰ DE CASTRO OLIVEIRA (2011), *op. Cit.*, p. 183, apresenta, entre as variações do frontão triangular, a maior ocorrência do triângulo aberto na base.

¹⁴¹ Termo utilizado por DE CASTRO OLIVEIRA (2011), *Op. Cit.*



FIGURA 75 Falso console de apoio da banqueta dos altares laterais.



FOTO: Claudia Nascimento, 22/10/2011.

FIGURA 76: Espaço da pedra d'ara no altar lateral. FIGURA 77 Espaço da pedra d'ara no altar-mor.

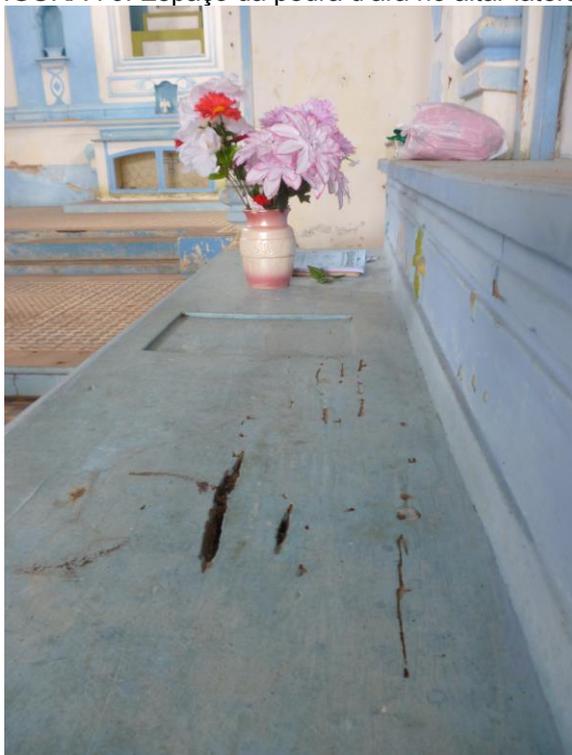


FOTO: Claudia Nascimento, 22/10/2011.



FOTO: Iaci Iara Melo, 22/10/2011.

No altar mor há também o espaço correspondente à pedra d'ara (FIGURA 77) escavada na mesa em madeira, com intenso ataque de xilófagos. A composição visual do retábulo, confeccionado em alvenaria, também remete à linguagem do século XVIII, porém é necessário partir de algumas outras referências que possam



ter servido de modelo para a construção do mesmo. Frei José Alvares do Perpétuo Socorro, ao registrar a composição do altar-mor do antigo templo carmelitano da Engenhoca de Santa Tereza, como “*um nicho ao centro e dois menores de cada lado*”¹⁴², parece descrever a composição da igreja de Santana do Bujaru.

A comparação entre o retábulo e a pintura de quadratura¹⁴³ da igreja de São João Batista, em Belém, de autoria landiana, pode ser feita por aproximação de elementos compositivos. A pintura indica um deslocamento do fundo ilusório, que na igreja de Santana do Bujaru é físico. A composição do retábulo do altar mor da igreja de Santana do Bujaru (FIGURA 78), em três panos e três registros é característica, tendo composição simétrica e camarim central onde há um trono escalonado em seu interior, como uma pequena capela que abriga a imagem de Santana Mestre. A base possui a mesa e a banquetas, sob os quais há o nicho com a imagem do Senhor Morto, cujo revestimento do piso é em tijoleiras irregulares. As arestas da mesa são

FIGURA 78: Altar-mor da igreja de Santana, Bujaru.



FOTO: Claudia Nascimento, 2010.

FIGURA 79: Altar-mor da capela da Ordem Terceira do Carmo, Belém.



FOTO: Claudia Nascimento, 2013.

¹⁴² PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 15

¹⁴³ A pintura de quadratura é uma técnica cenográfica de construção bidimensional da ilusão de perspectiva. Única referência de pintura de quadratura de cânone italiano produzida por Antônio Landi, remanescente no Brasil.



decoradas com ornamentos geométricos e volutas que se projetam em relevo ao fundo. O camarim é revestido internamente em madeira e possui vão em verga em arco pleno com segmento em ângulo reto. Os vãos dos nichos laterais, que também têm verga em arco pleno e segmento em ângulo reto, se localizam no intercolúnio, e possuem como ornato que os sobrepõem, assim como na janela lateral do presbitério, um jogo de curvas e contracurvas terminadas em volutas invertidas, como o elemento decorativo que ladeia a mesa, porém arrematada por um elemento concheado simplificado. Sob os nichos curvas que se entrecruzam, decoradas com uma roseta central. A transição entre o segundo nível (ou registro) e o terceiro (coroamento) se faz com um jogo de frisos e cimalha de onde parte um arco interrompido que ladeia o remate do retábulo que tem o coroamento mistilíneo com curva e contracurva e segmento de reta, tendo acima do trono e abaixo do coroamento uma estrela de dez pontas. Sobre a cimalha e sobre o coroamento existem vasos fogaréus.

Tanto a composição quanto alguns elementos, como o friso do coroamento, apresentam semelhanças com o retábulo da capela da Ordem Terceira do Carmo, de Belém (FIGURA 79). Desta forma, indicamos que muito dos ornamentos do repertório do século XVIII foram incorporados nos elementos integrados da igreja de Santana do Bujaru.

“Não estamos afirmando que Landi criou ornamentos, pois o que utilizou já havia sido empregado em trabalhos de vários artistas europeus. Mas a maneira como os reuniu e os usou, fazendo adaptações e combinações, leva-nos a afirmar que isso tudo originou, no mínimo, um repertório muito peculiar.”¹⁴⁴

Da mesma forma, é inegável que a apropriação icônica de elementos eruditos atribua condição favorável para a revisão das referências a que sugere. No caso em questão, tanto a citação ao brasão do Primeiro Reinado do Império Brasileiro quanto as recomposições vernaculares do repertório landiano indicam que houve uma preocupação efetiva de conferir qualidades artísticas, históricas e referenciais à arquitetura da igreja de Santana do Bujaru. O respeito às formas de reinterpretação desses signos deve ser considerado como elemento para que seja levantado o

¹⁴⁴ DE CASTRO OLIVEIRA (2011), *Op. Cit.*, p, 208.



questionamento sobre os valores deste templo como bem cultural e o que preservar.

3.3.2. Elementos artísticos

A iconografia de uma igreja é reveladora de elementos de atribuição e de gênese do templo. Entender suas afinidades e fluxos com o estudo aprofundado de sua imaginária sacra, se mantida e conservada em seu sítio original pode ser revelador. A vinculação carmelitana da igreja de Santana do Bujaru se fez a partir destes objetos devocionais, antes mesmo do acesso às fontes históricas¹⁴⁵. Os vínculos estilísticos também são importantes e permitem a compreensão de outros aspectos, inclusive de fatura das obras¹⁴⁶. Não há a pretensão de fazer uma leitura em profundidade do partido iconográfico da igreja de Santana do Bujaru, mas destacar aqueles dados que indicam elementos capazes de uma melhor compreensão das relações temporais e espaciais da mesma. Tendo como ponto de partida o fato da imagem de Santana compor o espólio dos carmelitas na região do rio Bujaru como referência para as análises e associações a seguir. É necessária uma introdução sobre a devoção carmelitana para que possamos fazer mais essas conexões.

A Ordem dos Carmelitas tem origem medieval, portanto repleta de fatores e fenômenos, seres, objetos, espaços e personagens de cunho mítico, a que se denomina *meraviglia*¹⁴⁷, e foi originalmente chamada de Ordem dos Irmãos da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo. Santo Elias teria vivido em grutas dessa cadeia de montanhas em observância eremita. No fim do século XII surge um grupo latino, oriundo da 3ª. Cruzada, com a intenção de reconquistar a Terra Santa, que estava em mãos dos mulçumanos. A ocupação das grutas por eremitas, a partir

¹⁴⁵ Em maio de 2010, anteriormente ao início deste projeto de mestrado e mesmo dos estudos para o processo de tombamento da igreja, uma manifestação por parte da população, que não aceitou a atribuição de Santa Bárbara para a imagem que era devocionada à Nossa Senhora do Carmo, foi importante indício; uma “piscadela”, como diria GEETZ, Clifford. *A interpretação das culturas* (1973).

¹⁴⁶ Sobre o estudo da imaginária paraense de origem jesuítica temos o trabalho recente de MELO (2012), *Imaginária em colégios, fazendas e missões jesuíticas no nordeste paraense*.

¹⁴⁷ *Meraviglia*, em português “maravilhoso” foi um aspecto das atribuições místicas e de santidades do medieval, onde encontramos santos guerreiros que lutam com dragões, por exemplo. Partimos para a construção da descrição dos atributos devocionais carmelitanos do artigo de CAMPOS (2011), *A ordem Carmelita*.



do início das peregrinações cristãs deu origem aos primeiros carmelitas. O escudo carmelita é composto de três estrelas, sendo a inferior representando a Virgem Maria e as outras, sobre a representação do Monte Carmelo, os profetas Elias e Eliseu. O atributo de Nossa Senhora do Carmo – o escapulário – simboliza a vestimenta sagrada, como o hábito ou traje de Maria, apresentada a São Simão Stock em 1251¹⁴⁸.

No século XVI inicia-se reforma da ordem, com a criação da ordem monástica reclusa das freiras carmelitas, liderada por Santa Tereza, de Ávila¹⁴⁹, Espanha. Nesta época há aproximação entre as ordens carmelita e jesuíta, tendo como personagem São João da Cruz, em conjunto com Santa Tereza. Estes constituem o fundamento humanizado da ordem carmelita.

Soma-se às personagens, as devoções carmelitanas associadas a aparições¹⁵⁰. Inicia-se com a aparição de Nossa Senhora a São Simão Stock, prior geral da ordem, em 1251 e segue com a do Divino Menino Jesus de Praga à irmã Margarida do Santíssimo Sacramento (século XVII), São Miguel Arcanjo à irmã Antónia d'Astónaco (para a qual foi feita revelação privada, aprovada pelo Papa Pio IX em 1851), Jesus Cristo à irmã Maria de São Pedro em meados do século XIX (que promoveu a devoção da Sagrada Face, propagada por Santa Terezinha do Menino Jesus e da Santa Face¹⁵¹). Na última aparição de Nossa Senhora aos três irmãos de Fátima, ela se apresenta como Nossa Senhora do Carmo e portando e indicando o escapulário carmelita, juntamente com o rosário, como instrumentos inseparáveis¹⁵².

¹⁴⁸ As palavras da Virgem Maria a Simão Stock teriam sido *“filho diletíssimo, recebe o escapulário da tua Ordem, sinal especial de minha amizade fraterna, privilégio para ti e todos os carmelitas. Aqueles que morrerem com este Escapulário não padecerão o fogo do Inferno. É sinal de salvação, amparo e proteção nos perigos, e aliança de paz para sempre”*.

¹⁴⁹ Também conhecida como Santa Tereza de Jesus.

¹⁵⁰ Os aqui apresentados correspondem aos principais elementos da fé carmelita. No ANEXO 9 temos o santoral carmelita.

¹⁵¹ Teresa de Lisieux, popularmente conhecida como Santa Terezinha.

¹⁵² Há também as aparições de São Miguel Arcanjo e Nossa Senhora do Carmo na cidade de Garabandal, na Espanha, entre 1961 e 1965 a quatro meninas de onze e doze anos de idade, que se configuram com o um dos fenômenos místicos mais extraordinários do final do século XX, tendo sido testemunhadas por milhares de pessoas, fotografadas e registradas em vídeo.



O conjunto de imaginárias que compõem a igreja de Santana do Bujaru é um capítulo rico, tanto pelo que revela quanto pelo que induz ao erro, e isso é, por si, também um indício. Em 2010¹⁵³, o conjunto do altar¹⁵⁴ apresenta a Santana Mestra na posição central, um São José de Botas à esquerda, um Senhor Morto abaixo e, de acordo com informações da comunidade, uma Nossa Senhora do Carmo (FIGURA 80). Esse conjunto de imagens é reconhecido como Sagrada Parentela¹⁵⁵, reinterpretado como devoção jesuítica, associada à difusão mariana.

FIGURA 80: Nossa Senhora do Carmo – Santa Bárbara.



FOTO: Arquivo DPHAC, 2010.

Durante pesquisas preliminares, executadas pela Diretoria de Patrimônio da SECULT foi descoberto que esse arranjo lógico apresentava um equívoco, assimilado pela comunidade: a imagem, atribuída a Nossa Senhora era, de fato, Santa Bárbara. Seus atributos principais estavam lá – a torre e a palma - contudo, a palma, encontrava-se apenas à mão de São José, onde deveria haver um cajado,

¹⁵³ Datamos 2010 por ter sido o momento de contato com a igreja, em plena atividade litúrgica; após esse período algumas alterações foram feitas, como a retirada das imagens, na perspectiva do início das obras de recuperação da mesma e restauração das imagens sacras.

¹⁵⁴ Para melhor compreensão dessa distribuição espacial, vide Figura 78.

¹⁵⁵ A Sagrada Parentela parte da devoção mariana, de cunho medieval de origem franciscana, associando Maria a outras representações, ascendentes, laterais e descendente. Algumas representações, contudo, geravam equívocos de interpretação, passando os jesuítas a assumir esse partido iconográfico, revendo-o a partir do Cântico dos Cânticos.



seu atributo de fato. A mão estendida de Santa Bárbara foi entendida como aquela que apresenta o escapulário ou rosário e, para devoção local, Santa Bárbara tornou-se Virgem Maria¹⁵⁶.

Este conjunto de imagens apresenta características comuns, em termos estéticos: são esculturas em madeira, com cerca de 60 cm de altura cada, composição assimétrica, com drapeados diagonais e complexos nas vestes, pintura e, em alguns casos, douramento de detalhes e carnação, prejudicada por sobrecamadas de tintas que foram sendo aplicadas durante os anos. Suas características plásticas as filiam ao barroco pelo dinamismo formal, porém com a perspectiva de datação anterior da imagem de Santana Mestre (FIGURA 81), pelas características protobarrocas de centralidade compositiva, não evidentes na imagem de São José de Botas (FIGURA 82).

FIGURA 81: Imagem de Santana Mestre.



FOTO: Roseane Norat, maio de 2010.

FIGURA 82: Imagem de São José de Botas.



FOTO: Roseane Norat, maio de 2010.

¹⁵⁶ Na parede, sob o nicho de essa imagem, existe um ex-voto, sob a forma de pés, em madeira, o que reforça, embora não tenha-se obtido informação sobre esse elemento, a importância da devoção mariana carmelitana. Essa informação devocional é reforçada na fala de uma senhora (cujo nome não foi anotado, pois o fato ocorreu antes do início dessa pesquisa) que questionou sobre o que fazer, a partir da caracterização técnica da imagem, se sempre haviam rezado e conseguido milagres de Nossa Senhora, rezando aos pés dessa imagem.



Outra característica, mais evidente na imagem de Santana Mestre, é a desproporção da mão em relação ao restante do corpo, indicando que, embora de confecção complexa, trata-se de obra com menor qualidade técnica¹⁵⁷.

A este conjunto, identificado em 2010 pode ser acrescentado ao acervo do templo, confeccionadas em madeira, a imagem de São Sebastião (FIGURA 83), São Lázaro (FIGURA 84) de Nossa Senhora do Rosário (FIGURA 85) e um crucifixo. Ainda uma imagem, de Santa Terezinha e um conjunto de presépio, em gesso.

FIGURA 83: Imagem de São Sebastião.



FOTOS: Arquivo DPHAC

FIGURA 84: Imagem de São Lázaro.



FOTOS: Arquivo DPHAC

As imagens em madeira apresentam panejamento, policromia, douramento e composição rica. Todas elas se encontram com problemas, especialmente em relação à pintura e à perda de elementos constituintes, como joias ou trechos em madeira¹⁵⁸, alguns recompostos de forma primária. Há uma harmonia estilística destas imagens, que remetem ao barroco, com exceção da imagem de Nossa

¹⁵⁷ Algumas vezes a desproporção é proposital, especialmente em imagens de procissão, para evidenciar ou dar força dramática a algum atributo específico, o que não acreditamos se o caso. Tampouco seria um escorço para correção da perspectiva do fiel.

¹⁵⁸ O São Lázaro é talvez a imagem mais fragilizada pela ação de xilófagos que, em alguns trechos, manteve apenas a casca, a superfície pictórica.



Senhora do Rosário que, por sua vez, se harmoniza com a imagem de Santa Maria (FIGURA 86), da igreja de Guajara-Açu, também em Bujaru. Ambas, por seu tamanho e conjunto de características de proporção, traços fisionômicos, forma de drapeamento das vestes, por exemplo, indicam ser de devoção caseira, anteriormente constituindo altares pessoais, e mais recentes. Pode-se incluir nesse grupo as imagens de São Sebastião e São Lázaro, da igreja de Santana do Bujaru.

FIGURA 85: Imagem de Nossa Senhora do Rosário da Igreja de Santana do Bujaru.



FOTO: Arquivo DPHAC.

FIGURA 86: Imagem de Santa Maria, Igreja de São João Batista, Guajará-Açu, Bujaru.



FOTO: Claudia Nascimento, 18/10/2010.

O conjunto das imagens de um altar-mor, isto é, o partido iconográfico do templo, normalmente associa-o a uma ordem religiosa, assim como os atributos definem uma imaginária. Assim sendo, com exceção das imagens em gesso, certamente mais recentes, o conjunto poderia estar associado a uma ordem religiosa, visto que outros elementos que subjazem à pesquisa indicam haver um vínculo mais profundo com as estruturas eclesásticas. Tanto a Sagrada Parentela, as representações marianas, quanto Santa Bárbara e São Sebastião fazem parte, por exemplo, do programa iconográfico jesuítico. Outro elemento que possa indicar essa associação é o fato de que, embora de qualidade artística visível, a



desproporção de seus elementos, como a mão na Santana Mestra e Santa Bárbara/Nossa Senhora e o conjunto das duas Virgens Mães, poderia ser respondido satisfatoriamente se estas imagens tivessem sido produzidas por oficinas, como as que haviam ligadas aos colégios e aos seminários, nos séculos XVII e XVIII.

Os cabelos são dados importantes para a localização geográfica da produção das imagens devocionais, visto que, por sua posição de frontalidade, o dorso das peças era normalmente negligenciado pelo artista na composição. As tradições de fatura jesuítica no Pará e Maranhão davam atenção a este detalhe¹⁵⁹. As bases e o dorso das peças também nos dão indícios se as imagens são de altares ou de uso em procissões. A cabeça da imagem de Santana Mestra é recoberta por um véu e o dorso da peça não possui detalhes; assim como sua base, o que nos indica ser uma imagem propriamente devocional de altar. O São José e a Santa Bárbara/Nossa Senhora possuem tratamento volumétrico no dorso, assim como cabelo esculpido, porém sem muitos cachos; a base possui furo e riscos circulares que indicam o uso de ambas em procissões. A origem dessas imagens, portanto, poderá ser identificada e datada a partir do estudo de procissões devocionais para estes santos, embora tema árduo de pesquisa.

A única informação sobre aquisição de imagens para a paróquia está registrada entre os anos de 1936 e 1937, quando foram adquiridas as imagens do Sagrado Coração de Jesus, Santa Terezinha do Menino Jesus e o conjunto de imagens do presépio¹⁶⁰. Isso reforça a perspectiva da ancestralidade das imagens do altar-mor, sendo importantes elementos de datação do templo.

¹⁵⁹ Sem aprofundar na discussão e caracterização, porém indicamos a necessidade de pesquisa sobre esse acervo, a exemplo de MELO, *Op. Cit.*

¹⁶⁰ PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 17v.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



**ANÁLISES DA
IGREJA DE SANTANA DO BUJARU**



4. ANÁLISES DA IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

Este último capítulo busca trazer algumas discussões de abordagens do objeto arquitetônico de valor cultural. Muito mais que estabelecer um fechamento à pesquisa, o capítulo se apresenta com novos questionamentos, abrindo novamente a possibilidade de discussão o que está potencialmente contido nele e, por fim, sua avaliação como bem patrimonial.

A igreja de Santana do Bujaru encerra em si um conjunto de informações – quer de ordem técnica, histórica ou artística – que impõe-lhe a necessidade de leitura contextualizada, como documento histórico, técnico e artístico que é. Portanto, é necessária a ampliação da perspectiva da arquitetura como adjunto de monumento para sua compreensão como documento.

Visualizar a igreja de Santana do Bujaru como um artefato humano consolida a abordagem multidisciplinar no campo da arqueologia. A compreensão do superartefato encerrando informações que se confrontam a outras fontes aproxima-o também de sua visão como documento, abrindo a perspectiva de análise do objeto arquitetônico. Estes foram fundamentos que permearam todo o processo que está sendo construído textualmente.

A compreensão da matéria do objeto arquitetônico se fará a partir da apresentação da avaliação laboratorial de exames de difração de raios X de amostra de um trecho do altar mor, a fim de buscar identificar seus componentes mineralógicos. Esse exercício, mais que trazer resultados amplos no sentido de recomposição de argamassas da igreja de Santana do Bujaru, permite, a partir da técnica construtiva, identificar caminhos históricos possíveis para compreensão da igreja e suas relações com o sítio. Cabe registro que as hipóteses levantadas à época da construção do relatório de análise, em grande medida, foram ratificadas na pesquisa histórica posterior.

Por fim, a caracterização da igreja de Santana do Bujaru como patrimônio se faz necessária, entendendo-a tanto como objeto isolado quanto contextual, para a comunidade e, de forma ampliada, para o estado do Pará.



4.1. ANÁLISE COMO DOCUMENTO

“Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador.”

(Jacques Le Goff¹⁶¹)

Tratar a Arquitetura como documento é assumir a epistemologia da palavra. Documento¹⁶², derivado de ensinar, passando a ver a arquitetura como um meio material testemunho de um fato cultural. Mais que simples leitura de seus fatos ou caracterização de sua matéria, buscar na compreensão literal de seu discurso, entender os intertextos desse documento.

A igreja de Santana do Bujaru presta-se em grande medida para ser objeto de análise como documento. Analogamente a uma folha solta de um códice, a igreja de Santana faz parte de um complexo de referências que a traduzem. Tratada individualmente, certamente trará à mente todo acervo arquitetônico do gênio humano e será possível considerar que esse exemplar seja, talvez, pouco relevante e, portanto inócuo despende atenção e esforço de compreensão a esta igreja de interior. Mas tal como uma pedra de pouco valor possa ser identificada como um fragmento de uma estela e, por fim, tornar-se a Pedra de Roseta, toda arquitetura e intervenção humana são intencionais e trazem a expressão de presença e anima. Certamente, e muito raramente, será possível encontrar em um fragmento de construção humana um texto trilingue aguardando tradução, contudo, de forma menos explícita, as várias contribuições das diversas áreas poderão fazer esse papel. O entrecruzamento do conjunto de informações, ou mesmo hipóteses que vão sendo confirmadas ou refutadas pela postura crítica do pesquisador, configura o cenário que insere aquele artefato humano.

¹⁶¹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*.

¹⁶² Documento, do latim *documentum* (demonstração, prova, lição), da mesma raiz de *docere* (ensinar, mostrar).



A associação de Arquitetura mais comum é com o Monumento¹⁶³, normalmente como atributo de grandiosidade, contudo é um instrumento de testemunho histórico, assim como o documento, porém com qualidades outras que o configura, por ser expressão visual, valores estéticos. Também associada à necessidade de perpetuação de uma determinada memória, a Arquitetura, como Monumento, reverencia um determinado tempo.

O diálogo entre monumento e documento estabelece o caminho da construção mental de um valor assumido como tal, quer por seus atributos explícitos, quer por eleição de foco, e se baseia na evolução da compreensão da História como disciplina capaz de traduzir, e não apenas memorizar no seu sentido amplo, os eventos do passado. Desta forma, o documento, assim como o monumento, passam a assumir papéis de relevância contextual, não apenas os grandes marcos.

Não é possível saber até que ponto a igreja de Santana do Bujaru, até o momento, se constitui como monumento para além da comunidade a que ela representa¹⁶⁴, que valores memoriais ela invoca, para além daqueles que se manifestam, quase como arquétipos, como a devoção à Nossa Senhora do Carmo transferida para a imagem de Santa Bárbara, ou o resgate ou reconhecimento da devoção carmelitana demonstrada na aquisição da imagem de Santa Terezinha, já no século XX. Contudo, é crível que o simbolismo da construção dessa igreja como marco do esforço do padre José Simplício em estruturar política e administrativamente tenha se consolidado na edificação da igreja de Santana do Bujaru, a boa igreja de pedra.

Por sua vez

“O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez

¹⁶³ Monumento, do latim *monumentum* (o meio para recordação ou da memória), da mesma raiz que *monere* (advertir, recordar) *mens* (mente) e *memoria*

¹⁶⁴ Esse aspecto tornou-se muito explícito durante as ações do programa de educação patrimonial do DPHAC/SECULT, as referências e reverências à Igreja de Santana do Bujaru. Sobre a construção desse espaço simbólico e referencial foi elaborado artigo apresentado em 2012 no *I Congresso Pan-Amazônico e VII Encontro da Região Norte de História Oral – História do Tempo Presente & Oralidades na Amazônia*, na UFPA/Belém. com o título *Santana do Bujaru: lugar e identidade* (NASCIMENTO, 2012) – APÊNDICE E.



*esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.*¹⁶⁵

Identificar, portanto, a potencialidade de entender a igreja de Santana do Bujaru, sob a forma como se apresenta, isto é, um documento é capaz de revelar elementos da ocupação do sítio histórico de forma ampliada, entendido como processo de colonização do vale do rio Guamá, os fluxos sógnicos e materiais que lhe perpassam, é a motivação que conduz este estudo.

Analisando desta forma, é possível a perspectiva para que todo testemunho arquitetônico possa ser tratado como Documento de um tempo e de uma sociedade. Desta forma, fica estabelecida a possibilidade de múltiplas leituras a partir do documento-arquitetura, o que buscou-se fazer com a igreja de Santana do Bujaru e, embora não exista documento que configure toda a verdade.

*“Ler significa reler e compreender. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. **Todo ponto de vista é a vista de um ponto** (grifo nosso). Para entender como alguém lê é necessário saber como são seus olhos e qual a sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender é essencial conhecer o lugar social de quem olha. [...] isso faz da compreensão sempre uma interpretação. Sendo assim, fica evidente que cada leitor é sempre um co-autor [sic]. Porque cada um lê e relê com os olhos que tem porque compreende e interpreta a partir do mundo que habita.”*¹⁶⁶

Portanto, as considerações desse trabalho, sobre a conceituação da igreja de Santana do Bujaru, se há relevância como Documento ou Monumento, tornam-se irrelevantes, contudo válidas, como reflexão sobre a forma de abordagem das questões da arquitetura, especialmente da preservação dos bens culturais. Os arquitetos que intencionam visualizar a qualidade cultural de um bem, devem-se desprender do vício da análise da pedra-e-cal e exercitar ver além da materialidade, embora a tradição teórica insista nisso e, buscar a perspectiva temporal, não só das referências, mas de futuro, a partir dos elementos que se apresentam. Avaliar a fundo o Monumento como Documento é questioná-lo, em sentido inverso, contrapô-

¹⁶⁵ LE GOFF, *Op. Cit.*, p.547.

¹⁶⁶ BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha.*, 2002, p.5.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

lo a outros documentos, a fim de realmente determinar, além de nossos valores, o sentido daquele bem para a sociedade.



4.2. ANÁLISE DA ARGAMASSA¹⁶⁷

“No século passado os nossos bisavós construíram uma igreja de pedra e cal, com material extraído na localidade.”¹⁶⁸

O reconhecimento de materiais constitutivos das edificações antigas permite intervenções mais adequadas ou mesmo a melhor compreensão histórica das fases da construção. Nem sempre é possível uma análise exaustiva de todos os elementos, capazes de indicar datações e informações de origem dos materiais, porém é, sem dúvida, necessário esse conhecimento. A análise de argamassa apresentada é, na verdade, um exercício metonímico de, a partir de um fragmento, buscar o máximo de informações possíveis de serem articuladas com as que foram expostas até agora.

A análise foi feita a partir da Difração Eletrônica de Raios X (DRX) de um fragmento de argamassa da Igreja de Santana do Bujaru/PA, coletado em 8 de maio de 2010 durante visita de reconhecimento da equipe do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC/SECULT) ao referido imóvel. A análise do fragmento busca fornecer informações preliminares para a elaboração de um posterior trabalho de investigação. Este exame objetiva reconhecer os aspectos mineralógicos da composição das referidas fases de argamassas, a fim de somada a outros resultados analíticos (ataque ácido para determinação de traço, granulometria, microscopia óptica e eletrônica) se possa obter informações sobre a tecnologia utilizada, indicando possíveis datações do referido trecho da arquitetura.

O fragmento retirado compunha o friso lateral da base da mesa do primeiro altar lateral direito (FIGURA 87), e nele podem ser observado vários estratos (fases) de argamassas e materiais bem distintos (FIGURA 88), que foram identificados e tratados em amostras diferenciadas. Não houve sistematização para esta coleta, visto tratar-se de um trecho já descolado de seu suporte, porém a amostra mostrou-

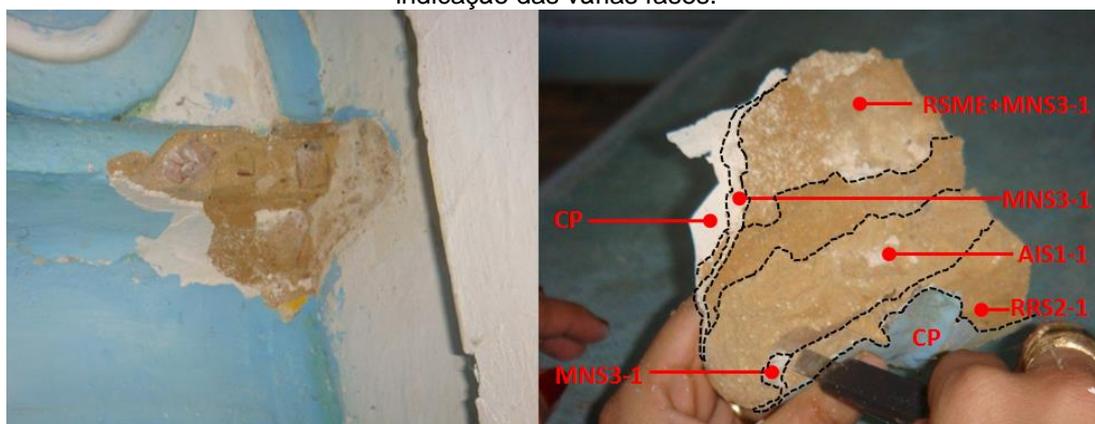
¹⁶⁷ Este ítem diz respeito às análises da argamassa feitas durante a disciplina Técnicas Instrumentais Aplicadas à Arquitetura, cursada neste Programa.

¹⁶⁸ PARÓQUIA DE BUJARU, *Op. Cit.*, p. 4.



se rica e diversa, sendo recolhida em saco plástico e encaminhada ao Laboratório de Conservação e Restauração – LACORE para guarda, com o objetivo de futura análise. Pode se observar que a amostra continha rebocos, argamassas de nivelamento, massa de nivelamento e camadas pictóricas.

FIGURAS 87 e 88: Local de onde foi retirado (1) e fragmento de argamassa (2) com indicação das várias fases.



Fotografia: Roseane Norat, maio de 2010 (adaptado pela autora).

TABELA 1: Tabela de exames a partir de técnicas instrumentais das diversas fases, materiais e potencialidades do fragmento.

	AMOSTRA	Descrição física	DRX	Ataque ácido	Granulometria	MO	MEV
PREPARADAS E ANALISADAS	AIS1-1	Argamassa interna Consistência dura Fácil pulverização Grânulos de cal Cor clara (bege-ocre claro)					
	MNS3-1	Massa de nivelamento Consistência firme Fácil pulverização Cor branca					
	RRS2-1	Reboco do relevo com pintura em cal Consistência mole Dificuldade de pulverização Presença de carvão/fibra Cor mais escura (amarelo-ocre claro)		Tara: 35,20g Amostra 12,84g*			
POR ANALISAR	RSME	Reboco sub massa exterior Consistência dura Grânulos pretos (carvão?) e brancos (cal?) Cor clara (bege claro)		Tara: 35,91g Amostra: 10,89g			
	CPO1*						
	CPO2*						
	CPO3*						

* Nas camadas pictóricas foi observada a predominância da pintura a base de cal no Microscópio Óptico (MO).



Durante o primeiro semestre de 2011 o fragmento passou por processos de preparação de amostras para as diversas análises. O primeiro processo foi o mapeamento das várias fases e estabelecimento de quais informações seriam interessantes para cada um destes segmentos. Estas informações foram tabuladas (TABELA 1) para posterior inserção dos dados de análise. Algumas destas fases foram preparadas para mais de uma técnica instrumental. Então, em princípio, foi feita uma descrição sucinta dos aspectos visuais e observações que se somaram durante o preparo das amostras¹⁶⁹. A avaliação por várias técnicas é importante, sempre que possível, para uma análise sistêmica do material.

Desta forma, foi tirado um dia exclusivamente para a separação das amostras, determinando as partes (fases) que apresentavam características diferenciadas e relevantes para a o momento da pesquisa. As amostras foram codificadas por letras: R para rebocos; AI para argamassa interna; MN para a massa de nivelamento e CP para as camadas pictóricas¹⁷⁰. As argamassas e massa de nivelamento foram separadas por setores visualmente identificáveis, evitando as áreas interfaciais, que pudessem sofrer contaminação entre si ou de outro material.

A apresentação da discussão dos resultados das análises das fases AIS1-1, MNS3-1 e RRS2-1 na caracterização por difratometria de raios X¹⁷¹, realizada em junho de 2011 no Laboratório de Difratometria de Raios-X do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Pará permite a sua composição material. A difratometria de raios X visa identificar as características cristalográficas dos

¹⁶⁹ Embora a intenção fosse de executar todo o conjunto de análises proposto, por motivos alheios à vontade da pesquisadora, isso não foi possível, reduzindo os resultados dessa análise ao difratômetro de raios X. O processo de preparação de amostras deve sempre ser feito considerando o total de material necessário para a análise, a fim de que não haja o risco de que, na necessidade de mais material, haja a contaminação ou mudança de suas características em relação às demais análises.

¹⁷⁰ As amostras das camadas pictóricas foram separadas e com elas foram montadas superfícies polidas para análise microscópica, com a fixação em resina acrílica e posterior lixamento, com gradação crescente. Algumas superfícies polidas de camadas pictóricas foram montadas mantendo parte da camada de base, isto é, o reboco ou massa de nivelamento.

¹⁷¹ A difração ocorre segundo a Lei de Bragg que estabelece a relação entre o ângulo de difração e a distância entre os planos, característicos para cada fase cristalina:

$$N\lambda = 2d \operatorname{sen} \beta, \text{ sendo:}$$

N: número inteiro, correspondente à constante de difração;

λ : comprimento de onda dos raios X incidentes;

d: distância interplanar;

β : ângulo de difração.



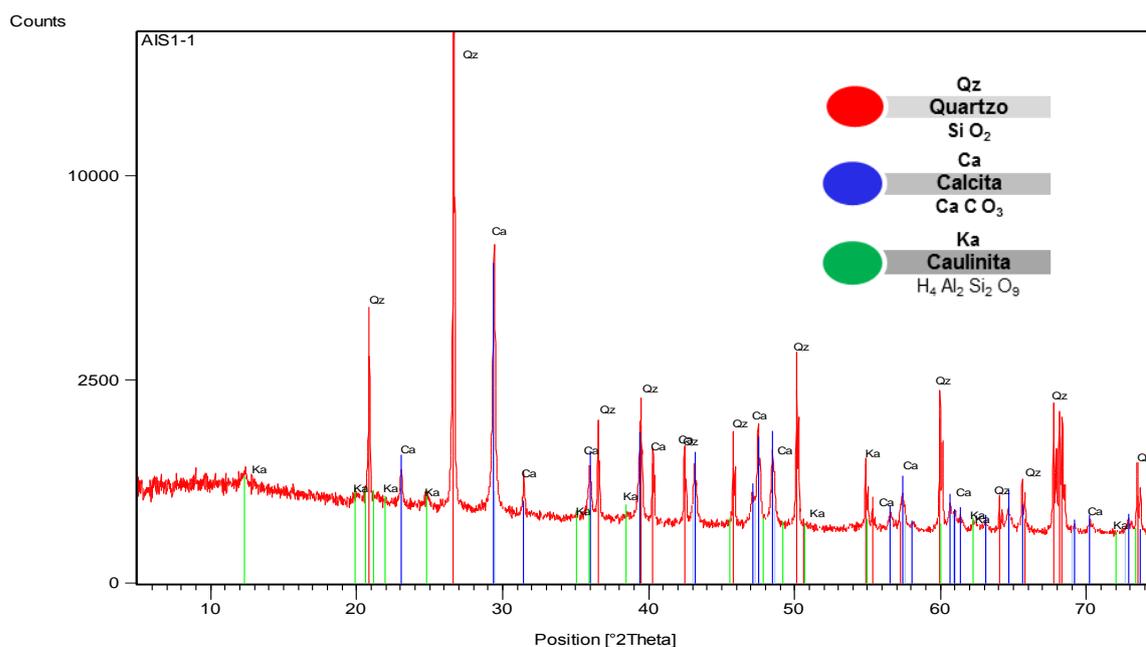
materiais, isto é, partindo de seu hábito cristalino, agrupar materiais pela leitura da difração do raios-X sobre as faces dos cristais componentes do composto mineralógico (rocha ou argamassa), isto é, nos minerais componentes.

Esta argamassa AIS1-1, interior e fixada aos elementos cerâmicos que auxiliam a compor a volumetria do ornato, embora fosse de difícil desagregação, permitiu pulverização com facilidade. Sua composição é predominantemente SiO_2 (Qz – Quartzo) e CaCO_3 (Ca – Calcita) com excelente cristalografia, com pequena dose de $\text{H}_4\text{Al}_2\text{Si}_2\text{O}_9$ (Ka - Caulinita) e amorfo. A presença do quartzo e da calcita indica ser uma argamassa com predominância de areia e cal, com caulinita e amorfo

TABELA 2: Lista de padrões da amostra AIS1-1.

Visible	Ref. Code	Score	Compound Name	Displacement [°2Th.]	Scale Factor	Chemical Formula
*	01-085-1053	75	Quartz, syn	0,000	1,005	Si O_2
*	01-072-1214	78	Calcite, syn	0,000	0,311	Ca C O_3
*	00-002-0105	27	Kaolinite	0,000	0,008	$\text{H}_4\text{ Al}_2\text{ Si}_2\text{ O}_9$

FIGURA 89: Gráfico difratométrico da amostra AIS1-1 indicando os diferentes picos: Qz (Quartzo), Ca (Calcita) e Ka (Caulinita). Presença de amorfo até aproximadamente 20° Theta.





em pequenas quantidades.

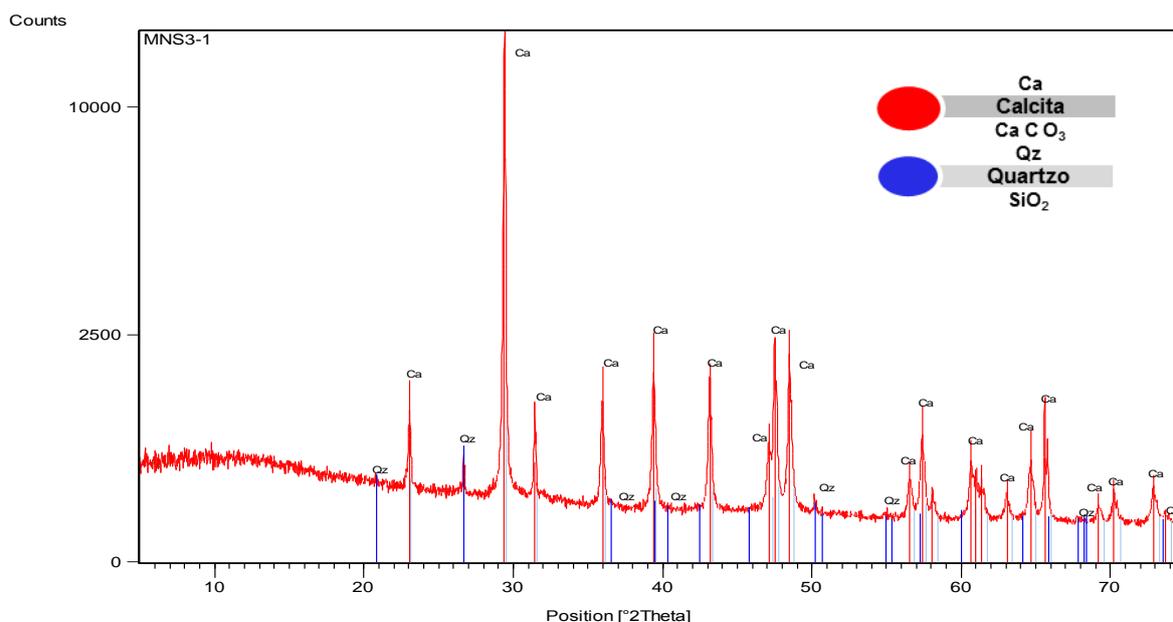
A amostra da massa de nivelamento MNS3-1 foi identificada como sendo usada tanto externamente ao reboco quanto é encontrada entre as camadas de argamassa, de alta resistência, mas fácil pulverização. Sua composição é predominantemente SiO_2 (Qz – Quartzo) e CaCO_3 (Ca – Calcita).

Esta massa de nivelamento possui predominantemente de calcita, sendo a presença de quartzo mínima, o que indica ser uma argamassa com predominância de areia e cal, com amorpho em pequenas quantidades.

TABELA 3: Lista de padrões da amostra MNS3-1

Visible	Ref. Code	Score	Compound Name	Displacement [°2Th.]	Scale Factor	Chemical Formula
*	01-072-1214	88	Calcite, syn	0,000	0,906	Ca C O ₃
*	01-085-0794	38	Quartz	0,000	0,031	Si O ₂

FIGURA 90: Gráfico difratométrico da amostra MNS3-1 indicando os diferentes picos: Qz (Quartzo) e Ca (Calcita). Presença de amorpho até aproximadamente 20° Theta.



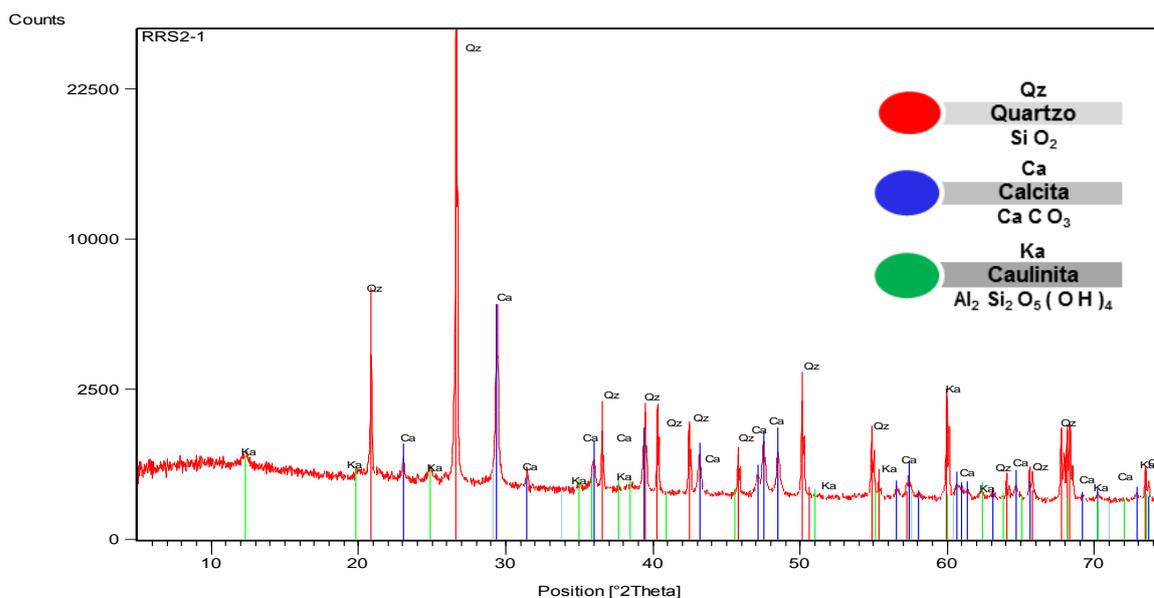


A argamassa de reboco RRS2-1, exterior fixa-se sobre a argamassa das amostras anteriores e possui trechos onde o recobrimento da camada pictórica é em caiação pigmentada e outros com sobreposições de camadas de massa e tinta. Embora sua consistência fosse de fácil desagregação, apresentou dificuldades na pulverização. Seu aspecto apresentou a presença de carvão e fibra. Embora apresente coloração mais escura que a amostra AIS1-1, sua composição é predominantemente SiO_2 (Qz – Quartzo) e CaCO_3 (Ca – Calcita), com pequenas quantidades de $\text{Al}_2\text{Si}_2\text{O}_5(\text{OH})_4$ (Ka - Caulinita) e amorfo.

Tabela 4: Lista de padrões da amostra RRS2-1

Visible	Ref. Code	Score	Compound Name	Displacement [$^{\circ}2\text{Th.}$]	Scale Factor	Chemical Formula
*	01-087-2096	77	Quartz low	0,000	0,977	Si O_2
*	01-072-1214	69	Calcite, syn	0,000	0,186	Ca C O_3
*	00-006-0221	25	Kaolinite 1Md	0,000	0,005	$\text{Al}_2 \text{Si}_2 \text{O}_5 (\text{O H})_4$

FIGURA 91: Gráfico difratométrico da amostra RRS2-1 indicando os diferentes picos: Qz (Quartzo) e Ca (Calcita) e Ka (Caulinita). Presença de amorfo até aproximadamente 20° Theta.





A argamassa de areia e cal é comumente utilizada em assentamento de pedras, em alvenarias antigas, com o uso do material calcário, normalmente advindo de sambaquis (depósitos de conchas) ou pedras calcárias. Nesse caso é comum identificar nessas argamassas, macroscópica ou microscopicamente, a presença de fragmentos de conchas¹⁷². Para o revestimento, para garantia de maior plasticidade, acrescenta-se o material argiloso (barro), conforme é o padrão que se apresenta na bibliografia referente às técnicas de construção antigas na região norte¹⁷³.

A amostra AIS1-1 apresenta, além do SiO_2 e do CaCO_3 alguns picos no difratograma se sinalizaram a presença de caulinita (Ka), que é material que surge com a queima do material argilo-mineral em baixas temperaturas (300°C e 500°C). Isto indica a presença de material argiloso na composição da argamassa interior, o que sinaliza a necessidade de cruzar esta informação como estudo de traço para que se determine a quantidade de finos (argila ou silte) desta argamassa.

Segundo bibliografia, desde o Tratado de Vitruvius (século I aC), recomendava-se a aditivação de pó de cerâmica à argamassa hidráulica a base de cal a fim de garantir-lhe melhora de suas propriedades: aceleração do processo de pega e o aumento da resistência. Isto pode explicar a resistência apresentada pela argamassa AIS1-1 que, após desagregação (perda da ação do aglomerante) mostrou-se de fácil pulverização. Desta forma, a existência de pequenos picos de caulinita (Ka) pode significar esta prática construtiva como hipótese a ser investigada.

Outra hipótese poderia ser a contaminação por grânulos de material cerâmico, em contato com a argamassa interna, indicando os pequenos picos de caulinita em relação à proporção de picos de SiO_2 e CaCO_2 apresentados no difratograma.

Além dessas hipóteses, o fundamental é a existência do material argilo-mineral, dado que necessita investigação. Este dado poderá sinalizar tanto para o

¹⁷² É possível identificar o uso de conchas, por exemplo, na argamassa de assentamento da alvenaria de pedra, visível no porão do Arquivo Público do Estado do Pará, em Belém.

¹⁷³ O uso de cal, embora técnica tradicional encontrava dificuldades de matéria prima na região amazônica no período colonial. Alguns documentos pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino indicam a relação de comércio, através de troca de matérias primas, como a remessa de madeiras por pagamento de partidas de ca (Projeto Resgate: CD 5, AHU ACL CU 013, Cx 39, D. 3651). A pesquisa biológica desses fragmentos de conchas encontrados nas argamassas das alvenarias poderão ser fonte importante de determinação de sua origem, embora trate de pesquisa árdua e que foge dos interesses dessa pesquisa.



uso da técnica vitruviana de adição de pó de cerâmica quanto para a presença da argila como componente da argamassa, caracterizando-a como, não mais uma argamassa de areia+cal, mas sim de areia+cal+barro, de uso corrente na região norte. Outra hipótese seria o uso da cal virgem¹⁷⁴, tendo aparecido a caulinita por consequência do processo de sua produção.

A amostra RRS2-1 também indica ser uma argamassa de areia+cal, porém, por ser incomum o uso na nossa região devido à carência de bom material calcário, deve conter também elementos-traço de argilo-minerais, não identificados no difratograma. Esta amostra tem apresentado problemas de desagregação no processo de lixamento com água para a preparação de superfícies polidas, o que pode significar que o carbonato de cálcio utilizado nesta fase não tenha sido cal virgem ou não devidamente extinta¹⁷⁵.

Um dado macroscópico relevante é o tom da coloração dessas argamassas, tendendo para o amarelo-claro ou amarelo-ocre, coisa que não ocorre com a amostra MNS3-1, branca e também com difratograma indicando a presença de SiO₂ e CaCO₂, com maior destaque para este último. Isto pode indicar que esta foi composta por pasta de cal¹⁷⁶, sendo a presença de quartzo consequência do processo de hidratação da cal.

A hipótese do uso exclusivo da cal como aglomerante não é inviável visto que a camada da suposta pasta de cal (MNS3-1) é encontrada entre as fases das amostras AIS1-1 e RRS2-1, indicando ter sido aplicada sobre a argamassa interna e, posteriormente recebido o reboco exterior. Este fator pode ter contribuído para a melhor resistência da argamassa interior (AIS1-1) em relação ao reboco (RRS2-1)

¹⁷⁴ “A cal pura não se encontra na natureza. A que se encontra no mercado, e que depois de ser tratada se utiliza na composição de argamassas, é a cal pura ou viva, a que os antigos davam o nome de cal virgem, que resulta do aquecimento da pedra calcária a uma temperatura elevada, através da qual o óxido de cálcio é extraído. Este processo é que dá ao ligante a capacidade de reagir com a água e posteriormente, quando misturado na argamassa, endurecer em contacto com a água ou com o ar.” (PEREIRA & MARTINS, *Materiais e técnicas tradicionais de construção*, p. 51-52).

¹⁷⁵ “O processo de extinção é a reação resultante da adição de água à cal viva, o que leva a um grande desenvolvimento de calor e resulta na transformação das pedras de cal viva em pó ou em pasta conforme a necessidade em obra.” (PEREIRA & MARTINS, *Op. Cit.*, p. 54) A cal resultante deste processo é a cal hidratada, extinta ou aérea (por passar a reagir com a atmosfera, absorvendo CO₂) e que de onde se pode obter como subprodutos o leite de cal (mais ou menos espessa) que em repouso decanta formando a água de cal e a pasta de cal (que se deposita no fundo).

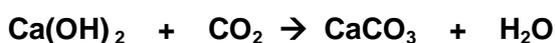
¹⁷⁶ “Pasta de cal: serve para trabalhos de estuque ou para a aplicação em rebocos exteriores ao que se chama de estanhar a cal: este método consiste em aplicar uma pasta de cal com uma colher de estucador, à maneira de um tapa-poros, devendo ser realizado no mesmo dia da aplicação do reboco, no início da sua presa.” (PEREIRA & MARTINS, *Op. Cit.*, p. 55).



que possui trechos com revestimento de camada pictórica em cal e outros que possui também camadas niveladoras. O uso da cal hidráulica artificial, isto é, que fica “madura” pela ação da água, data do início do século XVII “*produto da queima de materiais argilosos ricos em alumina e sílica com carbonato de cálcio para dar uma mistura de fases com poder cimentante (Ex.: silicato bicálcico).*”¹⁷⁷

Desta forma, existem reações diferentes para a cal aérea e para a cal hidráulica artificial:

Processo de reação da cal aérea (carbonatação)¹⁷⁸:



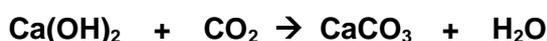
Cal hidratada + dióxido de carbono = carbonato de cálcio + água que evapora

Processo de cal hidráulica:



Dissolução do silicato de cálcio em água,
gerando cal hidratada, seguida pelo processo
de

carbonatação acima descrito:



Eventualmente ocorre um processo misto de perda de água e carbonatação:



O aparecimento da caulinita $\text{H}_4\text{Al}_2\text{Si}_2\text{O}_9$ na amostra AIS1-1 e $\text{Al}_2\text{Si}_2\text{O}_5(\text{OH})_4$ na amostra RRS2-1 pode indicar processos diferenciados de consolidação da cal nas argamassas, o que poderá estar relacionado com o uso de cais virgem e hidratada respectivamente. O cruzamento destes dados com os resultados da microscopia poderão permitir elucidar ou refutar esta hipótese.

Se partir para a o princípio de que houve adição de argilo-minerais à argamassa (saibro ou barro, como são comumente conhecidos), há necessidade de preparo de material para nova análise, de Difração de Raios X (DRX) ou de Análise

¹⁷⁷ COLLEPARDI (1990) In GLEIZE; NAPPI & SILVA, p.657

¹⁷⁸ Descrito em PEREIRA & MARTINS, p.57.



Térmica Diferencial (ATD) das amostras AIS1-1, RRS2-1 “como recebido” (resultado atual) e com queimas diferenciadas de até 500° C e superiores a 1000° C para que possamos determinar a quantidade de argila pela formação de caulinita e mulita respectivamente, se houverem.

Sobre a hipótese da argamassa de cal virgem, que exige a produção a partir de uma rocha calcária (pedra de lioz, por exemplo¹⁷⁹) não é descartável, como já foi visto anteriormente, porém não inviabiliza a hipótese do uso da cal hidráulica, com a adição do pó cerâmico na argamassa interior (AIS1-1), expresso na presença da caulinita e o uso do barro na argamassa RRS2-1, devido à presença macroscópica de palha e carvão. Como já sabemos, havia produção cerâmica na região, dado comprovável, inclusive, pela observação dos elementos da igreja de Santana do Bujaru e das ruínas do Engenho Bom Intento¹⁸⁰. Se assim confirmado, indicará um procedimento técnico consolidado, que possa ter sido trazido por mestres construtores ou padres, um período em que o sítio em que se insere a igreja de Santana do Bujaru possuía representatividade econômica ou política para tal. Não seria uma hipótese absurda, por serem os carmelitas, ocupantes de toda a área de Bujaru, também proprietários da Engenhoca de Santa Tereza (também produtora de material cerâmico em seus fornos) e outras mais. Os fornos que eram usados para a produção dos subprodutos da cana-de-açúcar, certamente, passaram à produção de cerâmicas e seriam utilizados como caieiras, para atendimento das demandas da região.

O uso da cal é predominante na igreja de Santana do Bujaru, conforme pode ser observado, também como acabamento de pintura. Certamente, quanto à cal utilizada na pintura, há o uso de material de origem comercial e mais recente, contudo é importante perceber a contribuição da técnica, como dado histórico e contextual, na conformação desta edificação, como sinal para outros estudos.

¹⁷⁹ Neste caso terá que haver o cruzamento dos dados referentes à chegada destas pedras de forma intensiva a Belém, correspondente ao século XIX, o que poderia sinalizar para um cruzamento técnico com os relatos históricos de Dom Antônio de Almeida Lustosa, que em 1935 diz que “A matriz de Bujaru é uma boa igreja de pedra, dedicada à Sant’Ana. Consta que foi construída em 1847 e que o vigário da época da inauguração ainda era vivo em 1880.” (LUSTOSA, *Op. Cit.*, p.251).

¹⁸⁰ Na tentativa de uma melhor caracterização do produto cerâmico da região, foi coletada uma peça (tijoleira) no Engenho Bom Intento, recolhida ao LACORE.



4.3. ANÁLISE COMO ARTEFATO

“Sem essa abordagem [como artefato], nossa análise teria sido restrita a uma parte do todo. Em outras palavras, estaríamos vendo a igreja e ignorando o seu território, que a contextualiza no espaço social”¹⁸¹”

(Rosana Najjar)

Arqueologia, ciência que estuda os artefatos, possui sua gênese, em grande medida, ligada à Arquitetura e às teorias de preservação, entretanto apenas em meados do século XX há a configuração da Arqueologia Histórica com fronteiras definidas¹⁸², contudo em crescente capilaridade. Sua interface com a História aproxima os artefatos a documentos¹⁸³ ou testemunho de contextos sociais e culturais de apropriação humana em determinado território, aproximando dessa feita com a Antropologia. Portanto, quando o objeto arquitetônico da igreja de Santana do Bujaru é visto sob o prisma arqueológico, tem-se a edificação como um artefato.

“... a grande maioria dos arqueólogos diria hoje, que o seu campo de pesquisa compreende tanto a história como a antropologia, mais um grande número de campos correlatos, incluindo a geografia histórica e cultural, a economia política e a cartografia. A arqueologia histórica não é nem apenas história nem antropologia, ou nem mesmo uma junção da história e antropologia, mas, simplesmente, a arqueologia histórica, um campo muito diverso de investigação que combina um grande número de abordagens. Questões ‘históricas’ e ‘antropológicas’ não podem ser, necessariamente, opostas, já que a maior parte das questões antropológicas possui uma base histórica, e muitas questões históricas envolvem problemas claramente antropológicos.”¹⁸⁴

Um tipo especial de artefato são as estruturas que é “qualquer evidência da presença humana que não pode ser removida do sítio, mas que fornece informações abundantes sobre as atividades desenvolvidas no sítio”¹⁸⁵, e nessa definição está a

¹⁸¹ NAJJAR, *Para além dos cacós*, p. 82

¹⁸² ORSER JR, *Introdução à Arqueologia Histórica..*

¹⁸³ Na acepção de LE GOFF, que trataremos a seguir.

¹⁸⁴ ORSER JR, 1992, p. 5-6.

¹⁸⁵ ORSER JR, *Op. Cit.*, p. 8.



igreja de Santana do Bujaru, exemplo de arquitetura vernacular com influência de estilo acadêmico. Através da análise desse superartefato, que se estende verticalmente acima do solo, pudemos obter informações através de suas marcas nas paredes e pisos, as paredes foram prospectadas, apresentando estratos de materiais que puderam ser analisados visualmente e laboratorialmente. Não foram feitas aberturas capazes de permitir leituras de fases de intervenção na alvenaria ou piso, nem valas no entorno para que pudesse, talvez, identificar outras relações, mas o procedimento metodológico, dentro dos limites possíveis e viáveis, foram feitos, assim como o cruzamento com fontes éticas e êmicas, que seriam refutadas ou reafirmadas em alguns aspectos se a avaliação física, conforme exposto, fosse possível.

Justamente sobre os aspectos construtivos, sobre o processo de edificação da igreja, faltam relatos e documentos.

*Os registros históricos, os artefatos, as estruturas arqueológicas e os edifícios ainda em uso são todos importantes para a arqueologia histórica, mas não constituem a totalidade das fontes disponíveis. Duas fontes adicionais de informação, em geral disponíveis apenas para sítios de ocupação mais recentes, são as informações orais e pictóricas.*¹⁸⁶

Também sob esses aspectos a igreja de Santana do Bujaru foi analisada, buscando avaliar os relatos de vida, o que demonstrou de forma sensível a importância social da mesma para a comunidade¹⁸⁷ revelado efetivamente através da atividade de educação patrimonial¹⁸⁸. O dado vivencial foi revelador também no caso da identificação dos atributos da imagem da Nossa Senhora/Santa Bárbara, o que leva a ter atenção com a coleta de dados orais, não como verdades, mas tradutoras de um contexto, revelado nas piscadelas¹⁸⁹ da busca de um registro

¹⁸⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 13.

¹⁸⁷ Sobre a relação de pertencimento e importância da igreja de Santana do Bujaru foi feito, a partir da descrição gráfica em mapas e de relatos de vida, que foram analisados e publicados sob a forma de artigo intitulado *Santana do Bujaru: lugar e identidade* (NASCIMENTO, 2012).

¹⁸⁸ Essa atividade foi desenvolvida em dois cenários e grupos diferentes, um na cidade de Bujaru, para professores da rede pública, outro no distrito de Santana. Em Bujaru, poucas pessoas indicavam a importância da igreja de Santana como valor patrimonial, enquanto que a população de Santana indicava a igreja como centro de suas relações de vida e ao longo de gerações. A atividade encerrou com uma atividade de reconhecimento, num ônibus cedido pela prefeitura, com pessoas dos dois grupos durante um dia, visitando várias das referências citadas por eles mesmos durante as atividades anteriores. Ver APÊNDICE E.

¹⁸⁹ GEERTZ, *Op. Cit.*:



etnográfico, na diferença entre o dado técnico-científico e a construção cultural do objeto, no caso da arquitetura.

Tecnicamente a igreja de Santana do Bujaru ainda tem muito a ser analisada, embora muito tenha sido trabalhado para compreendê-la: o sistema estrutural, suas relações históricas, seu surgimento, as personagens envolvidas, as relações políticas.

“A Igreja Católica Romana se mantém, desde seus primórdios, num sistema territorial hierárquico e burocrático, reconhecendo e controlando vários tipos distintos de territórios, que podem ser agrupados em duas grandes categorias: os lugares sagrados (neles incluídas as igrejas) e sua estrutura administrativa. Esta segunda categoria divide a Igreja em paróquias e dioceses, o que caracteriza uma divisão territorial e seus domínios.”¹⁹⁰

A opção por Santana do Bujaru como sede paroquial no século XVIII, a dotação de um padre colado no século XIX e a desvinculação de Santana como centro administrativo e paroquial no século XX se materializam em sua igreja, em dados físicos e simbólicos. Contudo, ao longo desse tempo, e mesmo antes de sua existência na forma e materiais que se apresenta, atualmente a igreja funciona nesse local, primeiramente como construção em taipa. Não houve a permanência aparente dessa primeira edificação, restando-nos a construção posterior, longamente construída, mas aparentemente num único processo conduzido pelo padre João Simplício das Neves Pinto e Souza, contudo há uma extensão a um tempo anterior da presença da Igreja, como instituição, no sítio.

¹⁹⁰ NAJJAR, *Op. Cit.*, p. 83.



4.4. ANÁLISE COMO PATRIMÔNIO¹⁹¹

“A obra é sempre a mesma, mas as consciências mudam.”

(Giulio Carlo Argan)

É necessário se preocupar com as consequências das ações técnicas, que possuem um alcance muito mais profundo que a eficiência ou precisão. Ao revelar um fato histórico ou uma informação, essas pesquisas, ao mesmo tempo em que desnudam novas dimensões da vivência de um grupo, falam a eles que não são o que eles acreditavam ser, estanca o ser de sua realidade cotidiana: a igreja é invadida de pessoas atentas e desconhecidas; a casa passa a ser coletiva e são ressignificadas as referências; os transeuntes da praça passam a considerar apenas os monumentos – como uma via-crucis – e relega a segundo plano o fluir no espaço.

Esta nova dimensão não pode ser aberta sem a participação da comunidade. Há a necessidade de sistematização dos testemunhos revelados durante a pesquisa, e mais que colocá-los a disposição da pesquisa acadêmica ou dos órgãos públicos, deve-se construí-la e disponibilizá-la em conjunto com o meio social em que se insere. Apenas eles têm o mandato para determinar que informações devam receber relevo em relação a outras.

Em Santana do Bujaru, não se buscou descobrir *“sinais visíveis daquilo que foi [...] no espetáculo dessa diferença o brilho súbito de uma identidade inencontrável [ou] o deciframento de que estamos à luz do que não somos mais”*¹⁹², mas entender que lá não há nada para ser descoberto ou que seja mais verdadeiro ou relevante que a memória viva e a identidade de um lugar, fornecer as armas do conhecimento para que possam usá-las como acharem mais adequado.

¹⁹¹ Esta análise foi retirada dos artigos *O Lugar do patrimônio cultural contemporâneo: conceito e realidade a partir de uma visão Amazônica*, (NASCIMENTO, 2011b) – APÊNDICE B e *Santana do Bujaru: lugar de memória ou não lugar?* (NASCIMENTO; MIRANDA & MARQUES, 2011) – APÊNDICE C. No primeiro artigo é feita a discussão da preservação cultural a partir dos conceitos de Lugar de Memória (Pierre Nora) e Não Lugar (Marc Augé), iniciada em NASCIMENTO; MIRANDA & MARQUES, 2011, e como se constitui o lócus de um sítio histórico.

¹⁹² NORA, Pierre In. AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*, p. 28.



Um documento muito importante, entre tantos, no conjunto de referências teóricas e normativas do campo da preservação, é a Carta de Veneza, a primeira carta do ICOMOS, e que surge como contraponto à Carta de Atenas do CIAM, enumerando artigos sobre questões de preservação, conservação, restauração e outros tantos temas relativos aos bens culturais.

Neste documento temos que:

*“A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a **uma função útil à sociedade**; tal destinação é portanto, desejável, **mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios**. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.*

*[...] **A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado**, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.*

*[...] **O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa**. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.”¹⁹³ (grifos nossos)*

É importante perceber que o ICOMOS se caracterizou como um marco de ampliação dos conceitos sobre o patrimônio cultural. Em 1986 há a ampliação do conceito ainda mais ampliado de patrimônio, na Declaração do México:

*“O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, **assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida** (grifo nosso). Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.”¹⁹⁴*

Embora a dinâmica da preservação também seja mutável, todos que se preocupem com o tema sejam tidos, em última instância, como reacionários,

*“o objetivo último da preservação é a manutenção e potencialização de quadros e referenciais necessários para a expressão e consolidação da cidadania. **É nessa perspectiva***

¹⁹³ ICOMOS. *Carta de Veneza - 1964*, art.5º, 6º e 7º.

¹⁹⁴ ICOMOS. *Declaração do México - 1982*.



de reapropriação política do espaço urbano pelo cidadão que a preservação incrementa a qualidade de vida (grifo nosso).¹⁹⁵

E é desta forma que deve ser encarado o papel de toda e qualquer ação de preservação: olhando sempre para o presente e para o futuro. *“A proteção dos patrimônios culturais deve certamente ser conservacionista, mas não conservadora.”*¹⁹⁶

Ao fazer o exercício de ler novamente a Carta de Veneza e os demais documentos de referência produzidos pelo ICOMOS e IPHAN, desnudando-nos da roupa que nos foi vestida pelo Modernismo progressista, eficiente e rápida, ou mesmo do pragmatismo de alguns teóricos do patrimônio e conservação, para entendê-los sob um olhar antropológico e humanista, expressões como *“função útil”, “disposição ou decoração dos edifícios”, “preservação de um esquema em sua escala”* estarão mais de acordo com a realidade que temos de situarmos o lugar do patrimônio cultural. Não é o lugar físico, onde as áreas de entorno e proteção são determinadas por raios, quadras e gabaritos, pré-concepções éticas porque justas e igualitárias, mas um espaço êmico, onde as conexões não são simbólicas. Desta forma, fica mais lógica a compreensão da história através das conexões não lineares, de testemunhos dispersos em territórios distantes. É claro que isso é complexo e talvez não seja facilmente assimilável como numa construção cartesiana, se apresentada como proposta para estabelecimento de uma política pública de preservação.

Jerusa Ferreira escreve que *“o opróbrio parece então o efeito de um ‘bem’ cultural, comum a um dado consenso, ligando-se aos usos ou costumes de um grupo”*¹⁹⁷. O respeito à diversidade se opõe ao senso de uma identidade cultural homogênea em determinado contexto. Por sua vez, a defesa e proteção destes, e de outros bens constituintes de nossa cultura faz parte de uma necessária preservação “espiritual” do homem.

“Além disso, com que direito ou mandato se pode determinar hoje quais serão as condições da vida social dentro de vinte ou cinquenta anos? A esta pergunta

¹⁹⁵ IPHAN . *Carta de Petrópolis – 1987.*

¹⁹⁶ ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*, p. 88.

¹⁹⁷ FERREIRA, *Armadilhas da Memória e Outros Ensaios*, p.99.



*podemos responder que as gerações que nos precederam construíram monumentos, palácios, catedrais, que até hoje constituem dados, condições, limites para o planejamento urbano. Mas a objeção não tem fundamento, porque os antigos construíram esses edifícios para as **suas exigências, não para as nossas** – e sem dúvida construíram-nos sólidos e imponentes não para que permanecessem válidos no futuro, mas com a ideia de que permanecessem eternamente válidos os valores que esses edifícios deveriam representar. Livres as gerações posteriores para demoli-los, como foi feito e, infelizmente, se continua a fazer. Trata-se, enfim, de uma herança, e não de um planejamento. **Se conservarmos esses monumentos, o fazemos porque esta é uma exigência da nossa cultura, tanto assim que atribuímos a eles um significado completamente diferente daquele pelo qual foram construídos**¹⁹⁸ (grifos nossos)*

Eis onde se estabelece o impasse entre o que preservar: não preservando para nosso tempo, nem tampouco resgatando o passado idílico, precisamos pensar em preservar na perspectiva do tempo futuro, não como tutela pesada aos entes públicos, mas como apropriação social do grupo que o guardará em proteção, muito além e mais que qualquer política pública ou lei, e determinará dentro de sua dinâmica social o que deve ou não fazer. A cultura não se opõe ao caos, mas a um sistema de signos oposto, lógico e autodeterminado. *“Barbárie não é necessariamente gritos e sangue. Pelo menos, não no começo. Outro nome para barbárie é indistinção. Quando uma época não consegue distinguir entre uma coisa e seu contrário, essa é uma época de barbárie*¹⁹⁹. Saber distinguir efetivamente o que seja ou não cultura no nosso tempo é um exercício árduo, mas sem dúvida indispensável.

Se a memória se constrói literalmente, de maneira afetiva²⁰⁰, também é necessário estar atento que

“de um modo ou de outro a cultura se dirige contra o esquecimento. Vive-o transformando-o num dos mecanismos da memória. Por consequência, podem-se criar hipóteses sobre precisas limitações no volume da memória coletiva que

¹⁹⁸ ARGAN, *Op. Cit.*, p. 226.

¹⁹⁹ COELHO NETO, José Teixeira . *O que é Ação Cultural*, p. 27.

²⁰⁰ “Memória”, que vem do grego *Mnemosyne*, deusa-mãe das musas e das divindades da inspiração. A memória indicaria ser a mãe de toda inspiração; conservar a memória então seria alimentar este sistema impalpável do campo da criação e do pensamento. “Memória” como sinônimo de “Recordação” (aquilo que se coloca de novo no coração), também traz com mais força esta necessidade de referência à relação de afeto (e de ser afetado).



*determinaram a substituição de uns textos [culturais] por outros. Mostra **que existe um grande abismo entre o esquecimento enquanto elemento da memória e enquanto instrumento de destruição desta memória** (grifo nosso). Ocorre levar em conta que uma das formas mais agudas de luta social na esfera da cultura é a imposição de uma espécie de esquecimento obrigatório de determinados aspectos da experiência histórica. É claro que esta afirmação tem de ser relativizada, e não existe passividade que acolha totalmente um 'esquecimento obrigatório', imposto por um sistema político ou pela comunicação de massas".²⁰¹*

A invisibilidade, para além dos aspectos fisiológicos, seria a incompreensão deste processo de apropriação dos lugares, provocado pela construção do espaço que esteve distante do contexto social e antropológico a que se dirigem. O espaço amazônico é privilegiado na diversidade e na amplitude, que permite que alguns territórios possam ser analisados com pouca interferência de construções exógenas, como o afã de modernidade que tem canibalizando a cultura.

A luta por meios de preservação dos bens culturais, quer sejam materiais ou imateriais (pois eles não são estanques), podem ser formas de garantir que a gestão local seja realmente significativa para a sua população. A apropriação do contexto cultural, mais que formas de tutela, se legítima, pode ser capaz de sinalizar caminhos impensados para o desenvolvimento.

À comunidade de Santana do Bujaru é necessária ação de preservação, não necessariamente de sua igreja, mas de suas relações com a realidade que os cerca, dotando meios mais dignos de vida. Preservar seu bem arquitetônico é apenas um detalhe, mas também tem que estar fortalecidos para resistir aos discursos estrangeiros, como o de valorização econômica da imagem de cedro de sua padroeira ou de outra qualquer vantagem para o suprimento de suas demandas de emergência, como saúde, abastecimento e direito de ir e vir, por exemplo. Por mais de duzentos anos a população de Bujaru soube preservar suas igrejas e ruínas, não sem perdas, e é necessário alertar sobre o risco destas perdas, para que eles não cheguem ao caso crítico de Belém²⁰², os danos são tão significantes e constantes.

Sobre a caracterização, por fim, da igreja de Santana do Bujaru como um bem cultural, é um fato indiscutível. Sua relevância – inclusive como potencial para o

²⁰¹ FERREIRA, *Op. Cit.*, p.79.

²⁰² Belém está sendo citada, mas pode ser, no lugar de seu nome, qualquer núcleo urbano.



desenvolvimento local – é fato que já vem gerado mudanças na comunidade. É reconhecível sua importância regional como marco histórico de ocupação e desenvolvimento: um documento da história da presença da Igreja em Santana a partir do século XVIII e na região desde o século XVII, ainda com grande potencial para novas leituras.

Se o valor histórico está em *“tudo que foi e hoje não é mais [...] não poderá jamais se reproduzir e constitui um elo insubstituível e intransferível de uma cadeia de desenvolvimento”*²⁰³, certamente a igreja de Santana do Bujaru o possui. O valor artístico é um dado do reconhecimento no presente, assim como a significação como monumento, pois *“não é a destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos: somos nós, sujeitos modernos, que lhes atribuímos essa designação”*²⁰⁴ Portanto, a igreja de Santana do Bujaru, por sua relevância e atributos sgnicos, é um monumento antigo que possui intencionalidade sutil de marcar o momento histórico através do gesto pretérito da inserção do brasão do império e dos elementos de estilo de época: foi construído para marcar suas relações temporais.

Aceitando-se essa hipótese, e pela manutenção desses elementos como valores de rememoração, a igreja de Santana do Bujaru mantém-se, pode-se dizer, com os mesmos materiais e formas de sua origem (atualizado pelas intervenções não datadas, que a trouxeram até o momento do seu reconhecimento como monumento), havendo aí um extremo valor de antiguidade.

²⁰³ RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos*, p. 44.

²⁰⁴ RIEGL, Op. Cit., p. 49.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

CONCLUSÃO



CONCLUSÃO

Certamente que não foi exaurido tudo a respeito da igreja de Santana do Bujaru, contudo acredita-se ter alcançado os objetivos propostos para a pesquisa e apontado possibilidades de ampliação de estudos do objeto arquitetônico como bem de valor patrimonial e cultural. Como dito anteriormente, a importância local da igreja de Santana do Bujaru é inquestionável, porém é necessário atentar para alguns aspectos gerais, antes de tratar das conclusões específicas deste texto.

Primeiro ponto, de inquietação e questionamento por muitos, durante todo o curso dessa pesquisa foi do porque da escolha da igreja de Santana do Bujaru. Os problemas diversos que envolveram essa pesquisa jamais enevoaram a perspectiva do potencial da igreja de Santana do Bujaru como objeto ímpar para esse estudo. Não se trata de uma joia de primor estilístico ou material (embora também tenha suas pérolas), mas por ser elemento de tamanha síntese de informações. Foi válido todo esforço empreendido, não apenas pela pesquisa, mas também pelo envolvimento com a comunidade. Desta forma, sem intencionar a exaustão da análise, foi atendido o objetivo de construir o referencial teórico analítico sobre a igreja de Santana do Bujaru, partindo dos seus aspectos plásticos, materiais e documentais, visando colaborar com o entendimento da ocupação colonial na região.

Mais que buscar entender uma única edificação, a proposta foi partir dela para a compreensão ampliada dos contextos, tendo-a como receptáculo de uma construção cultural complexa e longa. Compreender que a análise da arquitetura, especialmente se tratando do entendimento da mesma como bem cultural, não pode se furtar a dialogar com o cenário em que se insere, no tempo e no espaço. E como construção cultural, a Arquitetura deve ser pensada, tanto por quem a pesquisa quanto por quem a produz, no seu amplo espectro, pois mesmo uma igreja de elementos simples de apropriações vernaculares pode ser capaz de trazer discussões em vários campos do conhecimento. Essa reflexão é a que se espera ter provocado a todos que tiveram acesso ao objeto dessa pesquisa.

Ainda seria possível pesquisar a igreja de Santana sob vários aspectos e, ao lhe dar visibilidade como objeto de estudo acadêmico, aponta-se a perspectiva de



ter contribuído para que, não apenas a edificação, mas sua comunidade passem a ter atenção e visibilidade para outras investidas de pesquisadores de várias áreas. Uma questão relevante deve ser destacada: os moradores dessa vila de bela concórdia guardam o espírito de pertencimento e de vínculo com a igreja de Santana. Talvez essa afirmação, ainda hoje, seja pretenciosa, mas o convívio com essa comunidade dá indícios da capacidade de conservação e preservação das referências do passado que mantiveram. Enquanto acreditavam que a sua velha matriz era uma relíquia inaugurada em 1847, a pesquisa histórica mostrou que Santana do Bujaru era sede paroquial desde 1738, portanto, quer de taipa ou pedra, a relação do povo com a devoção à Santana advém do século XVIII, visto que não seria formada uma paróquia onde não houvesse um templo adequado para abrigá-la. Isso pode ser considerado desconexo para o discurso da Arquitetura, porém, para o campo do patrimônio devemos considerar as contribuições de cada tempo, muito embora nada tenha sobrado, materialmente, do antigo templo.

Voltando as conclusões para o campo da matéria da arquitetura, deve-se registrar que, de todos os aspectos, a tesoura do telhado da nave merece destaque. O ineditismo da tesoura, que por si só já seria interessante objeto de estudo específico, por sua vez, pode ser o motivo da existência de sistema de amarração em varas de aço no coroamento do edifício (ou não, visto que há também a estrutura metálica identificada no entorno do altar-mor). O estudo dos aspectos de estabilidade do sistema de cobertura mereceria um capítulo especial, porém, é preciso delegar a outro pesquisador esta empreitada. Os estudos de materiais e, especialmente, dos fluxos de produção deles (cal, material cerâmico, pedras) mereceria também um estudo mais aprofundado, com cruzamento de fontes documentais e análises de materiais.

Outro tema que mereceria pesquisa a parte é o cemitério de Santana do Bujaru, que apresenta em suas sepulturas mais antigas, uso profícuo de lajes em mármore e pedras de lioz, além de trabalho de ferreiros em cercaduras e cruces, que indica ter havido de fato confirmando os relatos históricos e orais, certa opulência no passado da comunidade.

Com o extenso nome de “Igreja de Santana do Bujaru: caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e



icônicas”, foi encaminhado projeto e manteve-se a proposta até essa conclusão. Acreditamos que ainda há muito que fazer pelo patrimônio cultural de Santana e de Bujaru, para os quais é necessária atenção e planejamento de gestão local. Agora Santana não é mais invisível e o caminho foi aberto.

As perspectivas de gestão e planejamento, visando a proteção do bem arquitetônico devem contemplar não apenas a arquitetura do templo, mas um plano ampliado que busque garantir à comunidade meios próprios de desenvolvimento local. A potencialidade cultural de Santana do Bujaru é expressa não apenas na Igreja de Santana, mas em um conjunto de referências e ações, como festividades católicas tradicionais, contribuição de outros grupos sociais (como quilombolas, produtores rurais e pescadores), além da identidade com sua história.

Ao longo deste processo de pesquisa ocorreu um sem-número de manifestações objetivas de envolvimento e reconhecimento da importância da Igreja de Santana do Bujaru e sua necessidade de preservação. Estes fatos, se relatados, renderiam novo capítulo, de toque etnográfico, de grande riqueza e que, certamente, ofuscariam com seu brilho a configuração necessariamente técnica da dissertação em Patrimônio, Restauro e Tecnologia, do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Contudo o discurso da população de Bujaru e de Santana está nos interstícios das linhas escritas até aqui, e eles reconhecerão. A identificação da tijoleira do nicho do Senhor-morto como semelhante ao existente na ruína do Engenho Bom Intento indicou a diferença entre a presença da comunidade na preservação de suas referências, nos dois sítios. A busca insistente de fazer o certo na recuperação da igreja, que levou a leitura atenta de artigos previamente escritos, registros fotográficos, contatos constantes via telefone ou internet e até discussões sobre as intervenções na igreja é claro indício de que, devidamente orientados tecnicamente, essas comunidades são capazes de fazer o que sempre fizeram: zelar por seu patrimônio.

Em termos de gestão pública, cabe uma crítica, a partir da experiência com Santana do Bujaru: muito mais que ações normativas ou coercitivas, as comunidades necessitam de meios de auto-gestão, que perpassem por processos educativos ampliados que garantam a opção crítica de se situar politicamente e de forma autônoma. Santana do Bujaru possui potencial para o turismo, porém



necessita definir suas prioridades (que incluem transporte, saúde, segurança e abastecimento), fundamentais para o incremento socioeconômico do lugar. Não creio que o tombamento de sua igreja seja panacéia, porém é necessário rever instrumentos de proteção deste e demais situações análogas, cujo patrimônio cultural, visto de forma ampla, possa se tutelado.

Não tomar, jamais, pode ser considerado como forma de se eximir da preservação destas referências históricas e culturais, Há necessariamente que se investir em pesquisa de campo interdisciplinar, em trabalhos de sensibilização e educação patrimonial, de se trabalhar na (in)formação técnica de gestores culturais descentralizada, fugir da análise de gabinete e reconhecer (ou não) as potencialidades. Somente assim a preservação do patrimônio cultural terá cumprido o seu papel: retornando o poder aos seus legítimos detentores.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, Rosa (org). **A escrita da História Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998.
- AMARAL, Antonio Caetano do. **Memórias para a história da vida do venerável arcebispo de Braga D. Frei Caetano Brandão**. Braga/Portugal: Typ. Dos Orfãos, 1867 (dois tomos). Disponível em <<http://www.books.google.com.br>> Acessado em maio de 2012.
- ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Volume 66 (Livro grosso do Maranhão), Rio de Janeiro, 1948. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Anais_BN&pasta=&pesq=anais%201948%20vol%2066> Acessado em maio de 2012.
- ANNAES DA BIBLIOTHECA E ARCHIVO PÚBLICO DO PARÁ. Tomo Quinto, Belém: Instituto Lauro Sodré, 1906.
- ANNAES DA BIBLIOTHECA E ARCHIVO PÚBLICO DO PARÁ. Tomo Terceiro, Belém: Instituto Lauro Sodré, 1904.
- ARGAN, Giulio Carlo . **História da Arte como História da Cidade** . São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade** . Campinas/SP: Papirus, 1994 (Coleção Travessia do Século)
- AZEVEDO, João Lúcio. **Os Jesuítas no Grão-Pará**. Belém: SECULT, 1999.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969
- BAENA, Manoel. **Informações sobre as Comarcas da Província do Pará: organizadas em virtude do Aviso circular do Ministerio da Justiça de 20 de Setembro de 1883**. Typ. De Francisco da Costa Junior: Belém/PA, 1885.
- BARATA, Manoel Barata. **Formação Histórica do Pará** - Obras Reunidas. Belém: UFPA, 1973
- BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos objetos**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1993
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas III – Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BINDE, João Luis. **Não Lugares - Marc Augé**. ANTROPOS – Revista de Antropologia – Volume 2, Ano 1, Maio de 2008 (p.121/124)
- BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002



- CAMPOS, Adalgisa Arantes. **A ordem Carmelita**. In: **Per Musi**, Belo Horizonte, n. 24, Dec. 2011. *Acessível e* <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-75992011000200007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em março de 2013.
- CASTRO, Edna. **Terras de preto entre igarapés e rios**. In: **Anais do II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba/SP, maio de 2004. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/edna_castro.pdf
- CHOAY, Françoise . **A alegoria do Patrimônio** . São Paulo: Estação iberdade/Editora UNESP, 2001.
- _____. **O Urbanismo: Utopias e Realidades – Uma Antologia** . São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- CIAM . **Carta de Atenas - 1933** . disponível em: <http://www.iphan.gov.br/cartas/atenas33.htm>. Acesso em 1 de agosto de 2004.
- COELHO NETO, José Teixeira . **O que é ação cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988 (Coleção Primeiros Passos, nº 216).
- COSTA, Renato Pinheiro da. **Diocese de Abaetetuba: revendo os fatos para reconstruir a história**. 1998. 52 f. Monografia apresentada ao curso Filosófico-Teológico do IPAR (Instituto de Pastoral Regional).
- CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém, Universidade Federal do Pará, 1963.
- DE CASTRO OLIVEIRA, Domingos Sávio. **O vocabulário ornamental de Antônio José Landi: um álbum de desenhos para o Grão Pará**. 2011. 3v., 394f. Dissertação (mestrado em Artes). Belém: UFPA, 2011.
- _____. **Capela Pombo, Belém PA: interpretação e perspectivas**. Belém: UFPA, 2008
- _____. **Capela Pombo, Belém PA: interpretação e perspectivas**. Arquitectos, São Paulo, 10.109, Vitruvius, jun 2009
- DIOCESE DE ABAETETUBA – PARÓQUIA DE SÃO JOAQUIM. **História da Paróquia de Bujaru**. Documento digital, 46 páginas, 2012.
- DPHAC/SECULT. **Levantamento preliminar do Patrimônio Cultural do município do Acará** - 2009 (Relatório Técnico nº 033/09)
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.
- FERREIRA, Jerusa Pires . **Armadilhas da Memória e outros ensaios** . Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2003.
- GEERTZ, Cliford. **A interpretação das Culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1973.



- GLEIZE, Philippe; NAPPI, Sérgio; SILVA, Daniele Antunes. **Caracterização de revestimentos de argamassa do Palácio Cruz e Souza de Florianópolis/SC**. In: III Simpósio Brasileiro de Tecnologia das Argamassas. Vitória/ES: UFES/PPGEC, abril de 1999, p. 645-659.
- GOMES, Flavio dos Santos. **Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial**. In: **Revista USP**, São Paulo (28): 40-55, dezembro/fevereiro 1995/1996. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/28/03-gomes.pdf>. Acesso em fevereiro de 2013.
- GOVONI, Ilário. **Malagrida no Grão Pará**. Belém: Gráfica Amazônia, 2009.
- GUELMAN, Leonardo Caravana. **A escritura do sertão: construção e derivas da imagem-sertão em obras-paradigmas da sertanidade**, 2011. 216f. Tese (doutorado em Literatura Comparada). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011. Disponível em http://www.btdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/23/TDE-2011-08-31T140723Z-3072/Publico/Leonardo%20Guelman2011.pdf. Acesso em fevereiro de 2013
- ICOMOS . **Carta de Veneza - 1964** . Veneza: II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, maio de 1964. disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/veneza-64.htm>. Acesso em 1 de agosto de 2004.
- _____. **Declaração do México - 1982** . Cidade do México: Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, 1982. disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/mexico-86.htm>. Acesso em 1 de agosto de 2004.
- IPHAN . **Carta de Petrópolis - 1987** . Petrópolis: 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, 1987. disponível em: <http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/petropolis-87.htm>, em 1 de setembro de 2011.
- ITERPA; APEP. **Coleção Iterpa Sesmarias: 1721-1824**. Belém: Governo do Estado do Pará, 2010. (1 CD-Rom contendo livros)
- LE CORBUSIER, Charles-Edouard Jeanneret dito. **Planejamento Urbano** . São Paulo: Perspectiva, 1984.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990.
- LOPES, Paulo Roberto do Canto; CANTO, Otávio do (org.). **Novas abordagens em arqueologia preventiva: sítios arqueológicos Bittencourt, Alunorte e Jambuaçu**. Belém: MPEG; Vale, 2009.
- LUSTOSA, Antonio de Almeida. **No estuário amazônico: à margem da visita pastoral**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- MAGALHÃES DE GANDAVO, Pero de. **História da Província de Sa(n)cta Cruz a qui' vulgarmente chamamos Brasil**, Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576. Disponível em <http://purl.pt/121>, em março de 2011.



- MARQUES, F. L. T. . **Modelo da agroindústria canavieira colonial no estuário amazônico: estudo arqueológico de engenhos dos séculos XVIII e XIX.** Tese de doutorado em História. 193 páginas. Porto Alegre, PUC - RS, 2004
- _____. **O Índigena em Engenhos Coloniais no Estuário Amazônico: uma abordagem arqueológica.** In: II Seminário de História do Açúcar: trabalho, população e cotidiano, 2007, Itu. II Seminário de História do Açúcar: trabalho, população e cotidiano. Itu, 2007. v. 1.
- _____. **Engenhos dos jesuítas no estuário amazônico.** In: XI Jornadas Jesuíticas, 2006, Porto Alegre. Resumos, 2006.
- MARQUES, F. L. T.; CUNHA, Ana Paula Macedo . **Empreendimentos Jesuíticos no Estuário Amazônico: Potencial Histórico e Arqueológico da Fazenda Jaguarari e do Engenho Real Ibirajuba.** In: XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005, Campo Grande. Resumos do XIII Congresso da SAB. Campo Grande, 2005.
- MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará.** Belém: Grafisa, 1976
- MELO JR., Donato. **Iconografia de Belém do Grão Pará: Plantas do Século XVIII.** Belém: Grafisa, 1970
- MELO, Iaci Iara Cordovil de. **Imaginária em colégios, fazendas e missões jesuíticas no nordeste paraense.** UFMG/EBA, Belo Horizonte, 2012 (dissertação de mestrado).
- MENDONÇA, Isabel M. Godinho. **António José Landi (1713/1791) – Um artista entre dois continentes.** Fundação Calouste Gulbenkian – Portugal, 2003
- MERRELL, Floyd. **Iúri Lótman, C. S. Peirce e semiótica cultural.** In **Galáxia** (revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica), v.3, nº 5. PUC-SP: São Paulo, abril de 2003 (p.163 a 185).
- NAJJAR, Rosana. **Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas).** In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 71-91, jan.-abr. 2011.
- NASCIMENTO, Claudia Helena Campos. **Igreja de Santana do Bujaru: pesquisa a partir de índices.** Belém: UFPA, 2010, 9p.. In: Anais do V Fórum de Pesquisa em Arte. Belém: Instituto de Ciências da Arte/UFPA, 2010.
- _____. **Iconografia do Rio Guamá: à margem de Belém,** In. Anais do 2º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte/MG: UFMG, 2011.
- _____. **O Lugar do patrimônio cultural contemporâneo: conceito e realidade a partir de uma visão amazônica,** In. 2ª Conferência doo Desenvolvimento – II CODE/IPEA, 2011; Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos IPEA e Associações de Pós-graduação em Ciências Humanas. Brasília: IPEA, 2011.



- _____. **Santana do Bujaru: lugar e identidade**, In: Anais do I Congresso Pan-Amazônico da Região Norte de História Oral – História do Tempo Presente & Oralidades na Amazônia – I APHORAL. Belém: UFPA, 2012.
- NASCIMENTO, Claudia Helena Campos; MIRANDA, Cybelle Salvador & MARQUES, Fernando Luis Tavares. **Santana do Bujaru: lugar de memória ou não lugar?**, In: XI Encontro de Teoria e História da Arquitetura. PUC/RS: Porto Alegre, 2011.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP** - nº 10. São Paulo: EDUC, 1993, p.7-28 (tradução Yara Aun Khoury).
- NUNES, Verônica Maria Meneses. **Glossário de termos sobre religiosidade**. Aracaju: Tribunal de Justiça; Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe, 2008.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça. **Tecnologia da conservação e da restauração: roteiros de estudos**. Salvador: MAU/UFBA/PUD/UNESCO, 1995.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista! Discurso do confronto: velho e o novo mundo**. São Paulo: Cortez / Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- ORSER JR, Charles E.. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.
- PARÓQUIA DE BUJARU. **Livro de tombo da Paróquia de Bujaru**. (1943-...). 100 f.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. **O Olhar Estrangeiro**. In: NOVAES, A. (org.). **O olhar**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 361-363.
- PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém - Estudo de Geografia Urbana** vol. 1. Coleção Amazônica - Belém, 1968;
- PEREIRA, Vasco; MARTINS, João Guerra. **Materiais e técnicas tradicionais de construção**. Série Reabilitação, 1ª edição. Portugal: UFP, 2005. (versão digital da monografia de PEREIRA)
- PORTUGAL. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. **Amazônia Felsínea: António José Landi: itinerário artístico e científico de um arquitecto**. Lisboa, 1999
- PRAT, Fr. André . **Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil (Séculos XVII e XVIII)**. Recife, 1941.
- REIS FILHO. Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. 1 ed. São Paulo: EDUSO/Imprensa Oficial, 2000.
- RIEGL, Alois. **O Culto dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

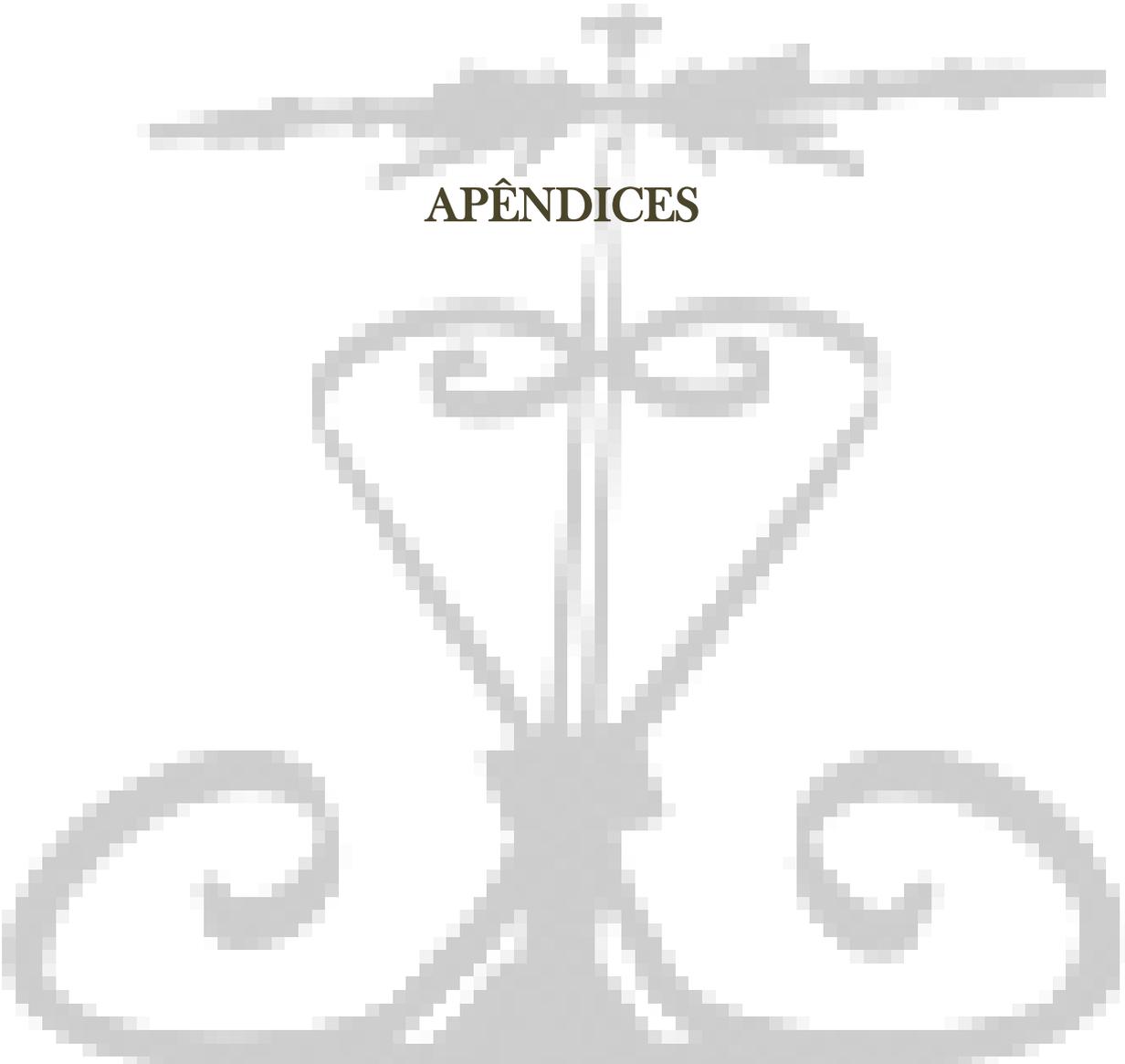


- RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. **Traços de Antônio Landi (1713 / 1791) nas paróquias da Amazônia: estudo imagético, tipológico e estilístico de igrejas da Mesorregião do Nordeste Paraense.** Belém: UFPA, 2008.
- SANTIN, Wilmar Fr.. **Missões Carmelitas nos rios Negro e Solimões.** 2011 (documento digital; 19 pp.). Disponível em http://www.4shared.com/document/Oe17rS53/MISSOES_CARMELITAS_NOS_RIOS_NE.html, em janeiro de 2012.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **Nação e história: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX.** Revista de História nº144 . p.151-180. RHBN: Rio de Janeiro, 2001. (arquivo digital)
- SANTOS, Paulo F. **O Barroco e o Jesuítico na arquitetura do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1951.
- SCHWEBEL, Joan Andre. **Coleção das Perspectivas das Aldeias, Notáveis Lugares e Pessoas que estão Representadas no Mapa Elaborado pelos Engenheiros Durante Sua Expedição que começou a Partir da Cidade do Pará até a Aldeia de Mariua sobre o rio Negro.** 1756 [iconografia pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional] disponível em www.wdl.org, acesso em dezembro de 2010.
- SEIDL, Carlos; PAIVA, Octaviano José de. **Almanach administrativo, mercantil, industrial e noticioso da Província do Pará para o ano de 1869.** São Luiz/MA: b. DE Mattos, Typ/Carlos Seidl & C.^a editores. Disponível em <http://international.loc.gov/service/gdc/scd0001/2009/20090811181ad/20090811181ad.pdf>, Acessado em janeiro de 2013.
- SOARES, Roberto de La Rocque. **Vivendas Rurais do Pará: rocinhas e outras (do século XIX ao XX).** Fundação Cultural do Município de Belém: Belém, 1996
- STEINEN, Karl Von den. **O Brasil Central. Expedição em 1884 para exploração do Rio Xingu,** volume 3 [tradução Catarina Baratz Canabrava], 1942. Companhia Editora Nacional. Disponível em <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/autores/151/Karl-Von-den>, em abril de 2012.
- TAVARES, Maria Goretti.da Costa. **A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação dos municípios.** Revista ACTA Geográfica. Universidade Federal de Roraima, Instituto de Geociências (IGeo/UFRR).
- TEIXEIRA, Dante Martins. **A "América" de Jodocus Hondius (1563-1612): um estudo das fontes iconográficas.** Revista do IEB, nº 46, p. 81-122, fev. 2008. (documento digital)
- UGARTE, Auxiliomar Silva. **Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI.** In: PRIORE, Mary del & GOMES, Flavio dos Santos (org.). **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias.** Rio de Janeiro: Campus, 2003, pp. 3-31.
- VÁRIOS. **Meandros da História.** Belém: UNAMAZ, 2006



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



APÊNDICES



APÊNDICE A

NASCIMENTO, Claudia Helena Campos Nascimento. ***Iconografia do Rio Guamá: à margem de Belém***, In. Anais do 2º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte/MG: UFMG, 2011. 19 p.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

1



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

2



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

3



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

4



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

5



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

7



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

8



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

10



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



APÊNDICE B

NASCIMENTO, Claudia Helena Campos. ***O Lugar do patrimônio cultural contemporâneo: conceito e realidade a partir de uma visão amazônica***, In. 2ª Conferência do Desenvolvimento – II CODE/IPEA, 2011; Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos IPEA e Associações de Pós-graduação em Ciências Humanas. Brasília: IPEA, 2011. 19 p.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

1



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

2



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

3



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

4



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

5



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

6



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

7



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

10



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



APÊNDICE C

NASCIMENTO, Claudia Helena Campos; MIRANDA, Cybelle Salvador & MARQUES, Fernando Luis Tavares. ***Santana do Bujaru: lugar de memória ou não lugar?***, In: XI Encontro de Teoria e História da Arquitetura. PUC/RS: Porto Alegre, 2011. 9 p.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

1



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

2



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

3



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

4



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

5



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

7



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



APÊNDICE D

NASCIMENTO, Claudia Helena Campos. ***Igreja de Santana do Bujaru: pesquisa a partir de índices***. Belém: UFPA, 2010, 9p.. In: Anais do V Fórum de Pesquisa em Arte. Belém: Instituto de Ciências da Arte/UFPA, 2010. 14 p,



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

1



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

2



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

3



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

4



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

5



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

7



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

8



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

10



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

12



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



APÊNDICE E

NASCIMENTO, Claudia Helena Campos. ***Santana do Bujaru: lugar e identidade***, In. Anais do I Congresso Pan-Amazônico da Região Norte de História Oral – História do Tempo Presente & Oralidades na Amazônia – I APHORAL. Belém: UFPA, 2012. 17 p.



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

1



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

2



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

3



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

4



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

5



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

7



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

8



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

10



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas



ANEXOS



ANEXO 2 - Títulos de terras nos séculos XVIII e XIX, no Rio Bujaru

ANO	SESMEIRO	FONTES			OBSERVAÇÕES
		LTP	AV3	CIS	
1724	Bernardo de Almeida [Almeyda e] Moraes				Concessão de terras no Igarapé Bujaru (Boujara) em 19 de julho de 1724, "duas léguas de cumprido e uma de largo no rio Guajará pelo igarapé Boujara". Genro de João Paes do Amaral e da viúva Francisca de Mattos. "... começando das testadas da terra da dita sua sogra, ficando pela parte do Mar demarcados com o dito igarapé..." (p141 e 141V) Confirmação de terras, em 21 de março de 1725.
1725	Bernardo de Almeida [Almeyda e] Moraes				
1728	José [Jozeph] Martins				Concessão de terras no rio Bujaru em 13 de outubro de 1728, "indo por ele acima a mão direita começando do igarapé ou riacho chamado Curuparie, outra légua mais da parte esquerda, de frente a outra em cada parte do rio."
	José [Jozeph] Martins				Confirmação de terras, em 21 de março de 1725.
	Manoel Martins de Távora				Concessão de terras no Igarapé Bujaru em 6 de outubro de 1728
1729	Manoel Esteves da Costa				Concessão de terras no rio Bujaru, em 13 de setembro de 1729
1732	José Rodrigues Alves				Concessão de terras no igarapé Bujaru, rio Guajará
1734	José Rodrigues Alves				Confirmação de terras, em 3 de abril de 1734.
1737	Carlos Varjão Rolim				Concessão de terras no Igarapé Bujaru em 17 de outubro de 1737, "duas léguas de terra em frente, e uma de largo n no igarapé Bujaru principiando dos Marcoz do Capitão Bernardo de Almeida e Moraes para cima até os Marcos de Jozé Martins."
1738	Carlos Varjão Rolim				Sargento-Mor, Engenheiro das Fortificações Confirmação de terras no Igarapé Bujaru em 21 de abril de 1738
1753	Nicolau [Nicolao] da Costa Tavares				Concessão de terras no rio Bujaru [Boujara], em 17 de julho de 1753, "sobras de terra que entre os marcos dos Religiosos de Nossa Senhora do Carmo e M ^{el} Alvz' Tavora, com um quarto de légua de frente, e meia légua de fundo" "no Rio Boujara, indo por ele acima a mão direita se achavam umas sobras de terra os marcos dos Religiosos de Nossa Senhora do Carmo e aos de e M ^{el} Alvz' Tavora, as atuais sobras me pedia fosse conceder-lhe em nome de Sua Magestade, por Data e Sesmaria as quais se acham entre uns e outros marcos referidos..." (Liv. 14 Doc. 155 FI 112v) *Mendonça Furtado



ANO	SESMEIRO	FONTES			OBSERVAÇÕES
		LTP	AV3	CIS	
1773	Bernardo Antonio Borralho				Concessão de terras no rio Bujaru, em 19 de outubro de 1773, "duas léguas de terra nas cabeceiras do rio Bujaru, uma légua de terra por cada banda dele, principiando a demarcação dos marcos das terras do Sargento Mor Carlos Varjão Rolim que também as possui de um e do outro lado do mesmo rio".
1792	Manoel José da Silva Teles [M ^{el} Jozé da S ^a Telles]				Concessão de terras no rio Bujaru, em 8 de junho de 1792, "um quarto de terras no Rio Bujaru, com uma légua de fundo indo pelo Rio Bujaru a mão esquerda, principiando do Igarapé chamado Dona Puca, até uma ponta de terra firme do lado do sítio Castanhanduba". "o Alferes Manoel José da Silva me representou que ele não tinha terras próprias precisas, para cultivar suas lavouras tendo possibilidade de escravaturas para o fazer, e como o rio Bujaru se acham terras devolutas; me pedia lhe fizesse mercê conceder no mesmo rio um quarto de terras, com uma légua de fundo, indo pelo rio acima a mão esquerda, principiando do Igarapé chamado Dona Puca, até uma ponta de terra firme, pegado ao Sítio Castanhanduba pertencente a família dos Varjoens [Varjão]"
1796	José Manoel Seabra (A)				Concessão de terras no rio Bujaru, em 11 de agosto de 1796, "três quartos de légua de terras de frente com uma de fundo do Rio Bujaru acima entre as terras de Narcizo Joze d'Amorim, e do Capitão Francisco Ferreira de Abreu". "no Rio Bujaru em traindo por elle acima a Mao segunda entre terras de Narcizo Joze d'Amorim, e do falecido Capitão Francisco Ferreira de Abreu cujas terras comprara o pai do suplicante um quarto a Thomé Paes do Amaral, outro a Nicolau da Costa Tavares, e outro a Narcizo Gomes d'Amaral, tendo sido estes já falecidos possuidores por outras compras anteriores, e heranças e que havendo todas estas possessões entrando a do suplicante mais de vinte anos, e não tem memória alguma de Carta de Data porque se concedesse ao primeiro possuidor me pedia que lhe fizesse mercê para seu legitimo titulo..." (p.170v)
1797	José Manoel Seabra (B)				Concessão de terras no rio Bujaru, em 8 de março de 1797,
1797	José Manoel Seabra (C)				Concessão de terras no rio Bujaru, em 9 de março de 1797, "ele não tinha suficientes terras para a sua cultura aplicar um avultado número de escravos que possui, e que no rio Bujaru, subindo por ele margem esquerda nos fundos das terras de Narcizo Joze d'Amorins, de Caetano Rufino Seabra, e do Capitão Francisco Pereira d'Abreu se achava



ANO	SESMEIRO	FONTES			OBSERVAÇÕES
		LTP	AV3	CIS	
					devoluta uma sorte de terras com uma légua e meia de frente, e uma de fundo pouco mais ou menos cujas terras também correspondem aos fundos das que possui o suplicante no mesmo rio, e com os de Alexandre Soares no rio Guajarará"
1798	Custódia [Costódia] Angélica da Silva				Concessão de terras no rio Bujaru, em 29 de agosto de 1798, "um quarto de léguas no Rio Bujaru, subindo por ele à margem esquerda". "Costódia Angelica da Silva, viúva de Narcizo Joze de Amorim, me representou que ela era possuidora de um quarto de légua de terras no Rio Bujaru subindo por ele a margem esquerda por compra que delas fizera seu primeiro defunto marido Manoel Esteves da Costa"
1821	Joaquim Gomes do Amaral				Concessão de terras no rio Bujaru, em 23 de outubro de 1821, "um quarto de légua de frente com meio de fundo em um riacho ramificação Rio Bujaru, denominado João Igarapé entrando por ele a mão esquerda principiando da boca de um braço a que chamam Tapera-meri até onde findar, e outro quarto do lado direito do dito João Igarapé; principiando do lugar fronteiro a boca do dito igarapé Tapera-meri, com meia légua de fundo, ficando fronteiras ambos os quartos". "as suas lavouras, por ter suficiente número de escravos, lhe faltavam terras, e porque no fim das que se achava estabelecido as haviam devolutas; pedia-lhe fizesse mercê conceder Data de Sesmaria (...) meia légua de terra de frente com meia de fundo; a saber um riacho ramificação do sobredito rio Bujaru, denominado João Igarapé - entrando por ele a mão esquerda principiando da boca de um braço a que chamam Tapera-meri, com meia légua de fundo, ficando fronteiras ambos os quartos"
1831	TERMO DIVISÓRIO				Proprietário, terras vizinhas às de Santana.

*Légua de Sesmaria: 4.356,00 hectares = 435,6 km²

LTP = Livro de Tombo da Paróquia de Bujaru

AV3 = Annaes da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará, Volume 3

SAI = Coleção ITERPA Sesmarias: 1721 – 1824



ANEXO 3 - "Lista das igrejas parochiaes, freguezias e povoações desta Capitania do Grão Pará e das pessoas maiores e menores, q respectivamente tem,segundo os Róes de Confessados do prez.te anno de 1765


M. MAIORES
M. MENORES
T. TOTA

Lista das Igrejas Parochiaes, Freguezias e Povoações desta Capitania do Grão Pará, e das Pessoas Maiores, e Menores q respectivamente tem, segundo os Róes de Confessados do prez.te anno de 1765

Parochia da Immaculada			3778
Parochia de N. Sra. do Rozario da Campesina	3200	200	4400
S. Domingos da Boa Vista	670	42	712
S. Miguel da Cachaera do Guama	680	82	762
N. Sra. da Piedade do Rio Urucury			306
Santa Cruz do Rio Capim	155	7	162
S. Bento do mesmo Rio	63	30	93
Santa Cruz do Bujuaru			202
S. José do Rio Acaua			562
Espirito Santo do Rio Alajoi	204	4	208
Santa Cruz da Igaraapé Alterira	108		108
N. Sra. da Conceição do Rio Alibau	404	42	446
Santa Cruz de Vila Negra do Canaui	4480	354	4834
N. Sra. de Fátima da Vigia	1143	127	1270
S. Miguel da Villa de Coimbra	688	134	822
Villa de Collares	243	25	268
N. Sra. do Rozario de Villanova d. Al. P. y	404	12	416
S. Miguel da Villa de Pujá	457	62	519
S. João Baptista da Villa Nova do Conde	317	60	377
S. Francisco da Villa de Alencaris	320	40	360
O. Mariae Jesus da Villa de Lour	242	24	266
N. Sra. do Rozario da Villa de Monforte	364	400	764
N. Sra. do Lencois da Villa de Albuquerque	426	70	496
Santa Antonia do Curupá	342	40	382
S. Miguel da Villa de Melgao	804	462	1266
S. Pedro de Foz de Alva	303	82	385
S. João Baptista da Villa de Vitor	304	30	334
S. João Baptista da Villa de Bombal	304	28	332
Villa de Souzel	358	258	616
S. José da Villa de Macapa	534	248	782
N. Sra. da Conceição da Villa de Alencaris	637	15	652
N. Sra. do Rozario da Villa de Trizoyelo	245	44	289
			<u>25323</u>





IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

	Maior.	Menor.	Total
<i>Dem da lauda attas</i>			25323
N. Sra. da Conceição da Vila de Espinheira	146	38	184
Santos Antonio da Vila de Chaves	262	25	287
S. Francisco de Moura Alegre	343	30	373
Villa de Alvarim	525	44	569
N. Sra. da Santa de Alentejo da Enca	205	40	245
N. Sra. da Conceição de Villa Franca	605	84	689
Santos Agnatio de Espinheira	160	34	194
S. José da Vila de Pinhel	488	20	508
Santos Antonio da Vila de Alentejo	200	20	220
Villa de Odeia	325	73	398
Capitão S. João do Rio Juana			504
Villa de Juro	174	40	214
S. João Baptista da Vila de Bomgarça	580	137	717
S. Luciano do Lugar de Odeia	60	10	70
N. Sra. da Vila de São João	44	44	88
N. Sra. da Conceição de Santa Lourença	42	6	48
N. Sra. da Conceição de Santa Lourença	167	25	192
N. Sra. da Conceição do Lugar de Landeira	404	34	438
S. José do Lugar de Alentejo	150	45	195
S. Francisco de Villa	20	9	29
N. Sra. da Conceição de Santa Clara	114	65	179
Santa Clara do Alentejo	222	9	231
S. José do Lugar de Carraceda	52	26	78
Santa Cruz de Villarente do Alentejo	180	30	210
N. Sra. da Graça do Lugar de Odeia	114	36	150
Santos Antonio do Lugar de Espinheira	148	37	185
S. Joaquim do Lugar de Alentejo	406	24	430
S. João Baptista do Lugar de Alentejo	252	34	286
Villa de Alentejo	1095	167	1262
			<u>33734</u>





ANEXO 4 - Título de posse de terra da igreja de Santana do Bujaru²⁰⁵

“Título de Posse da Gloriosa Senhora S. Ana

Hilário Pedro Barroso da Silva Intendente do Conselho Municipal de São Domingos da Boa Vista.

Faço saber que tendo o Padre José Pinheiro Lobo requerido título de posse das terras que ocupa mansa e pacificamente a Senhora Sant’Ana no lugar denominado Santa Ana deste Município de São Domingos e tendo já decorrido o prazo de que trata o art. 185 do regist. de 28 de outubro de 1891 e preenchidas todas as formalidades estabelecidas pelo mesmo regulamento; para o que apresentou o mesmo requerente a seguinte declaração:

Declaração de Posse:

Nome da Posseira: a Gloriosa Santa Ana, orago da Paróquia de Bujaru.

Nome e situação do terreno: freguesia de Santa Ana ao lado direito subindo o rio Bujaru, distrito do mesmo nome e município de São Domingos da Boa Vista.

Área: oitenta braças de frente sendo sessenta braças com uma légua de fundo; dez braças com cem e dez braças com duzentos de fundos ou o que tiver até a frente do actual cimiterio [sic].

Limites: Ao lado de baixo limite pela travessa de S. José com as terras de Justo Juveniano Gomes de Mendonça e os do sítio de S. José de propriedade de D. Maria dos Anjos de Menezes Sales, ao lado de cima com o terreno de Amancio Cordeiro de Jesús e nos fundos com os terrenos do Estado;

No terreno que é ocupado pela povoação da freguesia de N. Sra. Santa Ana e onde está colocada a respectiva Igreja Matriz, existem trinta casas de moradia cobertas de telhas pertencentes a diversos habitantes do distrito, que para isso tem tido

²⁰⁵ Documento copiado do Livro Tombo da Paróquia de Bujaru, p. 44 e 44v



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

permissão dos respectivos vigários. O cemeterio está colocado nos fundos dos terrenos pertencentes a Igreja. Alguns moradores da povoação tem roçado de mandioca e outras plantações nos fundos dos terrenos.

Freguezia de Bujaru, 11 de Agosto de 1892.

Etc. etc. etc.

Copiado dia 13 de abril de 1964 por Aurelio Basso, vigário de Bujaru.”



ANEXO 5 - Composição da câmara Municipal, em 1868

Presidente:

Dr. Camillo José do Valle Guimarães

Vereadores:

Dr. Marcello Lobato de Castro

Dr. Antonio Gonçalves Nunes

Dr. João Lourenço Paes de Souza

Coronel João Augusto Corrêa

Capitão Francisco Henriques de Mattos

João Diogo Clemente Malcher

Frederico Carlos Rhossard

Capitão Antônio Carlos de Souza Trovão

Suplentes – primeira turma:

Dr. José da Gama Malcher

Padre Eutichio Pereira da Rocha

Padre Felix Vicente de Leão

Tenente-coronel Joaquim Francisco de Araujo Danin

Rodrigo da Veiga Cabral

Tenente-coronel José Evangelista de Faria Maciel

Tenente-coronel Francisco da Ponte e Souza

Raimundo José de Oliveira Pantoja

Manoel Luiz de Azevedo

Suplentes – segunda turma:

José Raimundo Alves da Cunha

Coronel José Callisto Furtado (Capim)

Dr. José Ferreira Cantão

Raimundo Luiz Coelho

Capitão Custódio Pedro de Mello Freire Barata

Dr. Augusto Thiago Pinto

Manoel Viera Pinto

Dr. Francisco Carlos Mariano Junior

Dr. Américo Marques Santa Rosa



ANEXO 6 - Composição da Assembleia Provincial, em 1868

Deputados:

Dr. Antonio Gonçalves Nunes
Tenente-coronel Antonio Pimenta de Magalhães
Dr. Antônio Manoel Gonçalves Tocantins
Dr. Antonio Joaquim Gomes do Amaral (Santarém)
Dr. Augusto Thiago Pinto
Dr. Emílio Moraes Dias
Dr. Francisco Pereira de Souza Junior
Dr. Francisco Mendes Pereira (Santarém)
Padre Felipe Santiago de Vilhena
Tenente Hildebrando Augusto Nunes Lisboa (Cametá)
Dr. Jaime Pombo Bricio
Dr. João Lourenço Paes de Souza
Padre João Simplício das Neves Pinto e Souza (Bujaru)
João Diogo Clemente Malcher
Tenente-coronel João Wanzeller de Albuquerque (Cametá)
Coronel Joaquim Cardozo de Andrade (Cametá)
Dr. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas
Dr. José Ferreira Cantão
Major José Ó de Almeida
Major José da Gama Bentes (Óbidos)
Major Caetano Ribeiro (Cametá)
Padre Luiz Gonçalves de Aragão (Vigia)
Tenente-coronel Luiz Maximino de Miranda (Santarém)
Cônego Manoel José de Siqueira Mendes
Capitão Manoel Antonio Rodrigues
Manoel Roque Jorge Ribeiro
Dr. Marcos Antônio Rodrigues de Souza (Óbidos)
Dr. Raimundo Clementino Castro Valente
Tenente-coronel Raimundo Pereira Lima (Igarapé Miri)



ANEXO 7- Principais nomes de Bujaru, em 1868

Guajará-açu (14º distrito)

Subdelegacia de polícia: Raimundo Pinto Teixeira (subdelegado), José Antônio Rodrigues Carvalho, Maximiliano Augusto Rodrigues Carvalho, Joaquim Porfírio da Costa, Manoel José Cardoso Bahia (suplentes, mais duas vagas de suplência)

Juizes de Paz: Valentim José Ferreira, José Ferreira de Souza, João Gregório de Sena, Manoel Pedro Marques. Suplentes: Raimundo Pinto Teixeira, José Antonio Rodrigues de Carvalho, Manoel José Cardozo Bahia; Bernardino Thomaz da Conceição

Coletor das rendas provinciais: João Gregório de Sena. Escrivão: vago

Fiscal da Câmara: João Gregório de Sena.

Sant'Anna de Bujaru (16º distrito)

Subdelegacia de polícia: Antônio Carlos de Souza Trovão (subdelegado), Tito Rodrigues Pereira Pinto, Pedro Joaquim do Amaral, Raimundo Nonnato Albernaz, Roque Lopes de Oliveira, José Agapito de Santa Anna, João da Cruz de Christo Reis (suplentes)

Juizes de Paz: Pedro Joaquim do Amaral, Roque Lopes de Oliveira, José Agapito de Santa Anna, Raimundo Nonnato Albernaz. Suplentes: João Manoel de Menezes, Francisco Antônio de Salles, Joaquim Manoel de Oliveira, Pedro de Alcântara Butinello.

Eleitores de Paróquia

Escrivão do Subdelegado: Felipe Nery da Trindade (Rua Nova de Santa Anna)

Escrivão do Juiz de Paz: Petronilho de Souza e Oliveira (Rua da Praia)

Oficiais de Justiça: Barnabé Cordeiro de Jesus (Rio Cravo), Manoel Pedro Tavares (Rio Castanheiro), João de Deus Gonçalves (Rio Bujaru)



Guarda Nacional:

Batalhão de Infantaria nº 36

Estado-maior:

Tenente-coronel João Manoel de Menezes

Tenente quartel-mestre Francisco Antônio de Salles

Alferes secretário (vago)

Alferes porta-bandeira – José Raimundo Alves da Cunha Sobrinho

Primeira companhia

Capitão Eleutério Maximiano Ferreira

Tenente Manoel Thomé Monteiro

Alferes Angélico Marques d'Oliveira

Segunda companhia

Capitão Avelino Pedro Marques

Tenente João da Fonseca Freitas

Alferes Caetano Antonio Terra

Terceira companhia

Capitão Antonio Carlos de Souza Trovão

Tenente João Capistrano Gomes do Amaral

Alferes Tito Rodrigues Pereira Pinto

Quarta companhia

Capitão Damaso José Mendes

Tenente Manoel Maria da Encarnação

Alferes Roque Lopes de Oliveira

Oficiais agregados

Capitão Pedro Alexandrino Alves da Cunha

Tenente Aniceto Raimundo Alves da Cunha

Vigário colado: Pe João Simplício das Neves Pinto e Souza

Escrivão da Vara Eclesiástica: Felipe Nery da Trindade

Sacristão: Gregório Taumaturgo da Trindade e Souza

Empregados públicos

Coletor das rendas gerais: José Agapito de Sant'Anna (Santa Cruz)



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

Coletor de rendas provinciais: Bernardo Antônio de Salles (San'José)

Escrivão da Coletoria Geral e Provincial: Felipe Nery da Trindade

Delegado da instrução pública: Tito Rodrigues Pereira Pinto (Curuçá)

Suplente: Pedro Joaquim do Amaral (São Bento)

Professor público de primeiras letras: Padre João Simplício das Neves Pinto e Souza

Ajudante: Gregório Taumaturgo da Trindade e Souza

Substituto: Felipe Nery da Trindade

Fiscal: Francisco Antônio de Salles

Comércio:

Lojas de secos, molhados e fazendas

João Dionísio de Morgado

João de Oliveira Lima

Jeronimo Pares Fernandes da Silva

Manoel Maria de Santa Anna

Marcelino Nunes da Vera Cruz & Irmão

Rocque Lopes de Oliveira

João Paes Fernandes da Silva

José Agapito de Santa Anna

Rofino Augusto de Menezes

João Sardo

Indústria, artes e ofícios

Alfaiates

Petronilho de Souza

Calafates

Manoel Antonio da Silva

Pedro Francisco

Carpinteiros

Elizeu Antonio Gouvêa

Manoel João Ribeiro

Benedito Antonio de Jesus

Manoel Antonio Marcos



Manoel Gayo

Jesuíno Antonio de Jesus

Ferreiro

João Loubet

Marceneiros

João dos Santos

Pedro Horácio dos Santos Fontes

Luiz José da Costa

Ourives

Gabriel Loubet

Agricultura

Fazendeiros de farinha, arroz, algodão e outros gêneros

Antonio Raimundo Alves da Cunha (Arumanduba)

Antonio Pedro Feio (Ribanceira)

Antonio Carlos Souza Trovão (San' Judas)

Antonio Pires Pampulha (Ribanceira)

Bernardo Antonio de Salles (San' José)

Herculano Raimundo Alves da Cunha (Taiuara)

João Manoel de Menezes (Bujaru)

José Gregório de Santa Anna (Cravo)

José Lopes da Silva Carvalho (Piedade)

José Pedro Barbosa (San' José do Retiro)

Manoel Maria da Encarnação (Mucaincaua)

Manoel Joaquim Lopes da Silva Gomes (Santa Anna)

Manoel Gonçalves dos Reis (Conceição)

Manoel Felizardo (Nazaré)

Narciso Aristides Gomes de Mendonça (Nazaré)

Pedro Alexandrino Alves da Cunha

Raimundo Nonato Albernaz (Cravo)

Tito Rodrigues Pereira Pinto (Curuçá)



ANEXO 8- Religiosos em Santana e Bujaru

- 1831 – Padre José Gonçalves Chaves; Vigário. – Veja-se “Termo divisório”
- 1847 – 1975 [sic] - Padre João Simplicio das Neves Pinto e Souza, Vigário Colado.
- 1876 – 1877 – Padre Odorico Mendes da Silva (de 16 de março de 1876 a 14 de dezembro de 1877)
- 1878 – 1882 – Padre João Simplicio das Neves Pinto e Souza
- 1882 – 1882 – Padre Romulado Gonçalves de Azevedo, Vigário de Inhangapi.
- 1882 – Padre Manoel Angelo Tavares Bastos, Vigário de S. Domingos da Boa Vista
- 1883 – 1889 - Padre João Simplicio das Neves Pinto e Souza
- 1889 – Padres José Pinheiro Lobo e Anzoloni, vieram juntos.
- 1889 – 1900 – Padre José Pinheiro Lobo, Vigário
- 1901 – Padre Julião Joaquim de Abreu
- 1903 – 1905 – Padre Angelico Pereira de Araujo
- 1906 – 1907 – Padre Antonio Calado Muniz de Almeida
- 1908 – Padre Estevam da Costa Teixeira
- 1909 – Conego Dr. José de Andrade Pinheiro
- 1910 – P^e. Fr. Manoel Navasenés da Conceição, A.R. (Agostiniano Recoleta)
- 1910 – P. Manoel Rodrigues Cirne
- 1911 – Cônego Ricardo Felipe de Rocha
- 1912 – Padre João Coutinho
- 1913 – Cônego Estevam da Costa Teixeira
- 1913 – Padre João Coutinho
- 1914 – Conego Dr. José de Andrade Pinheiro
- 1915 – Padre Celso Monteiro
- 1917 – Padre Enéas Lima
- 1917 – Padre João Batista Moucourrer [?]
- 1917 – Padre João Coutinho
- 1918 – Mons. Dr. Mancio Caetano Ribeiro
- 1924 – Conego Antonio Lobato
- 1924 – Padre Miguel Inácio da Silva
- 1924 – Padre Emílio Martins



- 1924 – Padre Eneas Soares de Jesus Lima
- 1925 – Conego Antonio Lobato
- 1927 – Padre Antonio Duarte Nunes
- 1929 – P^e. Fr. Manoel Sanjurjo do Menino Jesus, A. R.
- 1930 – P^e. Fr. Tomas Martinele do Carmo, Agostiniano Recoleta
- 1931 – P^e. Angelo Cerri, Salesiano.
- 1932 – Padre Sebastião Menezes
- 1933 – Padre Tiago Von-Ryn, Lazarista
- 1934 – Padre Luis Gussenhoven, Lazarista
- 1934 – Padre Antonio Gomes de Brito
- 1935 – Padres Emilio Martinez e Fr. José Alvares do Perpétuo. Socorro., A. R.,
acompanhando D. Antonio de Almeida Lustosa na Visita Pastoral
- 1936 – Fr. José Alvares do P. Socorro, A. R. para a Festa de S. Sebastião.
- 1936 – Fr. José Garro da Conceição, A. R.
- 1936 – 1937 – Fr. José Alvares do P. Socorro, A. R., como Vigário, varias vezes.
- 1938 – Fr. José Soares do Sto. Coração de Jesús, A. R., como Vigário, várias vezes.
- 1938 – P. Fr. Luiz Atienza do Carmo, A. R., como Vigário.
- 1939 – P. Eurico Franke.
- 1939 – Padre Cornelio Verman, Lazarista
- 1939 – P^e. José Gumercindo Santos, Salesiano, na 2^a Visita Pastoral de D. Lustosa
- 1940 – Padre Antonio Gomes de Brito, Salesiano, várias vezes, como Vigário.
- 1941 – Fr. José Alvares do P. Socorro, A. R., duas vezes.
- 1942 – Fr. José Alvares do P. Socorro, A. R., encarregado da paróquia.
- Até 1948 – Fr. José Alvares do P. Socorro, A. R.
- 1947 – 1948 – Conego José Maria Lago da Costa
- 1947 e 1949 – Padre Carlos Borromeu Ebner, CPPS (Congregação dos Missionários
Preciosíssimo Sangue)
- 1948 e 1949 – Frei Agostinho de Fortaleza, OMC (Ordem Missionaria dos
Capuchinhos)
- 1948 e 1949, 1952 – Padre Emílio Martins
- 1950 – 1951 – Padre Casemiro Kocher, CPPS
- 1951 – Padre Julio Muller, CPPS



- 1951 – Frei Manoel Alvarez, ORSA (Ordem dos Recoletos de Santo Agostinho –
Ordem dos Agostinianos Recoletos)
- 1951 – 1952 – Padre Nelson Soares
- 1952 – Frei João Francisco, OMC
- 1952 – Frei Faustino Legarda, ORSA
- 1952 – Frei Jesus Echeverria, ORSA
- 1952 – Padre Andre Bleeker, OSC (Ordem das Irmãs Clarissas Capuchinhas –
Ordem de Santa Clara)
- 1952 – Padre Hilario de Jorg, OSC
- 1952 – Frei Aristides, OMC
- 1952 – Frei João Perez, ORSA
- 1952 – Padre Carlos Borromeu Ebner, CPPS
- 1952 – 1957 – Fr. João Francisco, coadjutor, Capuchinho > responsável pela
construção da matriz de São Joaquim
Cônego Manoel Neto
Conego José Maria
- 1961 – Prelazia de Abaeté do Tocantins < decretada em 18 de novembro de 1962
- 1961 – Pe Mario Lanciotti, Pe Leone Acelio, Padre Augusto Cardim e Pe Tarcísio
Jacelinello, Xaverianos
- 1962 – 1963 – Padre Augusto Cardin
- (?) – Padre Felipe Rotta Martir
- 1999 – Chegada das Irmãs Franciscanas do Preciosíssimo Sangue Rosina, Graça e
Ires
Padre José Ramos Mercês
Padre Antônio
Padre [ilegível]
Padre Rinaldo Silva
- 2010 – Padre Adamor Lima
- Padres colaboradores: Padre Mateus Antonello, Padre Afolfo, Padre Zezinho, Padre
Marclei, Diácono Francisco Souza



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

ANEXO 9 – Levantamento arquitetônico



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

Prancha 1



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

Prancha 2



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

Prancha 3



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

Prancha 4



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

Prancha 5



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

Prancha 6



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

Prancha 7



ANEXO 10 – Santoral carmelita

Extraído de http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_do_Carmo

Janeiro

- 3 - Beato Ciríaco Elias Chavara
- 8 - São Pedro Tomás
- 9 - Santo André Corsini
- 27 - Santo Henrique de Ossó e Cervelló
- 29 - Beata Arcangela Giralani

Abril

- 17 - Beato Battista Spagnoli
- 18 - Beata Maria da Encarnação
- 23 - Beata Teresa Maria da Cruz

Maio

- 5 - Santo Ângelo da Sicília
- 8 - Beato Aluísio Rabatá
- 9 - São Jorge Preca
- 16 - São Simão Stock
- 22 - Santa Joaquina de Vedruna
- 25 - Santa Maria Madalena de Pazzi

Junho

- 07 - Beata Ana de São Bartolomeu
- 12 - Beato Hilário Januszewski
- 12 - Beato Afonso Maria Mazurek
- 14 - Santo Eliseu

Julho

- 9 - Beata Giovanna Scopelli
- 13 - Santa Teresa de Jesus dos Andes
- 16 - Nossa Senhora do Carmo
- 17 - Beata Teresa de Santo Agostinho e companheiras
- 20 - Santo Elias
- 24 - Beato João Soreth
- 24 - Beatas Maria Pilar, Teresa e Maria dos Anjos (Mártires de Guadalajara)
- 27 - Beato Titus Brandsma

Agosto

- 7 - Santo Alberto da Sicília
- 9 - Santa Teresa Benedita da Cruz (Edith Stein)
- 12 - Beato Isidoro Bakanja
- 16 - Beata Maria do Sacrário
- 17 - Beato Ângelo Agostinho Mazzinghi
- 18 - Beatos João Batista Duvernail, Miguel Luis Brulard e Tiago Gagnoy



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

25 - Beata Maria de Jesus Crucificado

26 - Beato Jacques Retouret

Setembro

1 - Santa Teresa Margarida Redi

12 - Beata Maria de Jesus

17 - Santo Alberto, Patriarca de Jerusalém

Outubro

1 - Santa Teresinha do Menino Jesus e da Santa Face

15 - Santa Teresa de Jesus

Novembro

5 - Beata Francisca de Ambósia

6 - São Nuno de Santa Maria (Dom Nuno Álvares Pereira, o Condestável de Portugal)

6 - Beata Josefa Naval Girbés

7 - Beato Francisco de Jesus Maria José

8 - Beata Isabel da Trindade

19 - São Rafael Kalinowski

29 - Beatos Dionísio da Natividade e Redento da Cruz

Dezembro

5 - Beato Bartolomeu Fanti

11 - Santa Maria Maravilhas de Jesus

14 - São João da Cruz

16 - Beata Maria dos Anjos



ANEXO 11 - Cronologia do atual município de Bujaru

ADMINISTRATIVA	ECLESIÁSTICA	OUTROS
1621 Cria-se o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luiz		
	1624 Sesmaria a Balthazar [Fontes] Ferreira	
	1626 Chegada dos Carmelitas no Pará	
	16... Configuram-se como bens carmelitanos no Rio Guamã, de acordo com Frei André Prat: Engenhoca de Santa Tereza do Monte Alegre. Fazenda Bom Jardim ou Nossa Senhora do Monserrate e Engenho Bom Intento. Na margem oposta do rio Guamã, em frente à curva que antecede a foz do rio Bujaru, a Fazenda Pernambuco.	
	Fazenda Guaramucú (homônimo a uma ilha no rio Guamã, também chamada de ilha de Pororoca, ou Ilha de Pernambuco) possuía uma capela remodelada, com a antiga imagem de Sant'Ana . Guaramucu seria o nome da antiga fazenda sobre a qual seriam instalada a nova sede municipal, Bujaru.	
	1676 Foi constituída a Província Eclesiástica do Pará e Maranhão, desmembrando-se de Pernambuco.	
	1719 Criado o bispado do Pará, sufragâneo ao Arcebispado de Lisboa	



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

ADMINISTRATIVA	ECLESIAÍSTICA	OUTROS
	1738 Criada a freguesia de Bujaru, tendo 9.800 braças quadradas que foram doadas por um dos antigos proprietários.	
		1739 Provisão Real de 13 de abril ordena que não fossem cobrados às ordens religiosas os dízimos das produções de seus bens. Propunha-se o tombamento em nome das ordens.
	1749 Visita pastoral ao rio Bujaru pelo terceiro bispo do Pará D. Frei Miguel de Bulhões e Souza	1949 Em maio desse ano começa a circular moeda metálica em Belém.
1751 Cria-se o Estado do Grão Pará e Maranhão, com sede em Belém.		
		1754 E. A. Galluzzi produz o "Mappa dos Rios Guama, Guajará e Cayté do Estado do Grão-Pará, aonde mostra-se o Caminho novamente aberto por terra da Villa nova de Bragança para a de Ourem" (cópia no APEP datado de 1759)
	1755 O trabalho missionário, oficialmente como tal, terminou com a publicação do alvará de 7 de junho de 1755, que abolia o governo temporal dos religiosos nas aldeias. Após 1755, os carmelitas (e os outros religiosos) não são mais missionários, mas sim vigários.	



ADMINISTRATIVA	ECLESIAÍSTICA	OUTROS
<p>1758 Distrito criado com a denominação de Bujaru, subordinado a São Domingos da Boa Vista (posteriormente São Domingos do Capim), com pequeno povoado que foi elevado a freguesia. Nessa condição, entrou para a Independência</p>	<p>1758 "Mappa do Bispado do Pará" indica a divisão das paróquias. A paróquia do rio Bujaru tem como orago Sant'Anna</p>	
	<p>1761 Visita oficial de D Frei João de Jose e Queiroz à capela em Bujaru: "No tomo quinto dos referidos "Anais" vemos que no ano de 1749 fez nesse rio a Santa Visita Pastoral o terceiro Bispo do Pará D. Frei Miguel de Bulhões e Souza. E a pagina 71 do mesmo tomo quinto dia que em 1761 já havia capela em Bujaru e que nesse ano a visitou oficialmente o quarto bispo do Pará D. Frei João de José e Queiroz" (transcrição do livro tomo, p.3)</p>	
<p>1774 O Estado do Grão-Pará e Maranhão passa à condição de Capitania, como parte do Estado do Brasil, porém continua mantendo vínculos administrativos diretos com Portugal, até 1823.</p>		
	<p>1785 As imagens de Santana, N.ª. Sr.ª. da Conceição, Santo Elias e Santa Tereza são arroladas por Frei Prat como carmelitanas</p>	
	<p>1787 Visita pastoral de Dom Frei Caetano Brandão. Dom Frei Caetano Brandão registra que há uma tradição carmelitana entre o povo, que guardou devoção especial a Nossa Senhora do Carmo.</p>	



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

ADMINISTRATIVA	ECLESIAÍSTICA	OUTROS
<p>1833 Na divisão da província em termos e comarcas, ocorrida em 1833, a então freguesia De São Domingos da Boa Vista passou a integrar o município da capital, donde foi desmembrada. Os seus limites iam até o Igarapé Jurujáia, afluente esquerdo do Rio Guamã.</p>	<p>17... 18... Doação das terras por Narciso Gomes do Amaral e por José Gomes do Amaral (neto do Narciso), que passam a pertencer à paróquia, contendo uma capela de taipa sob a invocação de Nossa Senhora Sant'Ana e, "para manutenção do Capelão sessenta braças de terras de frente com os fundos competentes que depois foram aumentados" (Livro de Tombo, p.3v)</p>	
	<p>1831 Termo divisorio – definição de limites com os herdeiros do antigo doador de terras e da igreja de Sant'Anna.</p>	



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

ADMINISTRATIVA	ECLESIÁSTICA	OUTROS
	<p>1847 "No século passado os nossos bisavós construíram uma igreja de pedra e cal, com material extraído na localidade. Dita igreja é um dos mais amplos e belos templos do interior do Estado, e foi benita e inaugurada no dia 26 de julho de 1847, pelo reverendo Padre João Símplicio das Neves Pinto e Souza, de saudosa e respeitável memória, a quem o Bujaru deve o seu progresso que já teve e de cuja paróquia foi Vigário, como pequenas interrupções, até junho de 1889, quando faleceu" (transcrição do livro Tombo da paróquia, p. 3 a 4)</p> <p>João Símplicio das Neves Pinto e Souza foi professor particular e público em Bujaru (vinculado administrativamente ao Capim), além de ter sido vereador da comarca municipal de Belém e deputado a assembleia provincial, além de outras funções eclesiásticas.</p>	



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

ADMINISTRATIVA	ECLESIAÍSTICA	OUTROS
		<p>1850 Por título de 22 de abril de 1850, a paróquia de Bujaru possui 24 braças de terra firme que começam das roças de Bernardo Antônio Sales, para o rio acima, até as terras da Gloriosa Santa Ana, onde se acha a igreja matriz. Os terrenos da igreja matriz de Santana se constitui de 80 braças de frente, sendo 60 braças com uma légua de fundo; dez braças com 100 de fundos e 10 braças com 200 de fundo até a frente do cemitério. Limite de baixo na travessa São José com terras de Inocêncio Gomes de Mendonça e as do sítio São José, de Maria dos Anjos Menezes Sales; lado de cima com as de Amancio Cordeiro de Jesus e, nos fundos, com terrenos do Estado. Existe igreja e trinta casas cobertas de telhas.</p>



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

ADMINISTRATIVA	ECLESIÁSTICA	OUTROS
	<p>1869 Freguesias do interior, pertencentes ao município da Capital: 1º distrito: <u>Divisão Eclesiástica Nossa Senhora da Graça</u> (a qual estão vinculadas as freguesias) – Sé 2º distrito: <u>Divisão Eclesiástica de Sant'Anna</u> – estabelecida em 1727 3º distrito: <u>Divisão Eclesiástica Trindade</u> – criada em 1840, que por encontrar-se arruinada em 1869, funcionava neste período na igreja de N.ª Sr.ª Do Rosário da Campina. 4º distrito: <u>Divisão Eclesiástica N.ª Sr.ª De Nazaré</u> – criada por lei provincial em 1861, porém não estava instituída canonicamente à época; vinculada à Trindade. 5º distrito: <u>Nossa Senhora da Conceição de Benfica</u> 6º distrito: <u>Nossa Senhora do Ó do Mosqueiro</u> 7º distrito: <u>São Francisco Xavier de Barcarena</u> 8º distrito: <u>São Miguel de Beja e Conde</u> 9º distrito: <u>Divino Espírito Santo do Moju</u> 10 º distrito: <u>Itapecuri e Aycaraú</u> 11 º distrito: <u>São José do Acará</u> 12 º distrito: <u>Mirititanaoa</u> 13 º distrito: <u>Boa Vista</u> 14 º distrito: <u>Guajará-Açu</u> 15 º distrito: <u>São Vicente do Inhangapi</u> 16 º distrito: <u>Sant'Anna do Bujaru</u> 17 º distrito: <u>São Domingos da Boa Vista</u> 18 º distrito: <u>Santana do Capim</u></p>	<p>1869 O Padre) João Simplicio das Neves Pinto e Souza é Deputado na Assembléia Provincial, por Bujaru. O Capitão Antônio Carlos de Souza Trovão é vereador da Câmara Municipal de Belém nesta época, por Bujaru.</p>



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

ADMINISTRATIVA	ECLESIÁSTICA	OUTROS
		<p>1885 A freguesia de Bujaru possui 3 ruas, 2 travessas e 2 praças; 21 casas de telha de construção regular, 2 sobrados, 2 escolas, uma do sexo masculino, com 59 alunos, e outra do feminino, com 28 alunas, igreja matriz decente, cemitério, 2 casas de negócio no arraial da freguesia e 16 fora. Terreno fértil, plano e seco, exceto na parte compreendida pela rua e praça da frente da freguesia, que é várzea. Indústria: dois engenhos de cana movidos, um a vapor e outro a água, e uma olaria: lavoura importante; composta em grande quantidade – farinha de mandioca, arroz, milho, e em menor, feijão, tabaco, algodão, borracha, lenha, bananas, laranjas, cupuaçu, umaris, mangas, abacates, melancias e batatas doces. Comunicação com a capital por canoas e vapores, que navegam o rio Guamá, de que o Bujaru é um afluente de margem esquerda. Do distrito há também comunicação por terra para as freguesias do Capim, Acará e distrito do Guajará (Açu)</p>
		<p>1887 Portaria de 3 de outubro de 1887 jubila o professor da escola do Capim (Padre) João Simplicio das Neves Pinto e Souza</p>



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

ADMINISTRATIVA	ECLESIAÍSTICA	OUTROS
<p>1890 Com o advento da República, em 1890, a sede da antiga freguesia de São Domingos da Boa Vista foi elevada à categoria de vila por Decreto nº 236, de 09-12-1890, desmembrado de Belém. Constituído de 3 distritos: São Domingos da Boa Vista, Bujaru e Capim. Ano em que, o seu território constituiu-se em município, cuja instalação ocorreu em 25-01-1891.</p>		
<p>1905 Na "Carta do Município de Belém com a divisão judiciária" feita por João de Palma Muniz, Belém era composta dos seguintes distritos, ao sul de Belém: Conde, Barcarena, Abaetetuba, Itapicuru, Guajará- Mirim e Guajará-Açu.</p>	<p>1892 Título de Posse da Gloriosa Senhora Santana</p>	
<p>1911 O município de São Domingos da Boa Vista é constituído de 3 distritos: São Domingos da Boa Vista, Bujaru e Capim</p>		
<p>1930 1932 Por Pelo decreto estadual nº 720, de 19-08-1932, a vila de São Domingos da Boa Vista passa a se chamar São Domingos de Capim.</p>		
<p>1933 Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Bujaru permanece no município de São Domingos do Capim.</p>		



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

ADMINISTRATIVA	ECLESIAÍSTICA	OUTROS
<p>1936 Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município de São Domingos do Capim aparece constituído de 5 distritos: São Domingos do Capim, Badajós, Bujaru, Capim e Guajara-Açu</p> <p>1938 Bujaru e Guajará-açu passam a integrar o distrito-sede de São Domingos do Capim através do decreto-lei estadual nº 2972, de 31-03-1938</p>	<p>1935 "Esta freguesia tem sua sede à margem esquerda do rio homônimo [Bujaru], cerca de 16 km da foz e 83 km distante da capital".</p>	
	<p>1940 Após muitos anos abandonada, na antiga capela da fazenda Guaramucu celebrou-se uma missa e entrou um peru. (Anotações do livro de Tombo: cita como fonte "Viagens de um Coadjutor Rural" e "Notas Jesuíticas sobre as missões carmelitanas no Extremo Norte do Brasil")</p>	



ADMINISTRATIVA	ECLESIASTICA	OUTROS
<p>1943 Bujaru passa a constituir unidade administrativa autônoma, constituída dos antigos distritos de Bujaru e Guajará-Açu, pelo decreto-lei estadual nº 4505, de 30-12-1943. (Fundação de Bujaru)</p> <p>São Domingos do Capim passa a se chamar Capim. Instalado em 04-01-1944. Posteriormente, readquiriu sua denominação anterior com a qual permanece até os dias atuais</p>	<p>1943 Termo de abertura do livro de tomo da paróquia de Bujaru, por Dom Jaime, arcebispo do Pará.</p> <p>Frei José Alvarez do Perpétuo Socorro, A.R. registra no livro de tomo, página 4, já não haverem as imagens de Santo Elias e Santa Tereza.</p> <p>O mesmo frei supõe que a atual igreja paroquial de Bujaru (Santana) "não é reconstruída, se não construída no lugar da antiga."</p> <p>1947 Os padroeiros de Bujaru passam a ser São Joaquim e Nossa S. de Nazaré. São Joaquim tornou-se padroeiro de Bujaru após uma reunião do frei João Francisco com as lideranças do lugar, substituindo a antiga padroeira Sant'Anna de Bujaru.</p> <p>1952 Inaugurada a igreja matriz de São Joaquim</p>	
<p>1960 Em divisão territorial datada de 1-07-1960, o município é constituído de 2 distritos: Bujaru e Guaraja-Açu.</p>		



ADMINISTRATIVA	ECLESIÁSTICA	OUTROS
	<p>1961 Criada a Prelazia de Abaeté do Tocantins. desmembrada da Arquidiocese de Belém do Pará e formada pelas terras dos municípios de Abaeté, Acará, Barcarena, Bujaru, Moju e Tomé-Açu, que foram os primeiros municípios abrangidos pela nova prelazia. Em 1982 a Prelazia ganha mais duas paróquias: Tailândia e Vila Concórdia.</p>	
	<p>1965 Paróquia de Bujaru foi entregue à Congregação dos Padres Xaverianos. O Padre Basílio Bosio foi o 1º padre xaveriano a assumir a Paróquia do Bujaru</p>	
	<p>1962 Visita apostólica do padre Augusto Cardim, S.X.</p>	
	<p>1963 Desde 1961 os padres xaverianos já realizavam desobrigas (visitas pastorais) pelas terras bujurruenses, como a visita apostólica do padre Aurélio Basso.</p>	
	<p>1965 Visita do Bispo Prelado Dom João Gazza</p>	
	<p>1966 Melhorias na casa paroquial de Santana (feito o piso e banheiro em alvenaria) e na igreja (reforma da calçada, concerto do vigamento do telado sobre o altar-mor e início do trabalho para a construção do forro, instalação da aparelhagem da Igreja) Padres Coadjuutores Mario Cordani e Savino Mombelli</p>	



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

ADMINISTRATIVA	ECLESIÁSTICA	OUTROS
	1967 Padre Coadjuutor Savino Mombelli Visita paroquial de Dom João Gaza (1º Bispo da Prelazia) e Padre Pio Moncheta	
	1968 Padre coadjutor Peppino Novati Visita do administrador apostólico Pe. Angelo Frosi	
	1969 Padre coadjutor Luis Pandin	
	De 1969 a 1980 o livro de tomo da paróquia de Bujaru não é localizado, portanto não existem informações inseridas na época.	Pe. Tony Braz Lalli
	1970 Dom Angelo dá posse a Padre José Leoni (Zezinho) em substituição ao Pe Basilio Bosio	
	1971 Chega Pe Mario Pezzotti como ajudante do Pe Zezinho (José Leoni)	
	1973 Chegam as Irmãs Franciscanas de São José	
	1978 Inicia-se o loteamento das terras de Santa Tereza (Engenhoca), com apoio do ITERPA, com a entrega de 113 títulos definitivos.	
	1981 Criada a Diocese de Abaetetuba	
	1983 Padre Carlos Mantoni sai da paróquia	



IGREJA DE SANTANA DO BUJARU

caracterização tipológica, histórica e estilística a partir de suas referências documentais, físicas e icônicas

ADMINISTRATIVA	ECLESIAÍSTICA	OUTROS
	<p>Na sequência passaram pela Paróquia de São Joaquim, de Bujaru os seguintes padres: Padre Tony Braz Lalli, Padre Francisco Signorelli, Padre Carlos Mantoni, Padre Santiago Gómez, Padre Luiz Amadeu, Padre Sebastião Ribeiro (padre diocesano), Padre Sérgio Tonetto, Padre Ricardo, Padre Felipe Rota, Padre Antonio, Padre José, Padre Tri e outros padres que ajudaram nas sobriças: Padre Mário Pezzoti, Padre Mário Del Rio (que trouxe as voluntárias leigas da Espanha), Padre Savino Mombelli. O irmão Pedro, que por várias e diferentes vezes se fez presente em Bujaru. Registra-se ainda a presença Pe. Antonio Rojas Contreras (2004). Em 2007, após 45 anos de presença em Bujaru, os padres xaverianos entregaram a Paróquia ao Bispo Flávio Giovenale, assumindo a Paróquia o Padre Rinaldo da Silva, paraense, mosqueirense. Em 2008 chega a Bujaru o Padre Zezinho (José Elpídio Silva). 2013, a Paróquia São Joaquim, de Bujaru, conta como pároco o Padre Adamor F. de Lima Júnior e co-pároco o Padre Rinaldo da Silva.</p> <p>BISPOS DE ABAETETUBA 1º Dom Giovanni Gazza, SX(1962-1966) Renunciou, por ter sido eleito superior geral dos Xaverianos. 2º Dom Angelo Frosi, SX (1970-1995) 3º Dom Flavio Giovenale, SDB (1997- 2012)</p>	



ANEXO 12 – Localização dos potenciais sítios patrimoniais

